



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

KÁTIA CORDÉLIA CUNHA CORDEIRO

**VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR ADOLESCENTES:
CONHECIMENTOS DE EDUCADORAS**

**SALVADOR
2018**

KÁTIA CORDÉLIA CUNHA CORDEIRO

**VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR ADOLESCENTES:
CONHECIMENTOS DE EDUCADORAS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra, área de concentração “Gênero, Cuidado e Administração em Saúde”, Linha de pesquisa “Mulher, Gênero e Saúde”

Orientadora: Nadirlene Pereira Gomes

Coorientadora: Rosana Santos Mota

**SALVADOR
2018**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CORDEIRO, KÁTIA CORDÉLIA CUNHA
VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR ADOLESCENTES:
CONHECIMENTOS DE EDUCADORAS / KÁTIA CORDÉLIA CUNHA
CORDEIRO. -- SALVADOR, 2018.
105 f.

Orientadora: NADIRLENE PEREIRA GOMES.
Coorientadora: ROSANA SANTOS MOTA.
Dissertação (Mestrado - MESTRADO EM ENFERMAGEM) --
Universidade Federal da Bahia, ESCOLA DE ENFERMAGEM,
2018.

1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. 2. ADOLESCENTE. 3.
PROFESSORES ESCOLARES. 4. ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.
I. GOMES, NADIRLENE PEREIRA. II. MOTA, ROSANA SANTOS.
III. Título.


KÁTIA CORDÉLIA CUNHA CORDEIRO

**VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR ADOLESCENTES:
CONHECIMENTOS DE EDUCADORAS**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Enfermagem e Saúde. Área de Concentração: Gênero, Cuidado e Administração em Saúde. Linha de pesquisa: O Cuidar no Processo de Desenvolvimento Humano.

Aprovada em 28 de Maio de 2018.


BANCA EXAMINADORA

Nadirlene Pereira Gomes 

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia.

Margaret Olinda de Souza Carvalho 

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia.

Climene Laura de Camargo 

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo.

Solange Maria dos Santos Gesteira 

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as grandes mestras do mundo... mulheres que fazem de suas vidas um exercício de amor e entrega. Existe quem as chame de mães, depositando neste nome um universo de significados, acolhimento e abdicção... Outros as chamam de cuidadoras, porque acreditam no poder curador que elas promovem com seu toque... Alguns as chamam de educadoras, quando tentam traduzir o conhecimento do mundo em práticas diárias... A todas minha gratidão por ensinar-me a magia e o poder de ser mulher!

AGRADECIMENTOS

Durante toda minha vida, muitas pessoas passaram por mim, mas somente algumas destas ficarão em minha memória... as levarei para sempre no meu coração. Permitiram-me ensinar o pouco que sei e aprender o muito que não sei, como as mestras que passaram por mim, desde as funcionárias e funcionários desta escola, às/aos discentes que acolheram-me com respeito e atenção. Em especial, a querida Profa. Dra. Nadirlene Gomes, que entre sorrisos e lágrimas me fez transbordar... exigiu e acreditou... foi colo e asas... Muitas outras ensinaram-me a respeitar incondicionalmente o ser; auxiliar a solidão de quem chegou, render-me ao motivo de quem partiu e aceitar a saudade de quem ficou... No Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida (Vid@) encontrei uma família, um lugar de encontro e desencontros... de escolhas e mudanças... Ajudaram-me a perceber que meu trabalho não é mudar um mundo que às vezes acho que não posso mudar. E, sim, tocar as vidas que tocam a minha de uma maneira que faça a diferença... Nesta família, alguns membros passaram rapidamente, mas alguns estão comigo e assim permanecerão... À minha amiga Fernanda, que me trouxe para esta jornada e nunca desistiu de mim, mesmo quando eu não acreditava mais... Rosana e Jordana minha gratidão eterna por tanto cuidado e aceitação... Luana, Josinete, Júlia, Raiane, Jéssica, Moniky, Ionara, Jemima, Andrey (e todos os nomes não citados) essa dissertação e todos os seus produtos são também parte de vocês. Profa. Dra. Telmara Couto, Profa. Dra. Solange Gesteira e Prof. Dr. Álvaro foi uma honra tê-los ao meu lado, segurando minhas mãos tantas vezes. De alguma maneira, aprendi a me ver através destes olhos, permitindo-me que me tornasse quem sou hoje. Foram quase 28 meses para chegar a esta etapa... Gestei muito mais do que um sonho, do que o desejo de me tornar uma profissional melhor... gerei um mundo dentro e fora de mim. Entrei com sorrisos, deixei que as dores tomassem conta de mim e nas infundáveis contrações deste movimento de ser eu, me perdi... Foi então que o amor chegou e invadiu... Precisou escancarar as portas e sacudir a poeira tão entranhada... À você meu esposo, Fernando Augusto, dedico este nascimento... da sua companheira e da nossa luz... À minha amiga-irmã Ana Paula as palavras nunca bastarão, por isso deixo os sentimentos e, estes, nos vinculam por vidas... Agradeço e abençoo meus pais, Graça e Antônio, meu irmão, Marco Antonio, minha cunhada Lorena, meu Pedro, meu Luke, minha Belita e minha Kika... vocês são meu TUDO. Àqueles (as) que cuidaram de mim... Paulo Frota (e toda família TUJE), Eliane (e a família que ainda não tem um nome), Gabriela Bicalho e todas as entidades de Luz, vocês foram amor e beleza nas sombras... Às mães do Espaço de Maternagem devo minha renovação... vocês embalaram meu coração e me ajudaram a levantar... Se esqueci de dizer o seu nome, perdoe-me, o momento me faz urgente e a memória está turva...E como o nascimento requer ruptura, deixo para trás os medos, levo comigo a maior benção de poder torna-me a pessoa que vocês acreditaram. Assim, despeço-me desta etapa sendo levada pelo ser que tudo mudou, que foi minha fortaleza e meu desespero... minha pequena grande mulher, a você entrego-me por inteira... minha Maria, meu sol...

RESUMO

CORDEIRO, Kátia Cordélia Cunha. **Vivência de violência doméstica por adolescentes: conhecimentos de educadoras.** 2018. 104f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2018.

Introdução: A violência doméstica contra adolescentes é um problema de saúde pública, que gera sérias implicações para a vida destes indivíduos. No sentido de intervir nessa problemática, urge o preparo profissional para o reconhecimento do agravo, condição essencial para o cuidado. **Objetivo:** Identificar conhecimentos de educadoras acerca da violência doméstica contra adolescentes. **Metodologia:** Estudo qualitativo, no qual foram realizadas entrevistas com 20 educadoras de uma escola pública de ensino fundamental localizada em Salvador, Bahia, Brasil. Os dados foram sistematizados com base no Discurso do Sujeito Coletivo e interpretados a partir da Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire. **Resultados:** O discurso evidencia que as educadoras compreendem a violência doméstica enquanto um fenômeno que se expressa nas formas física, psicológica e por negligência, identificando-as na sua *práxis* a partir de sinais, como a presença de marcas corporais, mudanças comportamentais e comprometimento do rendimento. Revela ainda a alta demanda de trabalho e o despreparo profissional como fatores dificultadores no processo de identificação do agravo, que repercute para a saúde física e mental dos adolescentes com reflexos no desempenho escolar. **Conclusão:** O estudo revela que as educadoras compreendem a complexidade do experienciar a violência doméstica e conhecem sinais que permitem a identificação de escolares que vivenciam o agravo. Diante das repercussões dos maus-tratos domésticos para a saúde e a vida dos adolescentes, urge uma gestão que considere a *práxis* dos educadores no processo de reconhecimento do agravo e superação do vivido.

Palavras-chave: Violência doméstica. Adolescente. Professores Escolares. Ensino Fundamental e Médio.

ABSTRACT

CORDEIRO, Kátia Cordélia Cunha. **Experience of domestic violence by adolescents: knowledge of educators.** 2018. 103f. Thesis (Masters) –School of Nursing, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2018.

Introduction: Domestic violence against adolescents is a public health problem, which has serious implications for the lives of these individuals. In order to intervene in this problem, it is urgent to prepare the professional for the recognition of the grievance, an essential condition for care. **Objective:** To identify educators' knowledge about domestic violence against adolescents. **Methodology:** A qualitative study, in which interviews were carried out with 20 educators from a public elementary school located in Salvador, Bahia, Brazil. The data were systematized based on the Discourse of the Collective Subject and interpreted from Paulo Freire's Critical-Liberatory Perspective. **Results:** The discourse shows that educators understand domestic violence as a phenomenon that is expressed in physical, psychological and negligence forms, identifying them in their praxis from signs, such as the presence of body marks, behavioral changes and Yield. It also reveals the high demand for work and professional unpreparedness as factors that make it difficult to identify the problem, which has repercussions on the physical and mental health of adolescents with repercussions on school performance. **Conclusion:** The study reveals that educators understand the complexity of experiencing domestic violence and are aware of signs that allow the identification of schoolchildren who experience the violence. Faced with the repercussions of domestic maltreatment on the health and life of adolescents, there is a need for a management that considers the praxis of educators in the process of recognition of the aggravation and overcoming of the lived.

Keywords: Domestic violence. Adolescent. School Teachers. Education, Primary and Secondary.

RESUMEN

CORDEIRO, Kátia Cordélia Cunha. **Vivencia de violencia doméstica por adolescentes: conocimientos de educadoras.** 2018. 104f. Disertación (Maestría) - Escuela de Enfermería, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2018.

Introducción: La violencia doméstica contra los adolescentes es un problema de salud pública, que genera serias implicaciones para la vida de estos individuos. En el sentido de intervenir en esta problemática, urge la preparación profesional para el reconocimiento del agravio, condición esencial para el cuidado. **Objetivo:** Identificar conocimientos de educadoras acerca de la violencia doméstica contra adolescentes. **Metodología:** Estudio cualitativo, en el cual se realizaron entrevistas con 20 educadoras de una escuela pública de enseñanza fundamental ubicada en Salvador, Bahia, Brasil. Los datos fueron sistematizados con base en el Discurso del Sujeto Colectivo e interpretados a partir de la Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire. **Resultados:** El discurso evidencia que las educadoras comprenden la violencia doméstica como un fenómeno que se expresa en las formas física, psicológica y por negligencia, identificándolas en su praxis a partir de señales, como la presencia de marcas corporales, cambios comportamentales y comprometimiento del signo rendimiento. En el caso de los adolescentes con reflejos en el desempeño escolar, revela la alta demanda de trabajo y el despreparo profesional como factores dificultadores en el proceso de identificación del agravio, que repercute para la salud física y mental de los adolescentes con reflejos en el desempeño escolar. **Conclusión:** El estudio revela que las educadoras comprenden la complejidad del experimentar la violencia doméstica y conocen signos que permiten la identificación de escolares que experimentan el agravio. Ante las repercusiones de los malos tratos domésticos para la salud y la vida de los adolescentes, urge una gestión que considere la praxis de los educadores en el proceso de reconocimiento del agravio y superación de lo vivido.

Palabras clave: Violencia doméstica. Adolescente. Maestros. Educación Primaria y Secundaria

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AC – Ancoragens

ACCS – Atividade Curricular em Comunidade e em Sociedade

APS – Atenção Primária à Saúde

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CRAS – Centros de Referências da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREAS – Centros de Referências Especializados da Assistência Social

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECH – Expressões-chave

EEUFBA – Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

ESF – Estratégia Saúde da Família

EUA – Estados Unidos da América

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

IC – Ideias Centrais

MS – Ministério da Saúde

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PSE – Programa Saúde na Escola

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USF – Unidades de Saúde da Família

Vid@ – Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida”

SUMÁRIO

1 APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA OU OS CAMINHOS DE VID@	12
2 INTRODUÇÃO	14
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO	17
3.1 ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR PARA ESTA ETAPA DA VIDA.....	19
3.2 ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA.....	21
4 METODOLOGIA	31
4.1 DESENHO DO ESTUDO.....	31
4.2 CENÁRIO E COLABORADORAS DE ESTUDO.....	32
4.3 ASPÉCTOS ÉTICOS.....	34
4.4 COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COLABORADORAS.....	38
5.2 ARTIGO 1.....	38
5.3 ARTIGO 2.....	53
5.4 ARTIGO 3.....	68
6 CONSIDERAÇÕES	82
REFERÊNCIAS	83
7 APÊNDICES	98
7.1 APÊNDICE A – INFORMAÇÕES ÀS COLABORADORAS.....	98
7.2 APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	99
7.3 APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	100
7.4 APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DAS COLABORADORAS.....	101
7.5 ANEXO A – TERMO DE OUTORGA DO PROJETO FINANCIADO.....	104

1. APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA OU OS CAMINHOS DE VID@

Como iniciar a trilhar um caminho que te leva à violência? Acho que não posso começar respondendo tão brevemente, talvez seja necessário olhar para um instante que ficou lá atrás, mas parece sempre presente. Ainda muito nova acreditava que sabia de tudo! Tinha certezas que ninguém conseguia demover. Quando resolvia algo, direcionava minha energia e determinação para a situação até concluí-la. Porém, essa persistência mostrou-se equivocada em alguns momentos, e logo descobri que confiança pode ser um objeto de grande barganha. Aos trezes anos, tive meu corpo e minha vida invadidos de tal modo que fechar-me em uma carapaça rígida parecia ser o único modo de lidar com a dor e o silêncio. Era difícil continuar ser adolescente, quando os pensamentos e sentimentos já haviam sido corrompidos por mentiras. Desistir pareceu mais fácil, mas não foi. Então, todos começaram a me enxergar pelo que construí ao meu redor: uma garota que não gostava de ser tocada, introspectiva, ríspida. Bobagem, afinal parece haver um consenso em que ser adolescente é ter estas características. Assim, em meio ao caos, desenvolvi um meio muito próprio de lidar comigo e com o mundo. Estava aprendendo a conquistar meus espaços deixando de fora qualquer pessoa ou situação que representasse ameaça.

Quando prestei vestibular, tinha uma única certeza: faria algo que pudesse ajudar crianças e adolescentes, permitindo-lhes ser quem quisessem ser, sem medos ou inseguranças. Pronto, foi fácil escolher a Psicologia. Tornei-me uma estudante que precisava ler todos os temas e abordagens, tinha a necessidade de conhecer as áreas de atuação. Na ânsia do conhecimento, conheci um modo de tocar e ser tocada. Muitos mestres e mestras passaram nessa trajetória, ensinando-me o valor da entrega e do amor. A Gestalt-terapia foi a primeira especialização. Era a abordagem que escolhi para ser e estar no mundo. Ela concebe o homem como integralidade, levando em conta sua percepção no aqui e agora. Formada e com a especialização em andamento, fui convidada a morar em outra cidade, no interior da Bahia e trabalhar em serviços socioassistenciais. Os desafios do trabalho do profissional de Psicologia nas zonas rurais são inúmeros. Desde então emergi em uma realidade tão diversa da cotidiana, partilhando com pessoas simples, que vivem em quase privação absoluta, suas lágrimas e sorrisos.

Tive a oportunidade de trabalhar e coordenar Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referências Especializados da Assistência Social (CREAS). Estes são serviços integrantes do Sistema Único de Assistência Social que constituem polos de referência, coordenando e articulando a Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e

continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos. Dentre as ações desenvolvidas, criei um grupo de atenção à crianças em situação de violência, o Me Nina. Utilizando-me de recursos lúdicos, organizei encontros vivenciais pautados nos personagens do livro “Alice no País das Maravilhas”. Neste trabalho, toquei e fui tocada. O desejo pela transformação foi a motivação para mais ações de cuidado, prevenção e enfrentamento. Busquei a formação da Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violação de Direitos. Firmei parcerias com o Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Secretária de Saúde e de Educação. Era preciso criar laços para desatar nós. A especialização em Biotecnologia Forense foi uma importante ferramenta para me capacitar nos procedimentos judiciais e periciais. Porém, depois de cinco anos, resolvi que as práticas deveriam virar teorias. Chegava o momento de outro desafio: ingressar em um mestrado.

O desejo me levou a buscar locais onde a temática da violência estava sendo trabalhada. Por intermédio de uma amiga, conheci a Profa. Dra. Nadirlene Pereira Gomes. Ela oportunizou meu acesso ao Grupo de Pesquisas “Violência, Saúde e Qualidade de Vida (VID@)*. A minha formação acadêmica não me direcionou para a pesquisa científica, assim sendo o vínculo do ViD@ possibilitou-me desenvolver o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Antes da formalização com o projeto financiado (descrito na metodologia), foi necessário nos organizarmos enquanto grupo de pesquisa, desde a sistematização das produções, perpassando pela gestão financeira dos projetos e a estruturação física da sala do grupo. Cada passo dado, levou-me para mais perto do tema violência pelo olhar da Enfermagem. Aos poucos, fui me integrando ao modo de ver o fenômeno da violência sob a perspectiva do cuidado em saúde. Neste percurso, pude experienciar elaborar, junto com participante do Vid@, dois artigos, que foram publicados.

Deste modo, fui construindo meu caminho até a aprovação na seleção do mestrado multiprofissional da Escola de Enfermagem. Agora é o momento de expor como fizemos a interface de tantos saberes.

* O Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida” é cadastro no CNPq.

2. INTRODUÇÃO

Os problemas de saúde pública que emergem no cenário brasileiro demandam cada vez mais estratégias articuladas que favoreçam seu reconhecimento e enfrentamento, a exemplo da violência doméstica contra adolescentes. Neste sentido, ações integradas entre profissionais da saúde e educação podem se revelar enquanto tática promissora para prevenção da problemática.

A violência doméstica consiste em toda e qualquer forma de violação dos direitos da criança e adolescente praticada por pessoas que possuam algum laço familiar, ainda que sem vínculo sanguíneo. O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) define o agravo enquanto omissões e/ou atos violentos, praticado por pais, mães, parentes e/ou responsáveis, que resultem ou tenham grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG, 2002).

Aqui está um grande paradoxo uma vez que é justamente no meio familiar que as crianças e adolescentes deveriam se sentir acolhidas e protegidas. Isso porque as primeiras referências de interação e relação para crianças e adolescentes costumam ser os pais e familiares mais próximos, o que possibilitará a formação de novos vínculos. A construção dessas relações primárias é fundamental para o desenvolvimento humano, visto que parte da identidade de cada sujeito está relacionada ao que é transmitido de pais e mães para filhas (os) (BOTTON et al., 2015; SOUSA et al., 2014).

Desta forma, independentemente de sua estrutura, estas relações possibilitam a integração e a organização das personalidades de crianças e adolescentes, bem como o exercício da solidariedade e afeto entre os membros da família. Além disso, a família potencializa a formação de sujeitos mais resilientes e seguros de si, quando estabelece vínculos afetivos positivos (ROZEMBERG et al., 2014). No entanto, quando este espaço familiar que deveria se mostrar protetivo e amoroso revela-se disfuncional, vulnerabiliza crianças e adolescentes a situações de maus tratos, negligência, abandono e outras formas de violência (SQUIZZATTO; PÍCCOLO; ROMERA, 2015).

Pesquisa brasileira de abrangência nacional evidenciou que em 2015 foram realizadas mais de 153.000 denúncias anônimas de violações de direitos contra crianças e adolescentes, sendo a negligência a mais predominante, seguida pela violência psicológica, física e sexual (ABRINQ, 2017). Corroborando acerca da vivência de violência por crianças e adolescentes, estudo qualitativo realizado em Salvador, Bahia, Brasil, aponta para uma infância e adolescência marcadas por privações econômica e de afeto, rejeição, culpabilização, ofensas,

humilhações, agressões físicas, além de presenciarem cotidianamente a relação de violência entre seus pais (MAGALHÃES et al., 2017a). No cenário internacional, a situação também é preocupante, a exemplo de pesquisa sobre violência escolar, comunitária e familiar desenvolvida em Baltimore, nos Estados Unidos, que revelou ser este último o estressor de maior probabilidade para sintomas somáticos significativos (HART et al., 2013).

Considerando a subnotificação que permeia a violência doméstica, sobretudo pelo silêncio que perpassa o espaço familiar, pode-se inferir que os dados deste agravo não representam de fato o total de crianças e adolescentes em situação/vivência de violência. A subnotificação nos permite ainda deduzir que desconhecemos os custos reais para o fenômeno, de modo que as estatísticas representam uma parcela destes gastos, geralmente relacionados aos casos denunciados ou àqueles que, por serem mais graves, são reconhecidos nos serviços de saúde.

Considerando o silêncio que permeia o espaço do privado, da casa, o que favorece o mascaramento da violência doméstica contra adolescentes, as educadoras se constituem em profissionais indispensáveis para o reconhecimento, prevenção e enfrentamento do fenômeno. Isso porque estes estabelecem vínculos de confiança com os estudantes e, por meio desta relação, pode-se romper o silêncio que sustenta os elevados índices deste tipo de violação contra o público infanto-juvenil.

Neste sentido, necessário se faz o enfrentamento da violência, sendo notória a relevância das experiências de Educação Popular, pautadas na pedagogia de Paulo Freire, visto que se propõe uma mudança social através da educação. Para o educador e filósofo, a formação de sujeitos autores promove processos históricos cotidianos de emancipação coletiva e individual (FREIRE, 2005).

Nesta perspectiva, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa o enfrentamento de vulnerabilidades por meio da articulação entre os setores da educação e saúde, onde se inserem enfermeiros e psicólogos. Essa atuação interdisciplinar favorece a construção de uma relação educador-educando mais dialógica e dialética, como proposto por Freire (2005). Acredita-se assim possibilitar a construção de alicerces para as mudanças educacionais e transformação da realidade vivida, sobretudo a partir da *práxis* da pedagogia libertadora.

Assim sendo, a promoção de ações articuladas que viabilizem a exploração de espaços privilegiados, como no caso do ambiente escolar, pode contribuir para um olhar mais sensível para as experiências dos escolares, o que favorecerá o reconhecimento e enfrentamento do agravo. Seguindo essa perspectiva, nos questionamos: Como educadoras identificam a

violência doméstica vivenciada pelos adolescentes? Acredita-se que a parceria entre os setores da saúde e educação pode se revelar enquanto importante ferramenta que de fato proporcione maior visibilidade e, conseqüentemente, identificação da problemática. Para tanto, delineamos como objetivo: Identificar conhecimentos de educadoras acerca da violência doméstica contra adolescentes.

3. REFERENCIAL TÉORICO

3.1 ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR PARA ESTA ETAPA DA VIDA

Apesar das divergências na delimitação do período da adolescência, há um consenso em relação a aspectos comuns do desenvolvimento de adolescentes, a exemplo das mudanças cognitivas, físicas e psicossociais. Tais fatores biopsicossociais influenciam de forma direta na construção social e psíquica dos indivíduos, fazendo com que esta determinação etária deixe de ser apenas uma sequência de acontecimentos cronológicos, antes definidos principalmente para fins estatísticos e políticos (GURSKI; PEREIRA, 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a OMS e o Ministério da Saúde (MS) definem a adolescência como a segunda década da vida, o que representa a faixa etária dos 10 aos 19 anos (ONU, 2009; UNICEF, 2011, BRASIL, 2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, considera adolescência a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos incompletos (BRASIL, 1990).

Esta diferença nos critérios adotados para definir a faixa etária pode estar relacionada ao fato das primeiras instituições observarem os fatores de mudanças biológica e psicológica, enquanto o ECA visa estabelecer parâmetros legais de modo que, quando com idade superior a 18 anos, conforme lei brasileira, já respondem legalmente pelos seus atos.

Na adolescência, as mudanças cognitivas, físicas e psicossociais estão relacionadas e influenciam-se mutuamente, resultando em um processo unificado que se relaciona com a busca da identidade e da autonomia (FROIS; MOREIRA; STENGEL, 2011). Pesquisa realizada na Suécia com 40 mulheres com problemas de estresse revelou que este adoecimento guarda relação com as alterações físicas, emocionais, cognitivas, sociais e existenciais vivenciadas ao longo da infância até o início da idade adulta (WIKLUND et al., 2014). Podemos inferir, portanto, que estas modificações influenciam diretamente na construção da identidade individual e grupal, muito relacionadas às expectativas culturais da sociedade (BRASIL, 2007).

Com relação ao aspecto cognitivo, transformações importantes se completam na adolescência, tais como: substituição das operações mentais concretas pelo raciocínio abstrato; uso do raciocínio hipotético-dedutivo e pela capacidade de correlacionar diferentes variáveis. Estas transformações ocorrem, pois, o (a) adolescente adquire novas funções cerebrais complexas, a exemplo da possibilidade de fazer associações, questionar, construir pensamentos críticos, reformular, aplicar conhecimentos, reproduzir aprendizagens e colocar hipóteses. Torna-se, portanto, capaz de manipular, relacionar e relativizar ideias, o que amplia também a percepção do ambiente que o (a) cerca. Deste modo, os pensamentos se

desvinculam do plano concreto das ideias, passando a se desenvolver no campo da abstração, ampliando as habilidades mentais que emergem neste período (MESTRE, 2014).

Neste contexto, se estas mudanças são bem conduzidas e vivenciadas de modo saudável, os (as) jovens começam a construir e questionar valores e crenças, o que contribui para a formação de suas identidades como indivíduos independentes (VELHO et al., 2012). Estes questionamentos irão promover uma maior tendência a indecisões e discussões com figuras de autoridade (FROIS; MOREIRA; STENGEL, 2011; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS, 2010). Todas essas transformações cognitivas não acontecem em isolado, atrelando-se às mudanças físicas típicas do desenvolvimento desses adolescentes.

No que se refere às transformações físicas, às quais estão diretamente ligadas ao início da puberdade, ocorrem mudanças das formas corporais, a exemplo do aparecimento das características sexuais secundárias, como o desenvolvimento de pelos pubianos, agravamento da voz, bem como a obtenção da maturidade sexual (FROIS; MOREIRA; STENGEL, 2011). Estudo internacional revela que os fatores biológicos abarcam aspectos genéticos e neuroendócrinos. Tais aspectos determinam o sexo biológico e também influenciam o sexo psicológico. Ressalta-se que durante a adolescência, os hormônios gonadais, cortisol e muitos outros desempenham a função de iniciar o processo de puberdade. Devido a essa influência neuroendocrinal, os caracteres sexuais secundários são expressos. Tanto no sexo masculino quanto no feminino desenvolvem-se os pelos pubianos e os cabelos axilares que tomam um padrão de crescimento específico do gênero. Nos homens, ocorre o alargamento dos órgãos genitais, aparência de barba e bigode. Nas mulheres, ocorre desenvolvimento de mama, inicia a menstruação, os órgãos genitais tomam uma forma adulta e o físico muda (KAR; CHOUDHURY; SINGH 2015).

Estas modificações são sentidas de modo distinto entre os sexos (OLIVEIRA; FRUTUOSO; GAMBARDELLA, 2014). Nas meninas, o crescimento dos seios possibilita uma busca por imagens identificatórias, a procura de uma aceitação pelos outros de que seu corpo está diferente, e ao mesmo tempo, semelhante a estes modelos (RÜCKER, 2015). Já nos meninos, os testículos aumentam a produção de androgênios, principalmente a testosterona, estimulando assim o crescimento dos genitais e dos pelos corporais masculinos (DOMINGUES; DOMINGUES, 2013).

Essas transformações podem modificar também a imagem mental, que o indivíduo tem de si, ocasionando, muitas vezes, uma discrepância entre a imagem real e a idealizada (UCHÔA et al., 2015). Constata-se que tais mudanças físicas são muitas vezes vivenciadas

por este grupo de forma intensa e conflitante, sendo registradas no corpo como forma de adoecimento (SANTOS, 2014).

Estudos demonstram que a prevalência da insatisfação com a imagem corporal é maior nesta fase da vida, na qual o indivíduo cresce e amadurece, tendo seu corpo de criança em transição para um corpo adulto (VASCONCELOS-RAPOSO, 2014). Muitas adolescentes sentem-se gordas ou desproporcionais, mesmo quando estão no peso adequado, fenômeno denominado distorção da imagem corporal. Este comportamento é traduzido pela perda de peso em detrimento de sua saúde, favorecendo a adoção de hábitos alimentares inadequados ou pouco saudáveis (VALENÇA; GERMANO, 2009; VASCONCELOS-RAPOSO, 2014). O panorama internacional aponta que a insatisfação dos adolescentes em relação à imagem corporal sofre influências da exposição a internet. Corroborando, estudo realizado com 1087 adolescentes do sexo feminino em 18 escolas em toda Austrália do Sul revelou que a exposição à internet foi significativamente correlacionada com cada insatisfação, internalização, vigilância do corpo e condução de magreza das adolescentes (TIGGEMANN; SLATER, 2013).

Deste modo, as transformações físicas estão diretamente relacionadas com a cultura e o contexto nos quais os (as) adolescentes estão inseridos (as). A sensação de inadequação, que muitas meninas sentem ao chegar a esta faixa etária, pode estar associada aos padrões de estética/beleza impostos pela sociedade. Já para os meninos, as inquietações geralmente relacionam-se às mudanças no corpo físico que não se adequam aos modelos de masculinidade construídos coletivamente. Esse sentimento de inadequação vivenciado por este público tende a refletir sobre a saúde dos (as) mesmos (as), que somatiza estas transformações.

No que tange aos aspectos psicossociais, a personalidade do adolescente também é influenciada por estas questões, principalmente àquelas relacionados à personalidade, relações interpessoais e ao comportamento. Uma característica da adolescência consiste na busca pela pertença grupal, de modo que valores e comportamentos são adaptados para se adequar à aceitação do grupo ao qual pertence (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012). A construção da identidade individual e de grupo é o grande desafio na adolescência. A compreensão de si perpassa pela necessidade de se diferenciar e ao mesmo tempo se identificar com o outro, independente das relações interpessoais, seja no meio familiar, no grupo de amigos ou colegas da escola (AMANTE, 2014).

Nesta fase, o indivíduo sente a necessidade de lutar pelo seu espaço e por sua individualidade em um cenário homogenizante, individualista e competitivo. Assim sendo, a

aceitação do seu grupo de pertença simboliza sua própria aceitação, além de implicar diretamente na auto estima dos adolescentes. Valores sociais e os meios para atingir o reconhecimento passam a ser incorporados em seus arcabouços comportamentais (COSTA, 2016; RIBEIRO et al., 2015; BIRKELAND, BREIVIK, WOLD, 2014).

Neste processo de formação pessoal, muitos (as) adolescentes passam por crises de identificação. Estes episódios podem acarretar conflitos emocionais, nos quais uma diversidade de identidades provisórias é estabelecida até que se desenvolva uma personalidade definitiva. Ao longo da adolescência, os indivíduos possuem uma flutuação na formação de suas identidades, que são construídas e ressignificadas na medida em que situações de interação social são vivenciadas (TILIO; LOBO, 2014; SILVA, 2015).

Devido as transições típicas destas etapas, com surgimento de alterações biológicas, comportamentais e emocionais mais evidentes, o indivíduo se encontra em situação de vulnerabilidade (TEODORO et al., 2014). Estudo com 124 adolescentes suecos descreveu a prevalência de risco biopsicossocial, com destaque para falta de confiança (36,3%), depressão (23,4%), participação em lutas (12,1%) e ideias de morte (8,1) (ULATE-GÓMEZ, 2013). Diante tais riscos, a família apresenta-se como papel fundamental para consolidação das regras e valores, bem como da segurança, porém sempre zelando em manter um espaço de autonomia e liberdade; fornecendo alicerce para o desenvolvimento de potencialidades; promovendo um relacionamento harmonioso; auxiliando na autoconfiança individual; e fortalecendo sua resiliência (BARBOSA; WAGNER, 2014; ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016; ROZEMBERG, et al., 2014).

No entanto, também é nesse período que os (as) adolescentes passam a questionar mães e pais, o que gera conflitos domésticos. Conforme estudo realizado em Lisboa, Portugal, na fase da adolescência os indivíduos tendem a apresentar comportamentos problemáticos, tais como: indisciplina, rigidez de pensamento, questionamentos sobre diversas situações, perturbação de humor, insatisfação com a vida, resolução do estresse de modo histérico, irritabilidade, dentre outros. Tais alterações psíquicas e comportamentais precipitam agressões por parte dos pais que, por vezes, demonstram dificuldades em lidar com esta fase (CARVALHO; NOVO, 2013).

Esse contexto de mudanças próprias desta fase e busca pela identidade individual e grupal colabora para aumentar a vulnerabilidade psicossocial dos (as) adolescentes (ELLONEN et al., 2013). Este cenário pode vulnerabilizá-los (as) ao uso de substâncias lícitas ou ilícitas, tornando-os mais suscetíveis a baixa autoestima, ansiedade, depressão, a comportamentos sexuais de risco, que por sua vez está associada às infecções sexualmente

transmissíveis, gravidez não planejada, bem como interrupção voluntária da mesma (DOMINGUES, 2014). Outra vulnerabilidade consiste na violência doméstica. As estatísticas internacionais apontam que o público infante-juvenil corresponde a um dos grupos de maior vulnerabilidade para vivência deste tipo de violência, conforme também foi verificado em estudo nacional cujos resultados sinalizaram que, de um total de 98.115 ocorrências deste agravo, 40% (39.281) das vítimas foram crianças e adolescentes (WAISELFISZ, 2012; UNICEF, 2014).

Considerando tais vulnerabilidades, foi criado em 13 de julho de 1990 o ECA, o qual classifica as crianças e adolescentes enquanto grupo prioritário quando se trata de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, devendo lhes ser assegurada proteção integral não apenas pela família, mas por toda a sociedade e o Poder Público. Pretendeu-se assim garantir a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, conforme descrito no artigo 4º (BRASIL, 1990), condições estas que possibilitem o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social do público infante-juvenil. No sentido de zelar pelo seu bem-estar, a Lei também sinaliza em seu artigo 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990). No entanto, ainda que pese esse dispositivo legal em defesa de uma adolescência feliz, no Brasil é imensurável o número destes indivíduos em situação de vulnerabilidade, inclusive pela vivência de violência dentro de seus próprios lares.

3.2 ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA

A produção do saber sobre a adolescência aborda enquanto um período crítico de vulnerabilidade à vivência de problemas sociais e de saúde pública, tais como a violência. Elevados são os índices de agressões contra esse público tanto no contexto urbano quanto no ambiente doméstico.

Pesquisa nacional aponta que, em 2014, os adolescentes e jovens foram as principais vítimas de homicídio por arma de fogo. Nesse público, as taxas atingem a preocupante marca de 67,4 mortes por 100 mil adolescentes/jovens, sendo que em adultos de 30 a 50 anos essa taxa varia entre 9,4 a 39,9. O mapa da violência no Brasil evidencia que a partir dos 13 anos a letalidade por arma de fogo começa a quadruplicar de valor, aumentando progressivamente até os 20 anos (WAISELFISZ, 2015).

Além dos homicídios, esse público também é vítima de outras formas de violência. Para exemplificar, destaca-se uma pesquisa realizada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) cujos dados revelam que a prevalência de violência contra crianças e adolescentes, considerando 100 mil habitantes, variou entre 65,7 a 642 casos para a agressão física; e de 35,9 a 151,5 casos para a sexual (WAISELFISZ, 2012).

Em consonância com estes dados, outro estudo desenvolvido no Brasil a partir da análise de 800 prontuários de crianças e adolescentes atendidas em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) evidenciou o predomínio das violências física, sexual e psicológica, chamando atenção ainda para o fato de que a mãe foi considerada a principal responsável pelas agressões, seguida do pai e padrasto (SILVA et al., 2017).

A análise dos casos de violência contra crianças e adolescentes no contexto nacional revela que os principais locais dessas agressões são as vias públicas, a escola e as residências das vítimas. Salienta-se que 63,1% dos casos acontecem no ambiente doméstico. Nesse sentido, a casa que deveria assegurar o cuidado e proteção desse público, se constitui em *locus* privilegiado para ocorrência deste agravo, sobretudo, por ser um ambiente silenciador (WAISELFISZ, 2012).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescente se caracteriza enquanto um fenômeno complexo e polissêmico. Seus diferentes conceitos pretendem explicar e exemplificar o agravo em suas mais diversas expressões e modalidades. Conforme o MS, o agravo é definido como:

“Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família, podendo ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer familiar que esteja em relação de poder com a vítima” (BRASIL, 2001).

Cabe salientar que a violência doméstica se distingue da violência intrafamiliar por levar em consideração outras pessoas que convivam no mesmo espaço doméstico, ainda que sem vínculo parental, a exemplo de empregados, agregados, bem como pessoas que visitam o domicílio esporadicamente (ALMEIDA; MIRANDA; LOURENÇO, 2013). Embora tenha esse entendimento com relação à definição de violência intrafamiliar no âmbito nacional, a OMS utiliza os dois termos como sinônimos, definindo a violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes como:

“Todas as formas de maus tratos emocionais e/ou físicos, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, comercial ou outras

formas de exploração, com possibilidade de resultar em danos potenciais ou reais à saúde das crianças, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder” (KRUG, 2002).

Analisando tais definições, observa-se que cada conceito carrega consigo suas especificidades e divergências conceituais. No entanto, de algum modo, ambas se referem à violência contra adolescentes praticada por pessoas que possuem algum vínculo afetivo, familiar e/ou de convivência, sendo algo expresso de diversas formas (ALMEIDA; MIRANDA; LOURENÇO, 2013).

A violência sexual configura-se como todo ato sexual, tendo por finalidade incitar sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa (WAISELFISZ, 2015). Chama atenção os dados sobre as experiências sexuais precoces, traumáticas e perturbadoras. Os (as) principais perpetradores são pessoas próximas, muitas vezes, os próprios genitores, os quais a vítima confia e tem vínculos de afeto, sendo que a prevalência de agressores, membros da família, chegam a 86,1% (VASCONCELOS et al., 2010; SOARES et al., 2016). Estudo realizado no Quênia como o objetivo de avaliar as características das vítimas de violência sexual que procuraram o Centro de Recuperação da Violência de Gênero evidenciou que é justamente a população jovem, em especial a faixa etária dos 14 a 28 anos de idade, a mais atingida (MURIUKI et al., 2017). Ainda sobre esta temática, pesquisa brasileira desenvolvida a partir da análise de quatro casos de adolescentes com vivência de violência doméstica, demonstrou que três possuíam histórico de suspeita ou a prática de abuso sexual e que os abusos foram mantidos em segredo (CRUZ et al., 2016).

Dentre as expressões da violência, destaca-se a violência física que pode ser entendida como toda ação que causa danos físicos reais ou possuem o potencial de causá-los. Exemplos desse tipo de violência são: chutes, mordidas, imposição de castigos dolorosos, espancamento e até ameaças com uso de arma de fogo ou faca (FROTA, LIMA, OLIVEIRA, 2016). Estudo qualitativo realizado em Salvador evidenciou que os (as) adolescentes com história de violência doméstica foram agredidos (as) por meio de tapas, empurrões e instrumentos como sandálias e objetos perfuro-cortantes (MAGALHÃES et al., 2017b). Estudo realizado com adolescentes na Califórnia apontou a violência física como mais prevalente nos namoros tendo como expressão tapas na cara, murros e empurrões (LOEB, DEARDORFF, LAHIFF, 2014). Em Israel estudo realizado com 1324 adolescentes evidenciou que 56% dos

entrevistados experimentaram ao menos uma das formas de violência física: empurrão, chutes, bater com as mãos ou objetos (KHOURY-KASSABRI; ATTAR-SCHWARTZ, 2014).

A violência psicológica contempla a falta de envolvimento apropriado e suporte necessário à criança, incluindo também atos que possuem efeitos adversos na saúde emocional e no desenvolvimento infantil saudável. Estudo quantitativo realizado em Natal, Rio Grande do Norte evidenciou a prevalência deste tipo de violência entre a população adolescente. Dentre os 463 pesquisados, 70,6% descreverem este tipo de vivência (COSTA et al., 2015). Outro estudo aponta que cerca de 50% dos adolescentes que relataram vivência deste tipo de violência naturalizou o uso de palavras pejorativas, deprecição, insultos e humilhação (FROTA, LIMA, OLIVEIRA, 2016). Ainda sob esta perspectiva, pesquisa aponta que apesar dos (as) adolescentes trazerem consigo as marcas da violência psicológica, os (as) mesmos (as) não se reconhecem em tal situação, a percebendo como algo comum e esperado (MAGALHÃES et al., 2017a). Corroborando, estudo realizado com 276 adolescentes escolares do Canadá aponta que quando estes vivenciaram violência psicológica tinham a possibilidade de terem mais problemas de comportamento, agressividade e sintomas de depressão, cognição e autoestima (GAGNÉ, 2013).

Em países a exemplo da Turquia o castigo físico é incluído como um método de disciplina entre os métodos de criação de crianças das famílias (ALPASLAN et al., 2014). Percebe-se, portanto que, por vezes, a violência é utilizada como estratégia de comunicação e resolução de conflitos. Os métodos agressivos praticados contra adolescentes são naturalizados por pais e pelos (as) próprios (as) adolescentes que não a reconhecem, refletindo o fato de este fenômeno ser naturalizado, sobretudo por ser utilizado como método educativo (MAGALHÃES et al., 2017a). Corroborando, pesquisa realizada na região norte do Brasil aponta que nos discursos de adolescentes e familiares, a punição física foi descrita como forma de disciplinar os comportamentos considerados inadequados, atitude esta transmitida transgeracionalmente e vista no âmbito familiar como natural. As falas explicitaram que a violência representa uma forma de comunicação nas dinâmicas dessas famílias, já que a mesma era exercida para enfatizar que as regras estabelecidas não podiam ser contrariadas. O estudo chama atenção para o fato de que os familiares que praticaram agressão, também sofreram violência física na sua infância e adolescência, havendo uma internalização de que o “bater, dá uma surra ou esbofetear” é um fator que faz parte da criação dos filhos (CRUZ et al., 2016).

Para algumas pessoas, a punição com atos violentos é justificada desde que não haja exageros e, além disso, muitas vezes é entendida como demonstração de afeto, uma vez que

possui o objetivo de colocar limites no comportamento de seus filhos (as) (PRIOTTO; FERRIANI; SILVA, 2015; SOUZA; LAUDA; KOLLER; 2014).

Nesse sentido, as famosas “palmadinhas”, bem como as demais expressões de violência não são reconhecidas como tal, de modo, que as próprias crianças e adolescentes entendem merecê-las e a concebem como algo “normal, vinculando violência física à especificamente atos de agressão física severa, tais como: espancar, queimar, esfaquear e matar” (MAGALHÃES et al., 2017a). Contudo, determinar o que é ou não admissível está pautado em valores e conceitos distintos tanto pessoais quanto coletivos, dificultando seu enfrentamento (SOUZA, et al., 2015). Visando justamente estabelecer os limites do que se configuram atos de violência contra crianças e adolescentes, em 2014 foi sancionada a Lei nº 13.010/2014, popularmente conhecida como "Lei da Palmada" (BRASIL, 2014). Estudos realizados com dados estatísticos mundiais revelou que, na maioria dos países, as mulheres com baixa escolaridade são significativamente mais propensas a pensar que a punição física é necessária. Aborda também a crença das mães que a criação adequada de filhos requer uma punição física levando a uma disciplina violenta (CAPPA, KHAN, 2011).

Além dessas expressões, o adolescente também pode ser vítima de negligência. Tal situação representa uma omissão quanto ao provimento de necessidades humanas básicas que garantam o pleno desenvolvimento da criança ou adolescente, sejam de natureza física ou emocional, saúde, nutrição, educação, segurança, entre outros (WAISELFISZ, 2015). A negligência também se configura quando os pais, não têm vontade/disposição ou capacidades psicológicas requeridas pela criança e, dessa forma, acabam respondendo inadequadamente às necessidades de seus filhos, não atendendo às suas demandas (PASIAN et al., 2013). Discursos de adolescentes vitimizados pela violência apontam para a privação de elementos fundamentais para o processo de crescimento e desenvolvimento, tais como alimentação, vestimentas, artigos escolares, além da omissão de cuidados, proteção e afeto (MAGALHÃES et al., 2017b). No âmbito internacional, nos EUA a negligência é apontada como elemento dificultador para que os (as) adolescentes se tornem adultos maduros e saudáveis. Acrescenta que nenhum programa ou creche pode substituir o amor e carinho que os pais dão aos seus filhos (as) para que se tornem adultos independentes emocionalmente (MCHUGH Jr., 2013).

Essas expressões podem repercutir sob diversas formas na saúde do (a) adolescente, interferindo negativamente em seu bem-estar e na sua qualidade de vida (VIEIRA, 2015). No que tange às agressões de ordem física, os sinais são visíveis: escoriações, hematomas, lacerações, queimaduras, traumatismo craniano, dentre outros (SÁ et al., 2016). No âmbito internacional, foi realizado nos EUA estudo com 590 adolescentes escolares que evidenciou

que as agressões físicas como ferimentos, escoriações e hematomas assim como repercussões como agressividade, por vezes passividade e medo de novos eventos (VERNBERRG et al., 2011).

As marcas visíveis da violência física, muitas vezes, somem com o tempo. Porém, algumas formas de expressão deixam sequelas por toda vida, principalmente, àquelas de ordem psicológica, que afetam significativamente o desenvolvimento emocional e cognitivo das vítimas. Essa situação deixa o indivíduo mais hiperativo, agressivo, com problemas de autocontrole, baixa-autoestima, tristeza, angústia, ansiedade, insegurança, incerteza e depressão, o que acarreta em isolamento social, dificuldades de estabelecer relacionamentos e amizades (BARROS; FREITAS, 2015; MAGALHÃES et al., 2017a). Estudo realizado no Vietnã com 1851 estudantes na faixa etária de 12 a 17 anos também mostrou que os maus-tratos na infância estão relacionados a aspectos negativos do bem-estar, incluindo o funcionamento emocional e cognitivo (TRAN et al., 2017).

No que se refere às repercussões da violência sexual, pesquisa internacional realizada a partir das narrativas de adolescentes, aponta que a experiência de abuso sexual na infância está associada a sentimentos de preocupação e percepção negativa acerca da figura paterna (ROISMAN et al., 2017). Estudo bibliográfico também demonstra que o abuso sexual infanto-juvenil é facilitador para o adoecimento, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Discute-se que as principais repercussões são: medo do agressor e de pessoas do sexo do agressor; queixas sintomáticas; sintomas psicóticos; depressão; distúrbios do sono, aprendizagem e alimentação; sentimentos de rejeição, confusão, humilhação, e vergonha; ideação suicida; abuso de álcool e outras drogas; disfunções sexuais; bem como manifestações físicas, a exemplo das lesões físicas gerais, genitais e anais; gestação, doenças sexualmente transmissíveis; hematomas; contusões e fraturas (FLORENTINO, 2015). Estudo realizado na Inglaterra acrescenta que há um aumento consistente no uso de serviços de saúde mental à medida que a gravidade do abuso sexual aumenta (BROOKER; TOCQUE, 2016). Estudo realizado nos EUA, corrobora com estas informações, relatando que os danos psicológicos da violência prejudicam a percepção de confiança e segurança dos jovens (CASCARDI, 2016).

Independentemente da expressão da violência vivenciada, estudos nacionais e internacionais corroboram que crianças e adolescentes que presenciam e/ou experienciam a violência doméstica tendem a desenvolver danos imediatos, tais como problemas físicos diretamente associados à agressão: lesões corporais, escoriações, queimaduras; ou tardios, os quais se expressam através do adoecimento físico ou psicológico, como a cefaleia, desordens

alimentares, transtorno do sono, depressão, tentativa de suicídio e suicídio (HILDEBRAND et al., 2015; FERDOUSY; MATIN, 2015; HERRINGA et al., 2013; RIVERA-RIVERA et al., 2015; YOON et al., 2016). Na Noruega, pesquisa desenvolvida com adolescentes alerta para a relação entre cefaleia e maior incidência de sentimentos de angústia, solidão e baixa coesão familiar (STENSLAND et al., 2014).

As repercussões da violência doméstica também alcançam o âmbito escolar, uma vez que crianças e adolescentes que vivenciam o agravo começam a apresentar desinteresse em ir à escola, desatenção em sala de aula, dificuldade de aprendizado e, conseqüentemente, reprovação escolar (HOWELL et al., 2016). Estudo realizado na África do Sul, que sinalizou a ocorrência de 21.538 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, evidencia que a vivência de violência afeta o aspecto psicológico da vítima e prejudica seu rendimento escolar (MASILO, DAVHANA-MASELESELE, 2016).

Diante o comprometimento da saúde física e mental dos adolescentes, estes necessitam de assistência, o que acarreta em prejuízos para o setor saúde. Deste modo, o sistema de saúde acaba investindo em profissionais de saúde e materiais para garantir a realização de consultas, tratamento medicamento e internações para as vítimas. Conforme dados internacionais, cerca de 1,5 milhões de crianças e adolescentes europeias recebem tratamento médico para cuidar das feridas e de outras repercussões das agressões, tanto físicas quanto psicológicas (SHEK; YU, 2012).

Nos Estados Unidos da América, o custo médio para as vítimas de maus tratos é de \$ 210.012,00, incluindo custos médicos, com as perdas de produtividade, justiça criminal e educação (FANG et al., 2012). No Brasil, as estatísticas evidenciam um cenário mais oneroso: o valor pago pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por conta de internações relacionadas a violência gira em torno de R\$ 155.091.524,39 sem levar em conta outros gastos indiretos, tais como demandas aos serviços sociais, perda de vida produtiva, repercussões mentais e emocionais, além dos danos para as vítimas e suas famílias (MATOS; MARTINS, 2013).

No âmbito nacional, pesquisa aponta que cerca de 25% das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências atendidas no SUS se referem a crianças e adolescentes da faixa-etária entre 10 e 19 anos. Tal percentual corresponde a 25.156 adolescentes brasileiros em situação de violência que recorreram ao serviço de saúde para receberem os cuidados necessários. Somente em 2012, no Nordeste, 4.776 adolescentes buscaram o serviço de saúde para tratamento de lesões decorrentes de violência doméstica. Na Bahia, 1.364 adolescentes foram atendidos no SUS devido a agressões praticadas por membros da sua família (WAISELFISZ, 2012).

Quando a família não consegue promover proteção e condições adequadas para que a criança e o (a) adolescente cresçam de forma saudável e outros dispositivos sociais e educacionais acionados não surtirem efeito, faz-se necessária a intervenção do Estado. Nesse caso, são necessárias medidas protetivas preconizadas em lei, a exemplo da permanência em uma instituição de acolhimento. Esta medida deve ser aplicada sempre que os direitos da criança e do (a) adolescente forem ameaçados ou violados, se configurando numa situação de risco. Ressalta-se que o acolhimento institucional possui caráter provisório, de modo que deve ocorrer a reintegração ou reinserção destes ao seu meio familiar assim que tais situações sejam alteradas ou superadas de modo significativo (BRITO; ROSA; TRINDADE, 2014; ABAID; DELL'AGLIO, 2014).

Estudo realizado em Belém, Pará, como o objetivo de identificar os fatores de risco em famílias de adolescentes em acolhimento institucional apontou o predomínio da vulnerabilidade social e das diversas formas de violências como física, sexual e psicológica no contexto de vida dos pesquisados. Foi evidenciado também que os seus responsáveis tinham histórico de conflitos nas suas relações familiares passadas, bem como a constante repetição transgeracional, principalmente da violência, envolvimento com drogas e abuso sexual (CRUZ et al., 2016).

Assim, crianças e adolescentes tendem a naturalizar o comportamento violento apreendido no espaço doméstico em diferentes contextos da vida. Dessa forma, ao chegarem na vida adulta, apresentam problemas em seus relacionamentos, os quais podem ser abusivos e com desconfiança (SÁ et al., 2016). Conforme a OMS, um adolescente vítima de violência no primeiro ano de vida terá maior tendência a ser violenta e de se inserir na criminalidade quando adultos (SUMNER et al., 2015).

Essa transgeracionalidade da violência doméstica acaba por alimentar a continuidade do fenômeno e conseqüentemente aumentam os índices de morbidade do agravo. A prevalência de morbidade por violência doméstica contra adolescentes é de 13,8% nos Estados Unidos da América, 32% no Canadá, 40,6% no Brasil e 63% no Peru (FLORES; SCHIRMER, 2006; FANG; BROWN; FLORENCE, 2012; AFIFI et al., 2014; WAISELFISZ, 2015). Com relação à mortalidade, as estatísticas também apresentam um cenário preocupante. Somente no ano de 2012, foram registrados 95 mil casos de agressões contra crianças e adolescentes que evoluíram para óbito.

Vale informar que esses números não representam o quantitativo real de crianças e adolescentes que de fato experienciam a violência em seus lares. Portanto, os índices conhecidos desse agravo representam apenas os casos que chegam a comunicação no setor

jurídico-policial e/ou notificados. Estudo desenvolvido na África do Sul aponta os possíveis fatores associados à inconfiabilidade das estatísticas, dentre eles, destacam-se: a não percepção da violência contra crianças e adolescente enquanto um problema de saúde pública; a maioria das agressões ocorre em ambientes privados, não sendo publicamente visíveis; os relatos de crianças e adolescentes por vezes são desprezados frente aos discursos de agressores, além do fato da posição de autoridade implicar em medo de romper o silêncio; crianças e adolescentes podem se sentir culpadas (os) pela ocorrência da violência e, portanto, não relatam os casos; existe ainda o preenchimento incorreto dos registros por parte das (os) profissionais da saúde; além da falta de confiança das crianças e adolescentes em profissionais que lidam com a problemática (UNICEF, 2012). Salienta-se que a notificação obrigatória dos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra crianças e adolescentes aos Conselhos Tutelares consiste em um dispositivo legal para o enfrentamento da violência, instituída em 2001 pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001).

Outra política pública em prol da infância e adolescência saudável é o ECA. Alterando o ECA, a Lei 13.431 de 4 de abril de 2017 estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Em seu artigo segundo assegura a proteção integral desta população, bem como oportuniza os meios para que crianças e adolescentes vivam sem violência, seja como testemunha ou vítima, bem como vivenciem seu desenvolvimento de forma integral (BRASIL, 2017).

Soma-se a Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014, promulgada com o intuito de estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. A Lei da Palmada, como era conhecida, em seu artigo 18 declara que:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 2014).

Ao contrário do que afirma o senso comum, esta lei não afirma que a educação deva ocorrer sem disciplina ou sem a imposição de limites. Trata-se de uma estratégia para a sensibilização das famílias, dos educadores e do poder público, evidenciando a possibilidade

de uma educação que possa transmitir valores positivos, estimulando comportamentos éticos, empáticos e solidários (VIEIRA; 2015; BERLINI, 2014).

Não se trata de intromissão do Estado na autoridade parental, mas da necessidade de assegurar às crianças e aos (às) adolescentes os direitos a eles (elas) pertencentes. Existem ferramentas que possibilitam a educação positiva, seja pela adoção de vínculos saudáveis ou pelo diálogo, trocando o dualismo erro-punição por erro-consequência. Nesse caso, os vínculos saudáveis possibilitarão a percepção de que a violência não deve permear os relacionamentos; o diálogo permite o desenvolvimento argumentativo e melhora a capacidade de ação e reação; e o reforço positivo comporta a troca de simples palavras, o “não” pelo “sim”, e através do erro-consequência pode-se ensinar que o direito de um indivíduo se extingue quando o do próximo inicia, demonstrando ações de limite e respeito (VIEIRA, 2015; SENA; MORTENSEN, 2014).

4. METODOLOGIA

4.1 DESENHO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa na perspectiva crítico-libertadora de Paulo Freire, o qual defende a educação enquanto estratégia de transformação da realidade, através da qual é possível intervir na vida coletiva. Em seus princípios político e axiológico, baseiam-se a ideia de que a educação é uma forma de intervenção na vida coletiva, no sentido de manutenção ou superação de uma determinada realidade, bem como difusora e produtora de valores que regem a vida dos sujeitos (Freire, 2005).

Em busca de melhor compreender a percepção e conduta de educadoras frente à violência doméstica contra adolescentes, elegeu-se o estudo descritivo. Este viabiliza o delineamento de uma determinada realidade, não interferindo nos dados, mas possibilitando entender as relações de causalidade dos fenômenos analisados, bem como o modo que eles ocorrem (PRODANOV; FREITAS, 2013). Já o estudo exploratório foi escolhido por buscar revelar aspectos de um fato social, área ou assunto pouco explorado (POLIT; BECK, 2011), como o objeto de estudo em questão, a fim de que cada elemento pesquisado contribua para o entendimento acerca do objeto de estudo.

A interface das metodologias descritiva e exploratória possuem estreitas relações por viabilizar a análise das características subjetivas dos elementos relacionados ao fenômeno (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesta perspectiva, esse delineamento metodológico adequa-se ao objetivo do estudo, contribuindo no aporte teórico acerca da temática.

A abordagem qualitativa preocupa-se principalmente com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, oferecendo uma perspectiva mais ampla ao tema proposto (MINAYO, 2010). Esta abordagem interessa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, nesse caso no cenário intrafamiliar. Dentre as características da pesquisa qualitativa, destacam-se: descrever, compreender e explicar as relações entre o global e o local em determinado fenômeno; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). No campo da abordagem qualitativa, a pesquisa por meio dos discursos dos colaboradores compreende uma orientação teórico-metodológica sob a qual importantes métodos de investigação vêm se desenvolvendo.

A perspectiva crítico-libertadora de Paulo Freire compreende que na experiência dialógica e dialética do processo educacional são criados os alicerces para as próprias

mudanças educacionais e uma transformação sociocultural. Assim, a partir dos princípios da Educação Libertadora foi possível fazer uma leitura das relações dos discursos das educadoras com a percepção que as mesmas possuem da realidade vivenciada por seus educandos. Deste modo, trata-se de uma abordagem coerente com o objeto de pesquisa, a medida em que possibilita mergulhar, através das expressões do pensamento de uma coletividade, a percepção e conduta que educadoras de uma escola pública em Salvador, Bahia, Brasil possuem acerca da violência doméstica vivenciada por adolescentes.

4.2 CENÁRIO E COLABORADORAS DE ESTUDO

Para este projeto, elegeu-se como cenário de estudo uma escola pública estadual localizada na periferia da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. A instituição é oriunda de uma escola de Ensino Infantil inicialmente sobre a égide da Igreja Batista localizada na comunidade, e posteriormente mudou sua modalidade de educação para o Ensino Fundamental.

A referida instituição oferta educação a adolescentes do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Sua organização estrutural é composta por: uma diretoria, uma secretaria, uma sala de apoio aos docentes, uma cozinha, doze salas de aula, sendo duas desativadas, três banheiros, uma sala de informática, uma quadra poliesportiva e um pátio utilizado como espaço de socialização. Os recursos humanos são organizados em: direção, sob a representação de um diretor e uma vice-diretora; corpo docente, composto por 21 professoras; secretaria, com nove profissionais; e profissionais de apoio, sendo três porteiros, três vigilantes, cinco cozinheiras e quatro profissionais de serviços gerais.

A escola é uma das 185 instituições soteropolitanas de Ensino Fundamental de responsabilidade do Governo do Estado da Bahia. A Bahia possui 15.539 escolas de Ensino Fundamental, das quais 2.032 são particulares e 13.507 públicas, sendo que 661 correspondem à educação pública em nível Estadual. No município de Salvador, das 1.004 escolas de Ensino Fundamental, 536 são públicas (IBGE, 2010).

Cabe salientar que o campo empírico escolhido para execução deste projeto tem sido espaço de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao Grupo de Estudos Vid@ da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA). Integrada a este grupo, ingressei como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), na condição de Apoio Técnico, do projeto intitulado “Universidade e escola pública: buscando estratégias para enfrentar os fatores que interferem no processo ensino/aprendizagem”.

Dentre as atividades propostas para o Apoio Técnico estavam: auxílio na realização das oficinas e grupo focal; acompanhamento da construção do blog e banco de dados e organização financeira do projeto. Estas ações foram ampliadas com o suporte ofertado pela coordenação do projeto. Através deste vínculo com a escola-*lócus*, foi possível uma aproximação com os discentes, docentes e funcionárias (os), com os (as) quais venho mantendo contato através de ações extensionistas da Atividade Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) “Abordagem interdisciplinar e transdisciplinar dos problemas de saúde relacionados à violência (ENFA 79)”, componente curricular que colaboro como profissional convidada desde outubro de 2013.

A implementação do projeto como lugar de cuidado e de pesquisa configurou-se como privilegiada na construção de uma relação cooperativa e interativa entre os participantes. Dentre as atividades desenvolvidas, relacionadas a este componente curricular e ao projeto financiado pela FAPESB, encontram-se: oficinas educativas e acompanhamento psicológico individual.

Em 2015, realizamos a coleta de dados para o projeto financiado da FAPESB na escola-*lócus*, elaborando uma análise exploratória para caracterizar a população do estudo, com o perfil dos estudantes segundo as características sociodemográficas, econômicas, saúde sexual e reprodutiva, vivência de violência doméstica, *bullying*, uso de álcool e outras drogas. Desta atividade, surgiu a demanda para oficinas temáticas com os discentes, debatendo-se conteúdos como doméstica e escolar (*bullying*), drogas e sexualidade. Esta coleta de dados integrou a tese intitulada “Fatores associados à violência intrafamiliar e escolar” (MOTA, 2016). Neste trabalho, a autora caracterizou os estudantes da escola-*lócus*, cujos resultados evidenciaram que 53,97% eram do sexo masculino, motivo pelo qual resolvemos adotar em todo estudo as terminologias relacionadas aos escolares no gênero masculino.

Deste modo, no primeiro semestre de 2016, construímos atividades lúdicas no período de recesso escolar com intuito de trabalhar as dificuldades pedagógicas dos estudantes. Dentre as ações desenvolvidas estavam: bingo matemático; história dançada e português em ação.

Em 2017, realizamos as atividades de intervenção do PERMANCER com o Projeto intitulado “Violência intrafamiliar e suas manifestações na corporeidade: significados de adolescentes” que esteve associado ao projeto matriz financiado, sob a minha tutoria e coordenação da Profa. Dra. Solange Maria dos Anjos Gesteira. O objetivo das atividades de extensão foi promover espaços de reflexão para a discussão sobre a doméstica. Deste modo, as ações foram promovidas por meio de oficinas educativas com os discentes.

Tais ações possibilitaram a aproximação com os estudantes, docentes e funcionárias (os) estabelecendo um vínculo de confiança e respeito, que se estendeu através do projeto de mestrado.

Considerando a vinculação desta pesquisa ao Projeto Matriz “Universidade e escola pública: buscando estratégias para enfrentar os fatores que interferem no processo ensino/aprendizagem”, as colaboradoras foram docentes vinculadas à escola-*locus* há pelo menos seis meses. Foram excluídas àquelas que não estiveram presentes no local depois de duas tentativas de contato.

4.3 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto respeitou os aspectos éticos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), que rege sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, bem como os princípios da bioética: não-maleficência, beneficência, justiça e respeito à autonomia. Estes visam assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

O princípio de não-maleficência refere-se ao dever de não causar danos ou colocar um ser humano em risco (KOERICH; MACHADO; COSTA, 2005). Deste modo, no que tange a não-maleficência, o estudo poderia trazer desconforto relacionado a lembranças ou suas participações em histórias de violência. Considerando tal risco, as entrevistas foram realizadas individualmente, em local acordado com a colaboradora, a fim de garantir a privacidade das mesmas e o sigilo das informações abordadas. Para assegurar a confidencialidade das informações, as publicações advindas do estudo não permitirão a identificação destas, reduzindo assim as chances de rotulações por disseminação de dados confidenciais. Nos casos em que a colaboradora tenha mostrado dificuldade em prosseguir com a entrevista, apresentando-se emocionalmente instável, esta foi interrompida. Neste momento, realizou-se acolhimento a esta pessoa com o intuito de promover uma escuta qualificada dos sentimentos que emergiram durante a entrevista. A atenção às emoções da colaboradora se fez necessária para um cuidado à sua saúde mental. A entrevista só foi retomada quando a mesma esteve bem o suficiente para prosseguir.

Pelo princípio da beneficência, a profissional se compromete em avaliar os riscos e os benefícios potenciais (individuais e coletivos) de seus atos, com o intuito de promover o bem a favor de seus interesses e dos outros (KOERICH; MACHADO; COSTA, 2005). Embora o estudo não disponha de benefícios diretos, acredita que os achados poderão contribuir para a produção do saber acerca da conduta de educadores frente à doméstica contra adolescentes e

consequentemente maior compreensão do fenômeno. Espera-se que a pesquisa subsidie o processo de capacitação profissional no sentido de suspeitar do agravo e assim adotar estratégias de prevenção e enfrentamento desta problemática.

O princípio da justiça, associado à equidade nos deveres e benefícios sociais (KOERICH; MACHADO; COSTA, 2005), se fará por meio da divulgação dos achados, cujos benefícios poderão atingir, com igualdade, a comunidade acadêmica, considerando o potencial de auxiliar ações em defesa dos direitos de adolescentes de ter uma vida livre de violência. Esta fase se destaca por marcar a formação da identidade individual e coletiva do ser humano. Sendo assim, é imprescindível uma atenção para as mudanças que ocorrem neste período, as quais podem vulnerabilizar às pessoas para situações de violência.

Entende-se por autonomia, autodeterminação ou autogoverno o poder de decidir sobre si mesmo, salvaguardando a liberdade de cada ser humano, não sendo resguardado somente quando a ação possa resultar em danos para outras pessoas (KOERICH; MACHADO; COSTA, 2005). A fim de assegurar tal princípio, as colaboradoras foram informadas que sua atuação teve caráter voluntário, estando livre para a decisão de participar ou não da pesquisa, bem como do direito de desistir a qualquer momento. Ressaltar-se-á de que não houve qualquer tipo de remuneração, benefícios materiais ou financeiros para as pesquisadoras ou colaboradoras. Esclarecidas dos princípios éticos que regeram este estudo, bem como as informações sobre o projeto (APÊNDICE A), as docentes foram convidadas a colaborar com o estudo e, como não ocorreu recusa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B).

As colaboradoras foram esclarecidas ainda sobre o direito de fazer contato com a pesquisadora por telefone ou e-mail (registrados no TCLE), caso surgisse alguma dúvida sobre o estudo. Sinalizou-se também que o material das entrevistas será arquivado em banco de dados virtual vinculado ao Vid@, quando ficarão, por cinco anos, disponíveis para consulta, sendo após esse período incinerado.

Salienta-se que a pesquisa está vinculada ao projeto matriz “Universidade e escola pública: buscando estratégias para enfrentar os fatores que interferem no processo ensino/aprendizagem”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EEUFBA (Parecer Consubstanciado nº 384.208/2013)*.

* Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) através do Edital nº 028/2012 - Inovação em Práticas Educacionais nas Escolas Públicas da Bahia.

4.4 COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Como técnica para coleta de dados, esta pesquisa utilizou a entrevista. Esta pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, a entrevistadora, tem por objetivo a obtenção de informações por parte da outra, a entrevistada. Na relação que se cria, nesta modalidade, há uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde (HAGUETTE, 2010; LUDKE; ANDRÉ, 2013).

Para nortear a coleta de dados foi elaborado um formulário semiestruturado (APÊNDICE C), contendo aspectos relacionados à caracterização das colaboradoras, bem como as seguintes questões norteadoras: O que é violência doméstica para você? Você já identificou caso (s) de violência doméstica vivenciado (s) por adolescentes desta escola? Como?

A coleta de dados foi realizada em três etapas: pré-entrevista; entrevista e pós-entrevista. A primeira corresponde à fase de preparação para os encontros com as colaboradoras, quando estas foram informadas sobre o projeto, os aspectos éticos envolvidos, bem como sobre a autorização das gravações. Na segunda etapa, as entrevistas propriamente ditas foram agendadas individualmente entre os meses de agosto e outubro, e realizadas em um local acordado entre a entrevistadora e a colaboradora, a fim de promover um espaço de privacidade, confiança e respeito entre as mesmas. As falas foram gravadas através de gravador digital e transcritas na íntegra por meio da utilização do *Microsoft Office Word*®. Na terceira etapa, as transcrições foram enviadas para as entrevistadas, que verificaram e confirmaram as informações. Esse procedimento fez com que a entrevista fosse validada, recebendo a partir disto, códigos com “E” de educadoras e o número referente a ordem de transcrição das entrevistas (GOMES; TELLES; ROBALLO, 2009).

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi a metodologia escolhida para a sistematização dos achados. Tal método permite o resgate do pensamento coletivo, por meio de depoimentos individuais, que são organizados em um único discurso na primeira pessoa do singular. Conforme os pressupostos desta metodologia, o pensamento coletivo não representa a simples soma de pensamentos individuais, e sim o discurso da coletividade, que ancora-se no imaginário social, nas representações sociais e no pensamento preexistente. Desse modo, ao fim será possível ter discursos de um sujeito que é coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005; FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013).

O DSC permite o conhecimento dos pensamentos, representações, crenças e valores de uma coletividade sobre um determinado tema utilizando-se para tanto de métodos científicos, bem como procedimentos sistemáticos e padronizados, principalmente em um grande número

de pesquisas no campo da saúde (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013). Para tal, é preciso analisar o material verbal coletado, e extrair de cada um, as Ideias Centrais (IC) e as suas correspondentes Expressões Chave (ECH). As ECH são trechos *ipsis litteres* da entrevista, que devem ser destacados pelo pesquisador. A IC é a expressão linguística, criada pela pesquisadora, que revela, descreve e nomeia, da maneira mais sintética e precisa possível, o (s) sentido (s) presentes em cada uma das ECH (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013). Pode-se resumir da seguinte forma: as Expressões Chave são as falas, que unidas irão compor um ou vários discursos-síntese (DSC); e as IC são os títulos dados a esses discursos. Com esses elementos foi possível reconstruir, a partir de discursos individuais, um discurso-síntese para expressar o fenômeno coletivo proposto (GOMES; TELLES; ROBALLO, 2009).

Salienta-se que os dados foram sistematizados de forma concomitante a captação dos dados, possibilitando assim, verificar a repetição e consequente saturação de informações. É entendido como “ponto de saturação” da amostragem, quando os sujeitos não apresentam novas informações ou dados relevantes para a análise, ou quando a rede de contatos chega ao fim (VINUTO, 2014). Os achados foram interpretados e fundamentados sob a perspectiva crítico-libertadora de Paulo Freire.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COLABORADORAS

As 20 educadoras cujas entrevistas compuseram o DSC foram caracterizadas (Apêndice D), sendo a maioria mulheres (70%), por isso mesmo optei por utilizar terminologias no feminino, devendo, por exemplo, na expressão “educadoras” lê-se educadoras e educadores. A prevalência quanto à cor, foi de negras (90%), com idade entre 31 e 57 anos, solteiras (45%). Todas eram docentes, tendo como vínculo institucional predominante o de servidoras públicas estaduais, concursadas em regime de 20 horas (45%) ou 40 horas (55%) semanais. O tempo de atuação na área da educação variou de quatro a 37 anos, e, na referida instituição, de seis meses a 26 anos. A concentração das colaboradoras estava na faixa de vencimento de cinco a seis salários mínimos (45%).

Todas possuem nível superior completo e quase a totalidade tem especialização (90%). Quando questionadas sobre o conhecimento acerca da temática violência, pouco mais da metade (55%) informou que este objeto não foi abordado na graduação, embora a maioria (90%) tenha trabalhado com o tema durante a especialização, principalmente nos componentes curriculares cursados (20%).

A sistematização dos dados dos discursos individuais das docentes originou discursos-síntese que expressaram o fenômeno coletivo proposto, que foram organizados em ideias centrais. A estruturação destas ideias centrais resultou em três manuscritos que respondem ao objetivo proposto neste estudo. Salienta-se que os artigos estão dispostos de acordo com a normatização da revista submetida.

5.2 ARTIGO 1: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VIVENCIADA POR ADOLESCENTES: DISCURSO DE EDUCADORAS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA VIVENCIADA POR ADOLESCENTES: DISCURSO DE EDUCADORAS

RESUMO

Objetivo: Aprender a percepção de educadoras acerca da violência doméstica contra adolescentes. **Método:** Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire, realizado com 20 educadoras de uma escola pública de ensino fundamental localizada em Salvador, Bahia, Brasil. Para coleta dos dados, utilizou-se entrevista, e para sistematização, o Discurso do Sujeito Coletivo. **Resultados:** O discurso

evidencia que as educadoras reconhecem a violência doméstica enquanto um fenômeno que se expressa de diversas formas e repercute na saúde física e mental dos adolescentes com reflexos no desempenho escolar. Remete ainda para o caráter intergeracional do agravo, naturalizado e reproduzido nas relações interpessoais, inclusive com colegas e professores.

Conclusão: O discurso das educadoras revela que estas compreendem a complexidade do experienciar a violência doméstica, o que remete a necessidade de intervenção coletiva com os escolares com fins em assegurar uma vida livre de violência.

DESCRITORES: Violência doméstica. Adolescente. Professores Escolares. Ensino Fundamental e Médio. Enfermagem em Saúde Comunitária.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes representa um problema de saúde pública com sérios comprometimentos sobre o desenvolvimento humano, sendo por isso essenciais, ações no sentido de enfrentar tal problemática, que se dá predominantemente no espaço doméstico. Tal contexto sinaliza para a necessidade de estratégias articuladas, sobretudo com os setores saúde e educação.

A problemática da violência contra crianças e adolescentes é um cenário preocupante em todo mundo, sobretudo diante de sua maior incidência no âmbito domiciliar. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a cada sete minutos, uma pessoa na fase da infância ou adolescência é morta no mundo em decorrência da violência.¹ Nos EUA, a taxa de mortalidade decorrente da violência em população nessa faixa etária varia de 5 a 14%.² No Brasil, somente no ano de 2012, foram registrados 95 mil casos de agressões contra crianças e adolescentes que evoluíram para óbito.³

Agrava-se o fato desse tipo de violência ocorrer predominantemente no espaço doméstico, conforme revela pesquisa que analisou dados de 171 países e ratificou serem os membros residentes no mesmo domicílio da criança e adolescente os principais responsáveis pela perpetração da violência contra estes.⁴ Considerando que a família consiste na instituição primordial com dever de proteger e cuidar das crianças e adolescentes, experienciar violência em âmbito doméstico, sobretudo por seus responsáveis legais, se constitui um paradoxo. Isso porque a família representa a fonte primária de valores, crenças e atitudes, sendo a primeira referência de interação e relação para seus filhos, os quais a partir de então poderão formar novos vínculos. A construção dessas relações elementares é fundamental para o desenvolvimento humano, visto que parte da identidade de cada sujeito está relacionada ao que é transmitido de pais e mães para os filhos.⁵

Cabe salientar a interface entre experienciar maus-tratos domésticos e prejuízos infanto-juvenil. Estudo de abrangência nacional e pesquisas internacionais, desenvolvidos no Sul da Ásia, México e Estados Unidos, apontam que crianças e adolescentes que presenciam e/ou experienciam a violência doméstica tendem a apresentar danos físicos ou psicológicos, como depressão, autolesão, tentativa de suicídio e suicídio.⁶⁻⁹ Estes eventos, que acabam por comprometer o desenvolvimento infanto-juvenil, revela a interface da violência com a saúde, sendo essencial que os profissionais estejam preparados para reconhecer e lidar com a situação, a exemplo das enfermeiras que integram a Estratégia Saúde da Família (ESF) cujo acompanhamento de famílias em seu contexto territorial favorece o conhecimento de suas histórias.⁹

Diante das repercussões da violência doméstica, se faz importante uma gestão com fins na prevenção e enfrentamento do agravo, sobretudo nos espaços de saúde e educação, com o propósito de preparar profissionais para identificar e agir em situações de abuso domésticos. Nesta perspectiva, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, pelo Decreto nº 6.286, cuja finalidade é de articular ações de saúde no âmbito da educação, visto que educadores, pela maior aproximação com os escolares, se encontram em posição estratégica para reconhecer o agravo.

O próprio Paulo Freire, considerado patrono da educação brasileira, propõe que a educação seja uma forma de intervenção na vida coletiva, contribuindo para a construção de uma sociedade livre e justa.¹⁰ Assim, tendo em vista que a violência doméstica representa uma forma de dominação ainda vigente em nossa sociedade, considera-se a saliência da relação entre educador-educando para a suspeita e identificação desse agravo, condição essencial para o enfrentamento e superação dessa realidade. Nesse sentido, esse estudo parte da seguinte inquietação: Qual a percepção de educadoras acerca da violência doméstica vivenciada por adolescentes? Assim, delineamos como objetivo: Apreender a percepção de educadoras acerca da violência doméstica contra adolescentes.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, fundamentado na Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire, sobretudo nos seus princípios político e axiológico. Estes baseiam-se na ideia de que a educação é uma forma de intervenção na vida coletiva, no sentido de manutenção ou superação de uma determinada realidade, bem como difusora e produtora de valores que regem a vida dos sujeitos.¹⁰

Esta pesquisa foi realizada com 20 educadoras de uma escola pública de ensino fundamental localizada na periferia do município de Salvador, Bahia, Brasil. A aproximação com as docentes aconteceu com o apoio da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) intitulada "Abordagem interdisciplinar e transdisciplinar dos problemas de saúde relacionados à violência", a qual faz parte da estrutura curricular dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia. Tal componente favoreceu o contato com as educadoras, visto que durante o período de 2013 a 2017 desenvolvemos, para os escolares, ações extensionistas tendo como temáticas de discussão: uso/abuso de álcool e outras drogas, sexualidade, *bullying* e violência doméstica.

Foram convidadas a participar do estudo todas as docentes permanentes do quadro de funcionárias que lecionavam há pelo menos seis meses na referida escola. Estas foram esclarecidas acerca do objeto e objetivos da pesquisa, do seu caráter voluntário, do direito desistir a qualquer momento, da inexistência de benefícios materiais ou financeiros como contrapartida pela colaboração, da garantia à privacidade e confidencialidade das informações e outros preceitos éticos contidos na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Não havendo recusa por parte das convidadas, todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que uma profissional não foi encontrada após duas tentativas de contato.

Esta pesquisa encontra-se vinculada ao projeto matriz "Universidade e escola pública: buscando estratégias para enfrentar os fatores que interferem no processo ensino/aprendizagem" e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (Parecer Consubstanciado nº 384.208/2013). Salienta-se que o projeto matriz, ao caracterizar os estudantes da escola-*lócus*, evidenciou que 53,97% eram homens, motivo pelo qual resolvemos adotar em todo estudo as terminologias relacionadas aos escolares no gênero masculino.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica entrevista. As entrevistas individuais foram guiadas por um formulário semiestruturado contendo perguntas relacionadas aos aspectos sociodemográficos e a seguinte questão norteadora: Qual sua percepção acerca da violência doméstica vivenciada por adolescentes? Esta etapa aconteceu, nos meses de agosto a outubro de 2017, em uma sala reservada na escola-*lócus* com o intuito de promover um espaço de privacidade, confiança e respeito entre entrevistadora e colaboradoras.

Os depoimentos foram gravados, transcritos na íntegra com a autorização das colaboradoras e sistematizados através do Discurso do Sujeito Coletivo. Esse método

consiste no agrupamento de falas, a fim de construir um discurso único, em primeira pessoa, de modo a sintetizar o entendimento de uma coletividade. A partir das entrevistas transcritas, foram retiradas as ideias Centrais (IC) e as suas Expressões Chave (ECH). A IC denomina sucintamente o sentido nuclear do discurso, já as ECH são as falas que o compõe. Vale ressaltar que os dados foram validados pelas colaboradoras, que receberam códigos com “E” de educadoras e o número referente a ordem de transcrição das entrevistas. Por fim, o discurso foi interpretado e fundamentado na Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire.

RESULTADOS

A fim de caracterizar as educadoras cujas entrevistas compuseram o DSC, apresentaremos primeiramente o perfil sociodemográfico das colaboradoras, seguido das categorias referentes à percepção dos mesmos acerca da violência doméstica vivenciada por adolescentes.

Das 20 colaboradoras entrevistadas, a maioria eram mulheres (70%), evento pelo qual decidimos utilizar terminologias no feminino, devendo, por exemplo, na expressão “educadoras” lê-se educadoras e educadores. Todas eram docentes, tendo como vínculo empregatício predominante o de servidoras públicas estaduais, concursadas em regime de 20 horas (45%) ou 40 horas (55%) semanais. O tempo de atuação na área da educação variou de quatro a 37 anos, e, na referida instituição, de seis meses a 26 anos.

Todas possuíam nível superior completo e quase a totalidade, especialização (90%). No que tange ao conhecimento sobre violência, um pouco mais da metade (55%) mencionou que a temática não foi abordada na graduação, contrastando com a grande parcela (90%) que declarou ter trabalhado este objeto durante a especialização, principalmente nos componentes curriculares cursados (20%).

No que tange ao discurso coletivo, este revela que, na percepção das educadoras, a violência doméstica vivenciada por adolescentes escolares está fundamentada em quatro ideias centrais: expressão da violência doméstica nas formas física, psicológica e por negligência; repercussões da violência doméstica para a saúde e educação; naturalização da violência doméstica pelos adolescentes; e reprodução da violência no espaço escolar.

Ideia central 1: Formas de violência contra adolescentes praticadas no ambiente doméstico

As educadoras percebem a violência doméstica vivenciada por escolares como um fenômeno expresso de diversas formas, referindo, por exemplo, agressões físicas, xingamentos e descaso afetivo, com a alimentação e a educação.

A violência doméstica se expressa na forma física, no modo agressivo de tratar o adolescente. Porém, a violência não se expressa só no corpo. Eu vejo a violência como um abuso de cunho físico, mas também psicológico. O jeito de falar pode ser um tipo de violência [...] quando se usa o tom de voz agressivo e autoritário. Também considero violência viver em um ambiente que tem xingamentos, o qual é preciso exercer o poder gritando. Nós percebemos que muitos alunos assumem responsabilidades que não são adequadas para a idade, como, por exemplo, cuidar da casa e dos irmãos. O que eu noto bastante aqui é o descaso em relação ao futuro dos filhos, porque é uma dificuldade conseguir a presença dos pais na escola para acompanhá-los. Têm pais que deixam de mandar os filhos para a escola; outros que os expulsam, deixando-os sem ter o que comer. Muitos não recebem amor, afeto, carinho da família e eu acho isso o maior exemplo de violência.

Ideia central 2: Repercussões da violência doméstica para a saúde e educação

Para as educadoras, a vivência de violência doméstica traz repercussões para a saúde física e mental dos adolescentes, desde hematomas à comportamentos suicidas, além de prejuízos no que tange ao desempenho escolar.

Com certeza, a violência deixa marcas no adolescente e atrapalha seu desenvolvimento. Isso é notório! As repercussões não são apenas no físico, como o olho roxo, mas também psicológicas, emocionais. Percebo que pessoas que sofreram violência ficam retraídas. Muitos apresentam baixa autoestima, ficam desnorteados, se cortam, tentam suicídio. Isso tudo resulta no desinteresse com os estudos: não querem mais saber da escola, acabam perdendo de ano. Não sei dizer se ser responsável por cuidar dos irmãos é violência, mas vejo que traz prejuízos para os estudos, como a falta de concentração, e tira o direito da pessoa de aproveitar a fase da adolescência. [...] acredito que estas situações estão relacionadas com os problemas familiares.

Ideia central 3: Naturalização da violência apreendida no âmbito doméstico

O discurso das docentes também revela a percepção da violência doméstica enquanto um comportamento naturalizado pelos adolescentes, situação que influencia a aceitação das agressões domésticas. Diante o entendimento da violência enquanto conduta culturalmente

aceita, o estudo alerta para a dificuldade dos adolescentes em reconhecerem o abuso como tal, contribuindo para a persistência das relações desrespeitosas.

Aqui [na escola] a gente tem violência 24 horas por dia. O hábito de falar de forma agressiva, de bater e apanhar é tão naturalizado que eles não percebem que estão sendo violentos com os colegas e professores. [...] se expressa na maneira como eles falam com os colegas: um xingando o outro, gritando com o outro. Eles acham que é normal essa forma de se tratar. O adolescente primeiro precisa se reconhecer em situação de violência. Às vezes, a própria família não tem consciência do que é violência e, por isso, precisa que o outro identifique. Na maioria das vezes, os adolescentes apanham e acham que é normal e por isso não comentam sobre este assunto. Acredito que os próprios pais que agredem também são vítimas da vida que tiveram. E isso vai passando de geração em geração. Eu acho que a violência familiar é tão natural que é difícil de intervir.

Ideia central 4: Reprodução da violência no espaço escolar

Conforme entendimento das educadoras, a violência apreendida no espaço do doméstico é percebida, naturaliza e reproduzida na interação com o outro nos diversos espaços de convivência, a exemplo da escola. O discurso remete ainda ao caráter transgeracional deste agravo.

Eu noto que a agressividade dos adolescentes é o reflexo do que eles vivem em casa. Os filhos copiam o que os pais fazem. Eles são modelos para os filhos. Então, a forma agressiva deles de se comportar com os colegas muitas vezes é uma alerta, pois o que a gente percebe é que eles trazem para sala de aula o que vivenciam dentro de casa. Quando eles têm em casa pessoas intolerantes, normalmente acabam sendo intolerantes também na escola. Se os pais são violentos na forma de falar e agir, eles também agem assim com os colegas. A forma como eles se tratam verbalmente uns com os outros, às vezes de forma agressiva, com palavrões, talvez seja fruto desse convívio familiar que muitos deles têm. As agressões físicas também são reproduzidas na escola. O mundo em que eles vivem é tão violento que até as brincadeiras são de bater. Eles terminam projetando essa violência que sofrem em outro colega porque eles não aprenderam a se comunicar, a refletir. [...] quando tem um conflito na escola com os colegas, eles já vão logo para bater. [...] eles são agressivos não só com os colegas, mas com professor também. [...] tornaram-se vítimas desse processo.

DISCUSSÃO

O discurso das educadoras revela a percepção da violência doméstica enquanto um fenômeno expresso nas formas física, psicológica e por negligência, uma vez que entendem que os adolescentes podem conviver em um espaço doméstico permeado por xingamentos, gritos, agressões verbais e físicas, além de situações de ausência de amorosidade, atenção afetiva e material e precisar assumir responsabilidades próprias para adultos, evento que pode privá-los à direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como o lazer, esporte e convivência comunitária. Tais achados encontram concordância com estudos nacionais, também com educadores, que mencionam como formas de violência doméstica as agressões físicas, verbais e a negligência.¹¹ Evidências internacionais também atestam a compreensão de professoras acerca dessas expressões da violência doméstica contra crianças e adolescentes, a exemplo de pesquisa realizada na Turquia, Rússia, Colômbia e Brasil que convergem para a percepção de docentes acerca destas manifestações.¹²⁻¹⁵

O fato das docentes perceberem as diferentes facetas da violência doméstica vivenciadas pelos seus educandos possui consonância com os pressupostos freireanos, visto que o mesmo defende a necessidade do educador compreender o “discurso do corpo”, as feições do rosto, os gestos, muitas vezes, até mais fortes do que a oralidade. Para Freire, o currículo escolar não deve ser puramente pautado em conteúdos programáticos, devendo ser levado em consideração todos os sujeitos envolvidos no processo educativo e suas experiências cotidianas, visto que estas possuem forte influência nas visões de mundo e nas identidades, o que afeta, conseqüentemente, na aprendizagem.¹⁶

Importante ressaltar que, para além das formas físicas, psicológicas e negligências, reveladas pelas entrevistadas e corroboradas por estudos nacionais e internacionais, adolescentes podem experimentar ainda os abusos sexuais. Salienta-se que essas tipificações são legitimadas como formas de violência tanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto por dispositivos jurídicos que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.¹⁷ Contudo, a não cogitação do abuso sexual pelas educadoras nos alertam para a dificuldade destas em vislumbrar a possibilidade de que os escolares estejam experienciando tais abusos em seus lares. Pesquisas realizadas na Austrália e na Espanha advertem para o contrassenso que permeia essa situação, visto que mesmo em países em que existe a responsabilidade de denunciar o abuso sexual, as educadoras não possuem competência para reconhecê-lo,¹⁸⁻¹⁹ o que pode estar relacionado ao fato de não presumirem tal eventualidade, conforme assinalou o discurso coletivo.

É importante levar em conta a possibilidade de que estas podem ter se eximido da discussão acerca desta temática, talvez por a considerarem mais invasiva e de maior gravidade. Todavia, a ausência de discursos das educadoras acerca da violência sexual pode ser vislumbrada a partir do olhar de Paulo Freire que defende ser impossível a educação se manter neutra diante de determinadas realidades. Acredita ainda que esta dita neutralidade é maneira mais cômoda, senão, mais hipócrita, de esconder a opção ou medo de acusar a injustiça visto que “lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.¹⁰

O discurso denota ainda para percepção das educadoras acerca do caráter danoso da violência doméstica, com sérias implicações para a saúde e educação dos adolescentes. O estudo deixa evidente o entendimento das professoras de que a vivência do abuso deixa marcas corporais, como hematomas, e desencadeia danos psicológicos, a exemplo de comportamento depressivo e suicida. Estas consequências da violência doméstica também são percebidas por profissionais da saúde que atuam em Unidades de Saúde da Família (USF).²⁰

Em se tratando do adoecimento mental, vale salientar a percepção docente das autolesões. Isso porque o vivido tende a se manifestar no corpo do sujeito, afetando a sua corporeidade,²¹ que consiste na capacidade que o indivíduo tem de sentir e utilizar o corpo como ferramenta de manifestação e interação com o mundo.²² Exemplo disso é a autolesão, definida como o ato de se machucar com a intenção de aliviar tensões ou sentimentos que apresenta graus variados de intensidade podendo ocorrer em qualquer faixa etária, porém tem se mostrado mais frequente entre adolescentes. Embora a autolesão seja considerada um tipo de violência autoinfligida, ela difere do comportamento suicida, pois a pessoa é desprovida de ideação suicida e possui intenso desejo de viver. Essa outra forma de agressão autoinfligida, referida no discurso por meio do ato suicida, muitas vezes se dá por uma tentativa radical de rompimento com uma dor, em que a pessoa não tem mais capacidade em lidar com situações que lhes causam sofrimento, como no caso da violência doméstica.

O discurso revela ainda a percepção da violência doméstica enquanto um agravo que compromete o desempenho escolar e o desenvolvimento pleno do potencial do adolescente, visto que as dificuldades de aprendizagem repercutem diretamente no desempenho escolar.²³ Corroborando, estudo realizado na Noruega com 7.343 escolares e no Brasil com 210 estudantes evidenciaram a redução do desempenho escolar em adolescentes que experienciam violência em seus lares.²⁴⁻²⁵ Sob a ótica Freireana, não existe dúvidas de que as condições em que vivem os educandos repercutem na sua compreensão do próprio mundo, na capacidade de aprender e também de responder aos desafios da vida.

Outra repercussão constatada pelas profissionais da educação é o comportamento agressivo dos adolescentes com seus pares, o qual é entendido pelas mesmas como um sinal de alerta para a vivência de violência doméstica. Segundo o discurso, essa forma de interagir com o universo, se estabelece a partir do que é apreendido em suas relações, sobretudo familiares. Isso porque a família é onde se inicia a primeira relação de integração dos seres humanos, o que interfere na formação dos padrões de comportamento, que são transmitidos de pais e mães para filhas (os).¹¹ Desse modo, as formas de agir dos adolescentes são direcionadas por aquilo que eles consideram como natural, não percebendo assim as suas atitudes como violência. Esta banalização é corroborada por pesquisa realizada em diferentes regiões do Brasil ao desvelar que, apesar de declararem viver em ambientes hostis e com frequentes situações de violência, poucos se percebem nessa situação.²⁶

A falta de reconhecimento de que suas ações são violentas fazem com que os adolescentes a reproduzam nas relações interpessoais, a exemplo da escola. Pesquisa realizada com jovens e educadores de escolas públicas e privadas de três municípios dos estados de Ceará, Minas Gerais e São Paulo que objetivou analisar os significados que a violência assume em diferentes contextos sociais e as formas como se manifesta no cotidiano escolar sinalizou para as mudanças comportamentais em decorrência da violência doméstica que podem se expressar através da delinquência juvenil.²⁷

Na Suécia, constatou-se que adolescentes que vivenciaram violência doméstica física e emocional e/ou presenciam conflitos domiciliares entre os pais têm maiores chances de praticarem e serem vítimas de *bullying*.²⁸ Pesquisas em Cúcuta e China também evidenciaram casos de agressividade contra os docentes perpetrada por estudantes que sofriam violência doméstica.^{14,29} Achados semelhantes foram encontrados em pesquisas realizadas na Ilha do Pacífico, Nova Zelândia e na Europa com jovens que apresentaram comportamento delinquente,³⁰ alertando para os malefícios da vivência de violência doméstica.

Dessa forma, se faz importante atentar para o modo como estes escolares estão projetando estas relações desrespeitosas entre os colegas e outros indivíduos que os rodeiam, como as professoras. Assim, torna-se essencial repensar a dinâmica escolar no sentido de investir em práticas pedagógicas que incluam discussões acerca da convivência familiar e harmoniosa, inclusive no sentido de oferecer a esses adolescentes outros modelos de relações, pautadas no respeito e na solidariedade entre os pares. Estas ideias também são defendidas no Princípio axiológico de Paulo Freire, o qual parte da premissa de que a educação deve produzir e difundir valores positivos que contribuam para a humanização e solidariedade dos sujeitos.¹⁰

Tais atividades pedagógicas/dialógicas de estímulo à solidariedade, respeito à diversidade e cooperação podem ser realizadas a partir do PSE que, em suas diretrizes, prevê a ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes, bem como a promoção da cultura de paz, fortalecendo assim a articulação de saberes entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e as Redes de Educação Pública.¹⁷ Desse modo, as ações conjuntas destas duas esferas podem promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando a atenção às pessoas, em especial as (os) adolescentes, em situação de violência.

Nesse processo de promoção em saúde, a Enfermagem merece destaque, sobretudo por integrar a equipe de referência na ESF e muitas vezes assumir a coordenação destas. Ainda que pesquisas apontem a pouca atuação no enfrentamento e prevenção da violência doméstica, os profissionais da ESF vêm demonstrando capacidade de reconhecer a vulnerabilidade do adolescente para praticar e sofrer abusos, sendo essencial, diante esse cenário, a promoção de práticas alternativas e criativas que valorizem o protagonismo juvenil, com vistas à promoção de saúde e de uma cultura de paz.³¹ Esse novo olhar acerca da educação do adolescente pode ser utilizado como estratégia de rompimento da naturalização da violência doméstica, por mais sedimentado que tenha sido o modelo familiar experienciado. Justamente por considerar realidades como estas, é que Paulo Freire argumenta a favor da luta constante contra qualquer forma de opressão, propondo que a formação de educadores seja pautada por uma ética do desenvolvimento da vida humana nas suas diversas potencialidades, promotora da dignidade e fomentadora da autonomia responsável dos sujeitos em relação a si e à coletividade.¹⁰

CONCLUSÃO

O discurso coletivo revela que as educadoras percebem a violência doméstica enquanto um fenômeno com consequências sobre a saúde física e mental, bem como para o processo educativo dos adolescentes, que o vivencia nas formas física, psicológica e negligência. Ainda que os abusos sexuais não tenham sido mencionados, as docentes expressam o caráter complexo do fenômeno, compreendendo suas raízes no processo de naturalização das relações desrespeitosas experienciadas pelos adolescentes no seio familiar e reproduzidas em outros espaços de interação com o outro, como a escola.

Considerando a importância da família para a construção da identidade individual, importante que não haja transferência dessa responsabilidade para a escola, mas sim um

entendimento da relevância de se repensar as práticas escolares, no sentido de viabilizar um processo de formação que transcenda os conteúdos, contemplando as demandas afetivas e sociais percebidas pelas educadoras, conforme preconiza Paulo Freire. A percepção destas profissionais acerca da violência doméstica nos direciona para a necessidades de espaços no meio escolar que propiciem ao público adolescente referências de relações respeitadas e amorosas, essenciais para que esse grupo desenvolva seus potenciais de forma plena.

Para tanto, torna-se primordial a articulação com outras instituições no sentido de oportunizar esses espaços. Nesse ínterim, destaca-se o cenário da ESF, sobretudo por meio do PSE, revelando a interface entre as áreas das ciências da saúde e educação. Portanto, o PSE se configura enquanto importante meio de apoio às educadoras, inclusive para se investir no processo de aproximação e compreensão da dinâmica familiar dos adolescentes, assim como pensar em estratégias de intervenções coletivas junto aos escolares com fins em uma vida livre de violência.

REFERÊNCIAS

1. United Nations Children’s Fund. A familiar face: Violence in the lives of children and adolescents [Internet]. New York: 2017. Available from: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf.
2. Alpaslan AH, Coşkun KŞ, Yeşil A, Çobanoğlu C. A child death as a result of physical violence during toilet training. *J. Forensic Leg. Med.* [Internet] 2014 [cited 2018 Abr 27]; 28: 39–41. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1752928X14001826>.
3. Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo. [Internet]. Brasília: 2015 [cited 2018 Abr 27]. Available from: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>.
4. Devries K, Knight L, Petzold M, Merrill KG, Maxwell L, Williams A, et al. Who perpetrates violence against children? A systematic analysis of age-specific and sex-specific data. *BMJ Paediatr. Open* [Internet] 2018 [cited 2018 Mar 24]; 2(1): e000180. Available from: <http://bmjpaedsopen.bmj.com/lookup/doi/10.1136/bmjpo-2017-000180>.
5. Mandelbaum B, Schraiber LB, D’Oliveira AFPL. Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. *Saúde e Soc.* [Internet] 2016 [cited 2018 Mai 04]; 25(2): 422–30. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000200422&lng=pt&tlng.

6. Ferdousy EZ, Matin MA. Association between intimate partner violence and child morbidity in South Asia. *J. Heal. Popul. Nutr.* [Internet] 2015 [cited 2016 Nov 10]; 33(1): 16. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26825360>.
7. Rivera LR, Hernández PR, Amezcua BP, Lépez AL, De Castro F. Factores individuales y familiares asociados con sintomatología depresiva en adolescentes de escuelas públicas de México. *Salud Publica Mex* [Internet]. 2015 [cited 2018 May 12]; 57(3):219–26. Available from: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003636342015000300010&lng=es&nrm=iso.
8. Yoon S, Steigerwald S, Holmes MR, Perzynski AT. Children’s Exposure to Violence: The Underlying Effect of Posttraumatic Stress Symptoms on Behavior Problems. *J. Trauma. Stress* [Internet] 2016; 29(1): 72–9. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1002/jts.22063>.
9. Magalhães JRF de, Gomes NP, Mota RS, Campos LM, Camargo CL de, Andrade SR de. Intra-family violence: experiences and perceptions of adolescents. *Esc. Anna Nery - Rev. Enferm.* [Internet] 2017 [cited 2018 May 10]; 21(1). Available from: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/1414-8145.20170003>.
10. Freire P. *Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa*. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
11. Costa A de L, Teixeira KMD. O comportamento dos alunos na escola e sua relação com a violência doméstica na percepção dos educadores. *Oikos Rev. Bras. Econ. Doméstica* [Internet] 2017 [cited 2018 Abr 28]; 28(1): 22–42. Available from: <https://oikos.ufv.br/index.php/oikos/article/view/261/238>.
12. Özabaci N, Erkan Z. Metaphors about Violence by Preservice Teachers Metaphors about Violence by Preservice Teachers. *Coll. Antropol.* [Internet] 2015 [cited 2018 Abr 28]; 39(1): 193–201. Available from: <https://pdfs.semanticscholar.org/d8e7/710e9b41fd51b387ccc22eaccd3f4c102fc0.pdf>.
13. Baeva IA, Zinchenko YP, Laptsev VV. Psychological resources of modern Russian adolescents’ resilience to violence in the educational environment. *Psychol. Russ. State Art* [Internet] 2016 [cited 2018 Abr 27]; 9(3): 159–72. Available from: <http://psychologyinrussia.com/volumes/index.php?article=5368>.
14. Suárez AAG, Gélvez JAO, García PAM. Violencia en contextos escolares: percepción de docentes sobre manifestaciones de violencia en instituciones educativas en Cúcuta-Norte de Santander/ Violence in school settings: perception of teachers on manifestations of violence in educational institut. *Psicogente* [Internet] 2017 [cited 2018 Abr 26]; 20(37). Available from: <http://revistas.unisimon.edu.co/index.php/psicogente/article/view/2420>.

15. Magalhães JRF, Gomes NP, Campos LM, Camargo CL, Estrela FM, Couto TM. Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Texto contexto - enferm* [Internet]. 2017 [cited 2018 Jul 02]; 26(4): e1730016. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400303&lng=en.
16. Freire P. *A educação na cidade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
17. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (BR). Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 2017 [cited 2018 Mai 2]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm.
18. Goldman JDG, Grimbeek P. Preservice Teachers' Sources of Information on Mandatory Reporting of Child Sexual Abuse. *J. Child Sex. Abus.* [Internet] 2015 [cited 2018 Abr 27]; 24(3): 238–58. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10538712.2015.1009607>.
19. Flores MMM, Hernández VVM, Gámez GG. Teachers' Knowledge and Beliefs About Child Sexual Abuse. *J. Child Sex. Abus.* [Internet] 2016 [cited 2018 Jun 30]; 25(5): 538–55. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10538712.2016.1189474>.
20. Silveira TB da, Netto de Oliveira AM, Algeri S, Susin LRO, Baisch ALM, Marques LA, et al. The invisibility of psychological violence against children. *J. Hum. Growth Dev.* [Internet] 2016 [cited 2018 Jun 30]; 26(3): 345. Available from: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/122818>.
21. Stoddard SA, Heinze JE, Choe DE, Zimmerman MA. Predicting violent behavior: The role of violence exposure and future educational aspirations during adolescence. *J. Adolesc.* [Internet] 2015 [cited 2018 Abr 27]; 44: 191–203. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S014019711500189X>.
22. Silva LLG, Souza MCRF de, Simões R, Moreira WW. Reflexões sobre corporeidade no contexto da educação integral. *Educ. em Rev.* [Internet] 2016 [cited 2018 Abr 27]; 32(1): 185–209. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000100185&lng=pt&tlng=pt.
23. Faermann L. Dificuldades de aprendizagem de crianças e adolescentes da rede pública de ensino: um fenômeno multicausal. *Interfaces Científicas – Educ.* 2016; 4(3): 91–104. Available from: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/2503/1823>.

24. Strøm IF, Thoresen S, Wentzel-Larsen T, Dyb G. Violence, bullying and academic achievement: A study of 15-year-old adolescents and their school environment. *Child Abuse Negl.* [Internet] 2013[cited 2017 Jul 24]; 37(4): 243–51. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0145213412002578>.
25. Santos RM, Gomes NP, Mota RS, Gomes NP, Couto TM, De Araújo GS. Reprovação escolar e aspectos sociais e de saúde: estudo transversal com adolescentes. *Rev. Baiana Enfermagem* [Internet] 2018 [cited 2018 Mai 05]; 32. Available from: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/21827>.
26. Lira k, Hanna N. O que dizem as crianças? Uma consulta sobre violência a partir da percepção de crianças e adolescentes. Instituto Iguarapé: 2016.
27. Njaine K, Minayo MC de S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. *Interface - Comun. Saúde, Educ.* [Internet] 2003[cited 2018 Abr 27]; 7(13): 119–34. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000200009&lng=pt&tlng=pt.
28. Lucas S, Jernbro C, Tindberg Y, Janson S. Bully, bullied and abused. Associations between violence at home and bullying in childhood. *Scand. J. Public Health* [Internet] 2016 [cited 2018 Abr 27]; 44(1): 27–35. Available from: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1403494815610238>.
29. Lin X, Li L, Chi P, Wang Z, Heath MA, Du H, et al. Child maltreatment and interpersonal relationship among Chinese children with oppositional defiant disorder. *Child Abuse Negl.* [Internet] 2016 [cited 2018 Abr 27]; 51: 192–202. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0145213415003713>.
30. Ioane J, Lambie I, Percival T. A Comparison of Pacific, Māori, and European Violent Youth Offenders in New Zealand. *Int. J. Offender Ther. Comp. Criminol.* [Internet] 2016 [cited 2018 Abr 27]; 60(6): 657–74. Available from: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306624X14560725>.
31. Vieira Netto MF, Deslandes SF. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. *Cien. Saude Colet.* [Internet] 2016 [cited 2018 Abr 27]; 21(5): 1583–95. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n5/1413-8123-csc-21-05-1583.pdf>.

5.3 ARTIGO 2: EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES: DISCURSOS DE EDUCADORAS

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES: DISCURSOS DE EDUCADORAS

RESUMO

Objetivo: Descrever as expressões, reconhecidas por educadoras, da violência doméstica vivenciada por adolescentes. **Método:** Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado na pedagogia libertadora de Paulo Freire. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com 20 professoras de uma escola pública de ensino fundamental em Salvador, Bahia, Brasil. Os dados foram sistematizados por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. **Resultados:** O discurso coletivo revela que as educadoras identificam escolares que experienciam abusos físicos, psicológicos e por negligência, lhes sendo negado inclusive amor e afeto. **Conclusão:** Embora a não alusão a abusos sexuais, as educadoras reconhecem que os escolares se encontram inseridos no contexto da violência doméstica, saber necessário para o desenvolvimento de ações que viabilizem a saída do educando da condição de oprimido e superação do vivido.

DESCRITORES: Violência doméstica. Adolescente. Professores Escolares. Ensino Fundamental e Médio. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um problema de saúde pública que repercute na saúde física, mental e no rendimento escolar de crianças e adolescentes, podendo inclusive levá-los ao óbito. A transformação dessa realidade requer o preparo profissional para reconhecer a realidade de opressão experienciada pelo público infante-juvenil.

Dados internacionais e nacionais revelam evidências da opressão em crianças e adolescentes a partir dos índices expressivos de violência doméstica acometida principalmente dentro do próprio lar. Estudo epidemiológico desenvolvido em Taiwan com 355 pacientes menores de 18 anos internados em Unidade de Terapia Intensiva por maus tratos mostrou percentual de 9,86% de óbitos por essa causa⁽¹⁾. Estudo sobre estimativas de vivências de violência por crianças e adolescentes revelou que no mínimas de 64% deste público experienciou esse agravo na Ásia, 56% na América do Norte, 50% na África, 34% na América Latina e 12% na Europa de crianças e adolescentes que experimentaram a violência⁽²⁾. No mundo, três quartos das crianças de 2 a 4 anos são submetidas regularmente a uma disciplina violenta, sofrendo agressões por seus pais ou outros cuidadores em casa⁽³⁾. No

Brasil, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) registrou 39.281 atendimentos por violência a crianças e adolescentes, sendo a residência o local preponderante em todas as faixas etárias⁽⁴⁾.

Diante desses índices, cabe sinalizar o quanto a violência doméstica impacta sobre a saúde e em toda a vida das pessoas acometidas. Evidências mencionam predominantemente lesões corporais e transtornos emocionais, como transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e até sintomas depressivos^(5,6), além de maior probabilidade de apresentarem dificuldades de concentração e baixo rendimento escolar. Estudo desenvolvido na Índia, Bangladesh e Nepal, regiões do sul da Ásia, evidenciou que a vivência de violência ocasiona o adoecimento mental e físico⁽⁷⁾. Tais repercussões comprometem todo seu desenvolvimento infanto-juvenil, principalmente no que tange o progresso educacional e alcance de melhor qualidade de vida⁽⁸⁾, realidade que coloca os adolescentes em posição de oprimido em face a uma sociedade que silencia os menos favorecidos⁽⁹⁾.

Embora as consequências no âmbito escolar e da saúde, os profissionais, sobretudo da enfermagem, não vêm reconhecendo o agravo. Corroborando, estudo com profissionais de saúde que prestaram atendimento a crianças e adolescentes em vivência de violência doméstica evidenciou que grande parte dos entrevistados negligenciam a situação, não fazendo qualquer intervenção, por acreditar ser essa uma responsabilidade da família⁽¹⁰⁾, circunstância que demonstra a não implicação dos profissionais perante situações como estas e acaba por reforçar a opressão desse grupo⁽⁹⁾. Pesquisa realizada com professores da rede pública de ensino da Turquia também revelou dificuldades por parte das educadoras no reconhecimento da violência⁽¹¹⁾. Tais dificuldades podem estar relacionadas com a falta de preparo profissional, fundamental para o reconhecimento do agravo.

Considerando que as educadoras estão mais próximas dos estudantes e que a partir da interação com os educandos estes podem superar experiência e realidades vivenciadas e/ou aprendidas culturalmente⁽⁹⁾, o estudo parte do pressuposto de que o vínculo que estabelecem com os escolares favorece a identificação da vivência de violência doméstica.

OBJETIVO

Descrever as expressões, reconhecidas por educadoras, da violência doméstica vivenciada por adolescentes.

MÉTODO

Pesquisa de abordagem qualitativa, que se respaldou no referencial teórico proposto por Paulo Freire, o qual defende a educação enquanto estratégia de transformação da realidade, através da qual é possível intervir na vida coletiva, seja para a manutenção ou superação do vivido.⁹ Vinculou-se ao projeto matriz “Universidade e escola pública: buscando estratégias para enfrentar os fatores que interferem no processo ensino/aprendizagem”, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

O cenário foi uma escola pública localizada em um bairro periférico de Salvador, Bahia, Brasil. Esta instituição de ensino oferta educação a adolescentes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo a maioria (53,97%) de estudantes homens, o que nos levou a adotar em todo o estudo expressões relacionadas aos escolares no gênero masculino. A aproximação com a escola foi viabilizada através de ações extensionistas, previstas no projeto matriz, com foco nos eixos temáticos: uso/abuso de álcool e outras drogas, sexualidade, bullying e violência doméstica. As ações foram desenvolvidas no período de 2013 a 2017 em parceria com o componente Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) intitulada "Abordagem interdisciplinar e transdisciplinar dos problemas de saúde relacionados à violência", que faz parte da estrutura curricular dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e conta com a participação de estudantes de diversas áreas do conhecimento.

As colaboradoras foram 20 docentes permanentes do quadro de funcionárias, que lecionavam há pelo menos seis meses na referida escola. Apenas uma profissional foi excluída do estudo tendo em vista duas tentativas de contato sem sucesso. Todas educadoras foram informadas acerca do objetivo do estudo e preceitos éticos que o orientam, descritos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem da UFBA (Parecer Consubstanciado nº 384.208/2013).

Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista, guiada por um formulário semiestruturado contendo aspectos relacionados à caracterização das colaboradoras e a seguinte questão norteadora: Quais as expressões da violência doméstica você já identificou nos escolares? As entrevistas foram realizadas individualmente, entre os meses de agosto e setembro de 2017 e tiveram tempo médio de duração de 15 a 20 minutos. Ocorreram em local acordado com a colaboradora, porém reservado a fim de garantir a privacidade da

mesma e o sigilo das informações, sendo para isso utilizado como codinomes a letra “E” de educadora e um número representando a ordem de transcrição do material.

As falas foram gravadas, transcritas e sistematizadas através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A metodologia do DSC fundamentou-se na análise de depoimentos, que integram o corpus, dos quais foram retiradas as ideias centrais (IC) ou ancoragens (AC) a partir de expressões-chave (ECH) a que se referem. As IC ou AC foram reunidas por similaridade de sentidos em um único enunciado síntese. Em um primeiro momento, o discurso foi analisado em sua literalidade tornando possível dialogar com o corpus. A interpretação dos dados respaldou-se no referencial teórico de Paulo Freire.

RESULTADOS

No sentido de caracterizar as colaboradoras, primeiramente apresentaremos os aspectos sociodemográficos, seguidos das categorias relacionadas às expressões da violência doméstica em escolares identificadas por estas profissionais.

A maioria das entrevistadas eram mulheres (70%), motivo que nos levou a adotar as expressões relacionadas às colaboradoras no feminino. Assim sendo, onde os termos “educadoras” foram exibidos deve-se subentender que estamos fazendo alusão às educadoras e aos educadores.

A amostra foi integralmente composta por docentes de nível superior completo e quase todas com especialização (90%). Quando questionadas sobre o conhecimento acerca da temática violência, pouco mais da metade (55%) informou que este objeto não foi abordado na graduação, embora a maioria (90%) tenha trabalhado com o tema durante a especialização (20%).

No sentido de integrar o pensamento coletivo de educadoras acerca das expressões da violência doméstica identificadas em escolares, o estudo revelou as seguintes categorias: física; psicológica; e por negligência.

Ideia central 1: Física

O discurso coletivo evidenciou que a violência física é uma das expressões da violência doméstica identificadas pelas educadoras. Sinalizaram ainda haver um limite de aceitabilidade para as agressões cometidas pelos familiares dos escolares, muitas vezes praticadas no espaço público, como a escola.

A violência se apresenta de várias formas e a principal delas é a física. Conheci casos de estudantes que sofreram agressão física dos pais além do limite. [...] quando a criança ou o adolescente passa dos limites, é comum o pai, a avó, a tia ou o irmão mais velho reagirem de forma agressiva. Agredem mesmo, de surra, com cinto, sandália ou palmada! Certa vez, um aluno estava com o rosto roxo, quando perguntei o que havia acontecido, ele me disse que a mãe tinha batido nele. [...] em uma outra ocasião, a escola chamou os pais de um menino que havia brigado com um colega na sala. Após a conversa com a direção, a mãe bateu no adolescente no pátio, na frente de todo o mundo.

Ideia central 2: Psicológica

As falas denotaram que, em seu processo de trabalho, as educadoras vêm reconhecendo a violência psicológica vivenciada por adolescentes em suas relações familiares. Dentre as expressões, foram identificadas humilhação e agressões verbais, sob a forma de xingamentos.

Vi várias vezes um dos meus alunos sofrendo violência dos pais. [...] presenciei a própria família se referir ao adolescente xingando. Ele de cabeça baixa e a mãe dizendo um monte de coisas. Então, se fez isso em minha frente, imagina o que não faz em casa? Já ouvi a mãe de uma aluna falar no corredor: Por que essa desgraça não morre? Certa vez, um aluno fugiu de casa porque não aguentou de tanto o irmão humilhá-lo e agredi-lo verbalmente, com palavras grosseiras, pois não aceitava sua orientação sexual. Em outro momento, um dos alunos comentou que a avó o humilhou tanto, que ele disse que teria sido melhor que tivesse tomado uma surra.

Ideia central 3: Negligência

As docentes também identificaram situações de negligência no cenário familiar a que os escolares se encontravam expostos, a exemplo de privações de direitos básicos, como fornecer alimentação, moradia e também afetividade maternal ou paternal. O discurso revela ainda a desatenção dos pais no que se refere ao acompanhamento educacional dos filhos e o abandono de incapaz, que se deu quando o adolescente foi posto para fora de casa.

O que eu noto bastante aqui é o descaso da família em relação a eles [adolescentes]. É uma dificuldade conseguir a presença dos pais na escola, principalmente para acompanhar os filhos. Dois ou três alunos já me falaram que se sentem sobrecarregados por realizarem tarefas domésticas e que chegam na escola cansados, sem estímulo e disposição para estudar. Certa ocasião, investigamos um aluno que, depois que assumiu a homossexualidade, estava recorrentemente ausente e descobrimos que a família o colocou para fora de casa. Ele foi abandonado! Tivemos um caso que o pai impedia a filha de entrar em casa. Por conta disso, ela comia na casa de outras pessoas e, praticamente, vivia nas ruas. Os pais dela foram chamados à escola e não compareceram. Outra situação que tivemos foi de um padrasto que não aceitava o adolescente e o colocou para fora. Então ele ficava perambulando pelas ruas.

DISCUSSÃO

O discurso revelou que, no cotidiano de interação com os escolares, as educadoras identificam a agressão física vivenciada por eles como a principal forma de expressão da violência doméstica, entendimento também compartilhado por enfermeiras e outros profissionais da equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que reconhecem as lesões corporais como sinal predominante de abuso infantil⁽¹²⁾. Tal manifestação se dá por meio de agressões com cinto, sandália ou palmadas, também evidenciadas em estudos realizado nos Estados Unidos⁽¹³⁾. Ao sofrer esse tipo de violência, o adolescente geralmente apresenta marcas físicas, como hematomas, as quais por serem visíveis são mais facilmente identificadas pelas educadoras.

Em que pese o reconhecimento dos abusos físicos como uma forma de violência, nota-se que as educadoras acreditam que existe um limiar permissivo para esse tipo de agressão. Isso se deve ao entendimento do senso comum de que é aceitável a utilização da agressão física contra crianças e adolescentes como estratégia educativa, crença socialmente compartilhada em diversos países, como na Turquia⁽¹¹⁾. Exemplo dessa naturalização da violência física como forma de punição do adolescente foi revelada no estudo a partir do relato da educadora acerca da agressão pública de um adolescente por sua mãe. Tendo em vista essa concepção, Paulo Freire⁽⁹⁾ defende que é factível a modificação de um pensamento socialmente construído, uma vez que embora as pessoas sejam dotadas de uma cultura pré-estabelecida, esta pode funcionar como o ponto de partida para o processo de transformação. Assim sendo, urge espaços que promovam a reflexão dos responsáveis acerca de estratégias pacíficas de conflitos ancoradas na cultura de paz e não violência, bem como os danos destes abusos para a vida dos indivíduos.

Entendendo que não há como se ponderar a intensidade da agressão física perpetrada contra a criança e adolescente, bem como os danos para esse grupo populacional, foi sancionada no Brasil a Lei n. 13.010/2014, popularmente conhecida como “Lei da Palmada”. Esta estabelece que pais, responsáveis ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de sujeitos com menos de dezoito anos, sejam penalizados caso utilizem de castigo físico, tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou com qualquer outro pretexto⁽¹⁴⁾. Em outras nações, como da Nova Zelândia, a agressão física, assim como todas as outras expressões da violência contra crianças e adolescentes são inaceitáveis, não sendo tolerada inclusive qualquer forma de agressão verbal, como ofensas e xingamentos⁽¹⁵⁾.

Diferente da realidade de países desenvolvidos como a Nova Zelândia, nosso estudo expõe um cotidiano escolar marcado pela violência psicológica cometida por familiares dos

adolescentes, expressa por meio de insultos. É mister advertir que a perpetração desse tipo de violência em ambiente público, como na escola, revela o caráter humilhante e degradante dessa violência, o que torna esse local também de opressão. Esta realidade contradiz as premissas pedagógicas de Paulo Freire que sustenta que a escola deve ser um cenário propício para libertação⁽⁹⁾.

Experienciar a violência psicológica possui uma grande representatividade para a pessoa acometida. Isso pôde ser identificado no discurso coletivo das professoras que revelou ocasião em que o educando exprime a “preferência” pela violência física em detrimento das humilhações sofridas. Assim, diante o confronto entre permanecer em tal contexto e se distanciar dessa realidade, os adolescentes podem decidir por se afastar do convívio familiar, optando pela fuga de casa. Estudo etnográfico colombiano que investigou a população de rua mostrou que a violência infantil gerada pela família, sob as formas de abusos físicos, psicológicos e sexuais, motiva a saída da criança de seu lar⁽¹⁶⁾.

Cabe salientar que a violência psicológica não é apenas responsável pelo afastamento do adolescente da família, sendo possível a expulsão destes de seus lares pelos seus próprios responsáveis, o que se configura enquanto negligência. Essa forma de expressão também foi percebida no relato de adolescentes em estudo que apontou para a vivência do abandono⁽¹⁷⁾. Alerta-nos o fato da homossexualidade ter sido sinalizado enquanto motivo de acirramento de conflitos familiares, os quais culminaram na expulsão do adolescente do seu lar e nos faz refletir acerca da maior vulnerabilidade desse público para a vivência do agravo.

Tal como o abrigo, a garantia da alimentação e educação são imprescindíveis para o desenvolvimento humano. Essas violações, também desveladas no discurso das educadoras, remete à negligência no que tange a garantia das necessidades básicas, como nos casos onde as estudantes que não tinha o que comer. Corroborando com nossos estudos, pesquisa realizada em Goiás, traz relatos de educadoras que perceberam a fome e o abandono como formas de violências⁽¹⁸⁾. Importante salientar a responsabilidade dos pais na garantia dos direitos a seus filhos que, quando ausentes, podem se configurar enquanto negligência material, sendo o responsável punido pela omissão dos direitos fundamentais da criança e do adolescente com base no art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁽¹⁹⁾.

Além da privação alimentar, o discurso das professoras fez alusão à negligência, expressa pela ausência de relação afetiva dos pais para com as adolescentes. O abandono afetivo é entendida enquanto reflexo do não cuidado para com as (os) filhas (os)⁽¹⁷⁾. O carinho e afeto recebidos durante a infância e juventude são cuidados essenciais e de fundamental importância no desenvolvimento do adolescente. Crianças e adolescentes que não têm uma

vinculação positiva com a família e uma convivência alicerçada no afeto, carinho e amor, não conseguem demonstrar esses sentimentos para demais pessoas⁽²⁰⁾, visto que é por meio destes sentimentos que há estímulo de criatividade e facilidade nas relações interpessoais.

O distanciamento do familiar também se estende ao espaço escolar, sob a forma de desinteresse em relação ao andamento dos estudos das (os) filhas (os), remetendo para a dificuldade de interação escola-pais. Embora preconizado no ECA a obrigatoriedade de matricular as (os) filhas (os) nas escolas, não é incomum a despreocupação dos pais com a presença nas aulas e/ou com o desenvolvimento escolar. Atrelado a essa realidade, está a sobrecarga de atividades domésticas que comprometem a qualidade do aprendizado dos educandos, o que remete a negligência dos familiares com relação a algumas necessidades próprias para a fase da adolescência, como garantia da educação e lazer⁽¹⁹⁾. No entanto, pode-se considerar que existe uma linha tênue entre entender o trabalho doméstico como violência ou não, estando esse limiar atrelado a obrigação exclusiva do adolescente em desempenhá-lo, situação que compromete sua qualidade de vida, a exemplo do baixo rendimento escolar sinalizado no discurso.

Chama atenção que as educadoras não mencionaram a existência de violência sexual em seus discursos. Isso pode estar associado ao fato de não receberem orientações durante a formação acadêmica e profissional para identificar sinais deste fenômeno⁽²¹⁾. Sinaliza-se, portanto, a incapacidade profissional para a suspeita do abuso sexual, predispondo o mascaramento da problemática e continuidade da vitimização das crianças e adolescentes.

Contudo, o não relato de abusos sexuais por docentes podem também guardar relação com o silenciamento por parte das vítimas. Estudo brasileiro evidencia que crianças e adolescentes, em média, vivenciam a violência sexual cerca de dois anos até que se revele o ocorrido⁽²²⁾. Essa cultura do silêncio, na perspectiva freireana, pode ser quebrada a partir da relação de proximidade educadora-educando, fazendo o adolescente não apenas descobrir sua possibilidade de fala, mas, também perceber que seu discurso crítico sobre o que viveu pode se constituir uma forma de reinventar o mundo e consequentemente superação do vivido.

Desse modo, percebe-se a necessidade de um preparo profissional para o processo de identificação dos abusos sexuais, cuja forma de atuação não se limite à entrevista, mas seja capaz de apreender comportamentos que evidenciem a vivência, ainda que esta não seja verbalizada. Estudo revela que, embora seja de extrema relevância esse diálogo, é essencial a utilização de técnicas que possibilitem o manejo de fatores emocionais e motivacionais que favorecem a emissão do relato do abuso. Vinculada à área forense, essa técnica de avaliação

psicológica vem sendo cada vez mais empregada no espaço jurídico justamente por ser considerada um dos meios de prova da ocorrência do crime contra crianças e adolescentes⁽²³⁾.

Em que pese a especificidade dos peritos para a análise da materialidade dos fatos, não podemos deixar de considerar a seriedade das suspeitas de situações de abusos sexuais, visto que são a partir destas que os casos são investigados com fins na proteção das crianças e adolescentes. Nessa conjuntura, as educadoras encontram-se em posição privilegiada haja visto o tempo de convivência com os escolares, além do vínculo de confiança muitas vezes estabelecido entre eles. Na perspectiva freireana, a escola, na figura da docente, encontra-se em uma posição de viabilizar a partir do diálogo a saída do educando da condição de oprimido, considerando o entendimento acerca da sua realidade e fazendo-o agir em favor da sua libertação⁽⁹⁾. Daí a importância da manutenção dessa interação. Esta relação educador-educando é abordada em alguns estudos internacionais que demonstram como alunas que sofrem violência, não apenas a sexual, tendem a partilhar suas vivências com suas professoras⁽²⁴⁾.

Embora os educadores estejam em posição estratégica para a identificação do agravo, vale referir que o despreparo para a suspeita e identificação da violência doméstica, assim como lidar com a situação, não se restringe aos abusos sexuais, sendo as demais formas muitas vezes também despercebidas. Estudo realizado em Kanpur, Uttar Pradesh e Índia evidencia esta dificuldade de reconhecimento da violência doméstica por parte dos professores. Dentre os 225 pesquisados, 74,5% revelaram nunca ou raramente terem reconhecido a negligência ou o abuso infantil, sendo apontados a falta de conhecimento, a incerteza e o medo como principais entraves⁽²⁵⁾, o que sinaliza para a necessidade de espaços de capacitações que permitam a práxis que, segundo Paulo Freire⁽⁹⁾, diz respeito a reflexão sobre a prática. Esta tem o educador como sujeito, que reflete o seu cotidiano e a cria e recria, estando ele em constante formação, pois a prática é mutável e dinâmica.

A importância do preparo profissional para atuação em situações de violência doméstica não se limita ao âmbito da educação. Assim como as educadoras, pesquisas assinalam para as limitações, no que tange à identificação e cuidado a pessoas em situação de violência, daqueles que atuam nos espaços da saúde, como enfermeiras (os) e médicas (os), que assistem o público infanto-juvenil nos cenários de puericultura, pronto-atendimento, entre outros. Estudo americano realizado com 302 médicos pediatras evidenciou que apenas 4% dos entrevistados investigavam a vivência de violência doméstica pela criança⁽²⁶⁾. No Ceará, Brasil, estudo mostra que a maioria dos médicos referiu não ter participado de treinamento sobre violência doméstica na graduação, não lia a respeito do tema em questão e nem discutia

o assunto no ambiente de trabalho, além de não conhecer sobre a ficha de notificação de violência, nem instituições de assistência às vítimas de maus-tratos⁽²⁷⁾.

Em que pese as limitações profissionais, as repercussões da violência doméstica chegam aos espaços da saúde e da escola seja de forma velada ou explícita, tornando estes espaços privilegiados para identificação do agravo, o que pode se dá por meio da articulação com profissionais da ESF, mais especificamente pelo Programa de Saúde da Escola (PSE)⁽²⁸⁾ em parceria com a equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). É importante ressaltar que os municípios que aderem ao PSE recebem aporte financeiro diretamente do Governo Federal para ações de promoção da cultura de paz e prevenção das violências. Nesse cenário, destaca-se a atuação da enfermeira, profissional chave no processo de articulação intersetorial, por recorrentemente ocuparem espaços de gerenciamento na ESF⁽⁵⁾.

Para isso, é essencial uma gestão com fins no preparo profissional para a suspeita, identificação e notificação dos casos, bem como atuação junto às vítimas e familiares. Tal necessidade é corroborada por evidências científicas nacionais e internacionais, a exemplo da pesquisa realizada na Islândia, que enfatizou a importância de preparar os educadores para o reconhecimento da violência sofrida por seus alunos, inclusive porque a maior proximidade entre estes favorece o entendimento da dinâmica familiar⁽²⁹⁾, e estudo brasileiro, que reforça a necessidade de investimentos na formação de profissionais de saúde⁽³⁰⁾. Nesse sentido, torna-se fundamental o processo de formação permanente, que requer avaliação contínua dos desafios percebidos pelas educadoras no cotidiano escolar, os quais funcionam como objetos privilegiados no processo formativo tendo em vista a sua transformação⁽⁹⁾.

Limitação do estudo

Considerando que a investigação se limita a uma escola pública no nordeste brasileiro, diante a conjuntura socioeconômica e cultural deste grupo, não podemos generalizar os achados, embora estes sinalizem para a importância dos profissionais estarem atentos para tal agravo.

Contribuições para área de Enfermagem, saúde

Considerando as implicações da vivência de violência intrafamiliar para a qualidade de vida dos escolares, ao revelar as expressões da violência reconhecidas pelas educadoras o estudo contribui para o desvelamento de sinais que podem nortear a identificação da vivência desse agravo por outras educadoras e demais profissionais que atuem com esse público, sobretudo no âmbito da Atenção Primária à Saúde, com o destaque para as enfermeiras que

integram as equipes da ESF e muitas vezes os cargos de coordenação. Chama atenção ainda pela possibilidade de articulação entre a ESF e escola pública, a fim de favorecer o reconhecimento do fenômeno entre os escolares e assim a tomada de decisão com vistas à notificação e encaminhamentos necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de interação com os discentes, o estudo revela a situação de opressão experienciada pelos escolares no cenário da família, que se expressa através das formas física, psicológica e por negligência. O reconhecimento de escolares em vivência de violência doméstica sinaliza para a importância das educadoras que, nas suas práticas, atentem-se para a vida coletiva, possibilitando identificação do abuso.

Ressalta-se o fato de que as educadoras não identificaram a violência sexual no cotidiano escolar, o que pode guardar relação com o silenciamento das vítimas. Essa situação exige maior atenção para seu reconhecimento, que pode ser viabilizado a partir do processo de interação existente entre educadora-educando pautado em um modelo dialógico que permita a valorização da fala do adolescente. Para tal, vale destacar as articulações junto a enfermeiras e médicos que atuam na ESF e profissionais da equipe do NASF com vistas na promoção de espaços, norteados sobretudo por metodologias ativas-participativas, que possibilitem a superação do vivido a partir da ação educativa libertadora.

Na perspectiva das práticas crítico-transformadoras de quem atua no cenário escolar, é essencial uma gestão disponível para organizar as propostas educacionais que contribuam para a identificação da violência doméstica. Tais propostas devem transcender perspectivas conteudistas, enraizadas pelo modelo bancário, uma vez que a complexidade envolvida na experiência da violência doméstica requer maior aproximação entre os sujeitos. Daí a importância da implementação do modelo dialógico no cotidiano escolar, o qual poderá contribuir para o reconhecimento de situações de opressão, condição essencial para a prática transformadora.

REFERÊNCIAS

1. Lee E-P, Hsia S-H, Huang J-L, Lin J-J, Chan O-W, Lin C-Y, et al. Epidemiology and clinical analysis of critical patients with child maltreatment admitted to the intensive care units. *Medicine (Baltimore)* [Internet]. 2017 Jun [cited 2018 May 12]; 96(23):e71107. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28591056>.

2. Hillis S, Mercy J, Amobi A, Kress H. Global Prevalence of Past-year Violence Against Children: A Systematic Review and Minimum Estimates. *Pediatrics* [Internet]. 2016 [cited 2018 May 12]; 137(3):e20154079. Available from: <http://pediatrics.aappublications.org/content/pediatrics/137/3/e20154079.full.pdf>.
3. United Nations Children’s Fund. A familiar face: Violence in the lives of children and adolescents [Internet]. New York; 2017. 100 p. Available from: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf.
4. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do brasil [Internet]. 1ª. Flacso Brasil, editor. Rio de Janeiro: Marcelo Doherty; 2012. 84 p. Available from: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf.
5. Magalhães JRF de, Gomes NP, Mota RS, Campos LM, Camargo CL de, Andrade SR de. Intra-family violence: experiences and perceptions of adolescents. *Esc Anna Nery - Rev Enferm* [Internet]. 2017 [cited 2018 May 12];21(1). Available from: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/1414-8145.20170003>.
6. Rivera LR, Hernández PR, Amezcua BP, López AL, De Castro F. Factores individuales y familiares asociados con sintomatología depresiva en adolescentes de escuelas públicas de México. *Salud Publica Mex* [Internet]. 2015 [cited 2018 May 12];57(3):219–26. Available from: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342015000300010&lng=es&nrm=iso.
7. Ferdousy EZ, Matin MA. Association between intimate partner violence and child morbidity in South Asia. *J Heal Popul Nutr* [Internet]. 2015 Dec 14 [cited 2018 May 12];33(1):16. Available from: <http://www.jhpn.org/content/33/1/16>.
8. Sherr L, Hensels IS, Skeen S, Tomlinson M, Roberts KJ, Macedo A. Exposure to violence predicts poor educational outcomes in young children in South Africa and Malawi. *Int Health* [Internet]. 2016 Dec 17 [cited 2018 May 12];8(1):36–43. Available from: <https://academic.oup.com/inthealth/article-lookup/doi/10.1093/inthealth/ihv070>
9. FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa*. 41ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro; 2005.
10. Egry EY, Apostólico MR, Moraes TCP, Lisboa CCR. Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem? *Rev. Bras. Enferm.* [Internet] 2017 [cited 2018 May 12]; 70(1): 119–25. Available from:

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000100119&lng=pt&tlng=pt.
11. Karadag SÇ, Sönmez S, Dereobalı N. An Investigation of Preschool Teachers' Recognition of Possible Child Abuse and Neglect in Izmir, Turkey. *J Interpers Violence* [Internet]. 2015 Mar 13 [cited 2018 May 12]; 30(5):873–91. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24928252>.
 12. Massoni, ACLT. Maus-tratos na infância e adolescência: conhecimento e atitude de profissionais de saúde. *Arq. Odontol.* 2014 Jun; 50(2):71-77. Available from: <https://seer.ufmg.br/index.php/arquiosemodontologia/article/view/2125>.
 13. Taylor CA, Al-Hiyari R, Lee SJ, Priebe A, Guerrero LW, Bales A. Beliefs and ideologies linked with approval of corporal punishment: a content analysis of online comments. *Health Educ Res* [Internet]. 2016 Aug 1 [cited 2018 May 12];31(4):563–75. Available from: <https://academic.oup.com/her/article-lookup/doi/10.1093/her/cyw029>.
 14. Brasil. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [Internet]. 2014. [cited 2017 mai 15]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm.
 15. Forbes D. Physical punishment: Sanctioned violence against children. *J Paediatr Child Health* [Internet]. 2017 May 1 [cited 2018 May 12];53(5):445–6. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1111/jpc.13530>.
 16. Sánchez-Suárez D, Giraldo-Puerta A, Giraldo-Pineda Á, Forero-Pulido C. Compartir y desconfiar: mirada de los venteros acerca de los niños en situación de calle. *Rev Salud Pública* [Internet]. 2016 Jun 27 [cited 2018 May 12];18(3):391. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28453102>.
 17. Magalhães JRF de, Gomes NP, Campos LM, Camargo CL de, Estrela FM, Couto TM. Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Texto Context - Enferm* [Internet]. 2017 Nov 17 [cited 2018 May 12];26(4). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400303&lng=pt&tlng=pt.
 18. Pedrosa SM, Gontijo DT, De Souza MM, Silva MAI, Medeiros M. Violência no contexto escolar: significados para professores do ensino público/ Violence and the

- school context: meanings for public education teachers. *Ciência, Cuid e Saúde* [Internet]. 2016 Jul 1 [cited 2018 May 12];15(3):397. Available from: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/29815/18277>.
19. Brasil. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. [cited 2018 Abr 26]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.
 20. Reginatto R. A importância da afetividade no desenvolvimento e na aprendizagem. *REI - Rev Educ do Ideau* [Internet]. 2013 [cited 2018 May 12];8(18):1–12. Available from: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/11_1.pdf.
 21. Márquez-Flores MM, Márquez-Hernández V V., Granados-Gámez G. Teachers' Knowledge and Beliefs About Child Sexual Abuse. *J Child Sex Abus* [Internet]. 2016 Jul 3 [cited 2018 May 12];25(5):538–55. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10538712.2016.1189474>.
 22. Magnabosco Marra M, Fortunato Costa L. Caracterização do Abuso Sexual em Clientela do CREAS. *Rev Subjetividades* [Internet]. 2016 Aug 31 [cited 2018 May 12];16(2):105–16. Available from: <http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/5204>.
 23. Gava LL, Pelisoli C, Dell'Aglio DD. Avaliação Psicológica [Internet]. Vol. 12, Avaliação Psicológica. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. UFRGS; 2013 [cited 2018 May 12]. 137-145 p. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200005&lng=pt&nrm=iso.
 24. Katz C. “Please believe me; I am the biggest liar that exists”: Characterising children’s recantations during forensic investigations. *Child Youth Serv Rev* [Internet]. 2014 Aug 1 [cited 2018 May 12];43:160–6. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740914002059>.
 25. Ramesh G, Kumar A, Raj A, Gupta B, Katiyar A, Nagarajappa R. Child abuse and neglect: a survey on primary school teachers of Kanpur city. *Internat Jour Medical Toxicol Foren Medicine*. 2017; 7 (2): 105-16. Available from: <file:///C:/Users/J%C3%A9ssica/Downloads/13088-66807-1-PB.pdf>.
 26. Kerker BD, Storfer-Isser A, Szilagyi M, Stein REK, Garner AS, O’Connor KG, et al. Do Pediatricians Ask About Adverse Childhood Experiences in Pediatric Primary Care? *Acad Pediatr* [Internet]. 2016 Mar 1 [cited 2018 May 12];16(2):154–60. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1876285915002338>.

27. Silva Junior GB da, Rolim ACA, Moreira GAR, Corrêa CRS, Vieira LJE de S. Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no ceará. *Trab Educ e Saúde* [Internet]. 2017 Mar 13 [cited 2018 May 12];15(2):469–84. Available from:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000200469&lng=pt&tlng=pt.
28. Jordan KS, MacKay P, Woods SJ. Child Maltreatment: Optimizing Recognition and Reporting by School Nurses. *NASN Sch Nurse* [Internet]. 2017 May 7 [cited 2018 May 12];32(3):192–9. Available from:
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27927980>.
29. Gedara NJJH. Domestic violence and children: raising awareness of school personnel responsibilities [Internet]. University of Iceland School of Education; 2016 [cited 2018 May 12]. Available from: <https://skemman.is/handle/1946/26240>.
30. Silveira TB da, Netto de Oliveira AM, Algeri S, Susin LRO, Baisch ALM, Marques LA, et al. The invisibility of psychological violence against children. *J Hum Growth Dev* [Internet]. 2016 Nov 28 [cited 2018 May 12];26(3):345. Available from:
<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/122818>.

5.4 ARTIGO 3: IDENTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ADOLESCENTES: DISCURSO DE EDUCADORAS SOBRE SINAIS DE ALERTA E FATORES DESFAVORÁVEIS

Identificação de violência doméstica em adolescentes: discurso de educadoras sobre sinais de alerta e fatores desfavoráveis

Resumo

Objetivo: Apreender sinais indicativos e fatores que comprometem a identificação da violência doméstica contra adolescentes. **Métodos:** Pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire, realizada com 20 educadoras de uma escola pública de ensino fundamental em Salvador, Bahia, Brasil. Após entrevista, os dados foram sistematizados com base no Discurso do Sujeito Coletivo. **Resultados:** As educadoras assinalam a presença de marcas corporais, as mudanças comportamentais e o comprometimento do rendimento e assiduidade escolar como sinais que sugerem a vivência de violência doméstica pelos escolares, embora a alta demanda de trabalho e despreparo profissional dificultem a identificação do agravo. **Conclusão:** Diante das repercussões da violência doméstica para a saúde e a vida dos adolescentes, urge uma gestão que considere a *práxis* das educadoras no processo de reconhecimento do agravo e superação do mesmo.

Palavras-Chaves: Violência doméstica; Adolescente; Professores Escolares; Ensino Fundamental e Médio.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra adolescentes é um problema de saúde pública que demanda estratégias articuladas com vistas a favorecer a prevenção e enfrentamento do fenômeno. Para isso, necessário se faz identificação precoce do agravo, bem como dos fatores que comprometem esse processo, sendo as educadoras, pela proximidade com os escolares, essenciais para a transformação da realidade.

Pesquisa de abrangência nacional evidenciou que em 2015 foram realizadas mais de 153.000 denúncias anônimas de violações de direitos contra crianças e adolescentes, expressas pela negligência e abusos psicológicos, físicos e sexuais⁽¹⁾. Quando adolescentes presenciam e/ou experienciam a violência doméstica tendem a desenvolver danos imediatos, tais como lesões corporais e queimaduras; ou tardios, resultados da somatização, que se expressam através de cefaleia, depressão e suicídio⁽²⁻⁶⁾. Essas levam ao baixo rendimento

escolar, dificuldades de relações interpessoais, uso de álcool e outras drogas, o que prejudica o desenvolvimento pleno do potencial de crianças e adolescentes⁽⁷⁾.

Reconhecendo que os impactos da violência doméstica refletem tanto na área da saúde, quanto da educação, o Programa Saúde na Escola (PSE) pode ser considerado uma estratégia eficaz com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento de crianças e jovens, dentre as quais, a violência doméstica⁽⁸⁾. É válido salientar, contudo, que muitos profissionais apresentam dificuldades na abordagem desta problemática, conforme revela estudo na Atenção Primária à Saúde (APS) ao desvelar fragilidades da rede de atenção à saúde para o reconhecimento do agravo, bem como encaminhamentos⁽⁹⁾. Essa dificuldade também é reportada por docentes que tendem a passar a responsabilidade de enfrentamento para o setor saúde sem buscar alternativas para discutir a questão⁽¹⁰⁾. Como diria Paulo Freire, esta dita neutralidade é a maneira mais cômoda, senão, mais hipócrita, de esconder a opção ou medo de acusar a injustiça. Contudo, “lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, optando por ele⁽¹¹⁾.

Assim, entendendo a saliência de que os educadores estejam preparados para reconhecer o fenômeno, condição essencial para o cuidado aos adolescentes, o estudo objetiva: Apreender sinais indicativos e fatores que comprometem a identificação da violência doméstica contra adolescentes.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, fundamentado na Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire, realizado em uma escola pública de ensino fundamental localizada na periferia da cidade de Salvador, Bahia, Brasil.

As colaboradoras foram 20 docentes que ensinavam há pelo menos seis meses na referida instituição. Do total, apenas uma professora não foi encontrada após duas tentativas. As demais, após esclarecimento das questões éticas, aceitaram participar do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Importante referir que este estudo se vincula a pesquisa-ação intitulado “Universidade e escola pública: buscando estratégias para enfrentar os fatores que interferem no processo ensino/aprendizagem”, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB), aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (nº 384.208/2013).

A aproximação com as docentes se deu através de ações educativas extensionistas sobre

as temáticas: uso/abuso de álcool e outras drogas, sexualidade, *bullying* e violência doméstica. Estas foram promovidas durante o período de 2013 a 2017 estando vinculadas ao componente curricular Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) denominada “Abordagem interdisciplinar e transdisciplinar dos problemas de saúde relacionados à violência”.

No que se refere à coleta de dados, realizou-se entrevistas entre os meses de agosto a outubro de 2017, em sala privativa localizada na própria instituição de ensino. Esta foi guiada por um formulário semiestruturado contendo aspectos relacionados à caracterização das colaboradoras e as seguintes questões norteadoras: Como você identifica escolares em vivência de violência doméstica? Quais as dificuldades encontradas para reconhecer esse agravo?

As falas foram sistematizadas através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O método consiste na organização das ideias centrais (IC) ou ancoragens (AC) e suas correspondentes expressões-chave (ECH) em agrupamentos temáticos semelhantes para compor um único enunciado coletivo. O discurso organizado foi apresentado às colaboradoras para validação. A interpretação dos dados fundamentou-se na Perspectiva Crítico-Libertadora de Paulo Freire.

RESULTADOS

As educadoras, participantes do estudo, serão aqui mencionadas no feminino, haja visto que eram, em sua maioria, mulheres (70%), que se autodeclararam negras, solteiras e com idades entre 31 e 57 anos. Todas referiram ter nível superior completo e 90% declararam possuir especialização. Embora pouco abordado na graduação, 90% revelaram terem discutido a temática da violência durante a especialização.

Do discurso do sujeito coletivo emergiram duas categorias: a primeira, que revela os sinais sugestivos de vivência de violência doméstica pelas educadoras; e a segunda, os fatores que comprometem a identificação do agravo. São elas:

Ideia central 1: Sinais sugestivos de vivência de violência doméstica em escolares

O discurso mostra que as educadoras suspeitam da vivência de violência doméstica a partir da presença de marcas corporais, mudanças comportamentais e comprometimento do rendimento e assiduidade escolar, conforme ilustram as ideias centrais sínteses:

Ideia central síntese 1A: Presença de marcas corporais

O estudo revela que um dos indícios para a suspeita da violência doméstica pelas educadoras se dá ao observarem sinais no corpo dos escolares, a exemplo de hematomas.

“Eu observo marcas físicas nos adolescentes que sofrem violência doméstica, se há algum arranhão ou hematoma. Já tivemos discentes que sempre chegavam com marcas no corpo e na conversa com eles percebíamos que a agressão não havia acontecido na escola em alguma briga com o colega. Assim, descobrimos que foi em casa. Teve um aluno que estava com o rosto roxo de um lado e, quando eu perguntei, ele disse que a mãe que tinha batido. Aquilo ali foi um murro! Uma agressão física!”

Ideia central síntese 1B: Mudanças comportamentais

O discurso aponta ainda que educadoras suspeitam de violência doméstica diante mudanças repentinas na forma de se portar dos escolares para com os seus pares, podendo essas alterações ocorrer de formas variadas, seja para comportamentos mais hostis ou para a retração.

“Percebo que a mudança de comportamento é indício de que estão sofrendo violência. Alguns aprontam muito na escola, sendo agressivos. A maioria dos alunos que não tem atenção dos pais, para chamar a atenção deles, aprontam muito na escola. Outro aluno, que no ano passado era dedicado, tranquilo e educado, estou notando uma diferença radical nele este ano: mais respondão, brincando muito na sala de aula, falando palavrões, não está fazendo as atividades. Pode ser que ele esteja sofrendo maus tratos. O outro extremo também acontece: podem ficar mais introvertidos, apáticos, melancólicos, se isolam, deixam de ter contato com outros colegas e a autoestima diminui. Eu atribuo a violência à essas mudanças de comportamento porque cada um reage de uma forma, então você pode prestar atenção no comportamento: se começam a ter atitudes para chamar a atenção, se ficam agressivo ou retraído”.

Ideia central síntese 1C: Comprometimento do rendimento e assiduidade escolar

A suspeita da vivência violência doméstica pode ocorrer por meio da percepção de alterações no desempenho escolar, conforme assinala o discurso:

“Quando o aluno está com problemas na família, ele não consegue se concentrar em sala de aula, ficam desorientados, muitos chegam a perder o interesse pelos estudos. A falta de alicerce familiar afeta diretamente na aprendizagem, inclusive pode fazer com que faltem às aulas. Como a gente tem como saber a frequência e comportamento dos estudantes até mesmo nas outras disciplinas, eu identifiquei que um garoto ficou um semestre inteiro sem frequentar a escola, então eu levei o caso para a direção no intuito de que fosse investigado o que estava acontecendo. Se o adolescente falta muito às aulas é um sinal de alerta para a vivência de violência”.

Ideia central 2: Fatores desfavoráveis à identificação da violência doméstica em escolares

Na visão das educadoras, a dificuldade para o reconhecimento da vivência de violência doméstica em escolares se deve à alta demanda de trabalho e ao despreparo profissional para identificação do agravo.

Ideia central síntese 2A: Alta demanda de trabalho

As educadoras apontam a excessiva carga de trabalho como elemento dificultador para o reconhecimento da violência doméstica, uma vez que não se dispõe de tempo para interagir com os escolares nem mesmo para escuta, o que favoreceria a identificação do agravo.

“Apesar da escola não ser um local para tratamento, os alunos trazem para o ambiente escolar os problemas que eles têm em casa. Mas, por mais que nós estejamos o tempo inteiro com o estudante, vivenciamos uma realidade de entrar e sair das aulas que não dá para captar situações de violência doméstica. O professor, muitas vezes, acaba fazendo papel de pai e mãe, fica sobrecarregado, não consegue dar o suporte necessário, principalmente pela falta de tempo e acaba não tendo um momento propício para conversar. Cuidar dos assuntos particulares de alguns alunos, termina de certa forma nos sobrecarregando, nós temos um limite. Por mais que a própria sociedade queira nos colocar nesse papel. Não somos super-heróis”.

Ideia central síntese 2B: Despreparo profissional

As docentes apontam a falta de capacitação, acadêmica e profissional, como fator limitante na sua atuação frente a violência, dificultando não apenas o reconhecimento do agravo como também a ação diante de tais casos.

“Nós professores não estamos preparados para identificar, nem para lidar com isso. Apesar de ser um problema muito atual, não há espaços para discussão desses temas na formação profissional do professor. Há uma lacuna para identificar e lidar com essas situações de violência. Acredito que se a temática da violência fosse abordada durante a formação do professor estaríamos mais capacitados para reconhecer e também para trabalhar com alunos que estivessem passando por este tipo de problema. Não vou dizer que resolveríamos, mas teríamos mais estrutura, inclusive, psicológica para poder direcionar o aluno. [...] eu percebo que uma das minhas alunas sofre algum tipo de violência, mas eu não sei como conversar com ela. Eu não sei como agir nesses casos, se chama a polícia, se chama o Conselho Tutelar, se faz a denúncia. Nem sequer tenho preparo para reconhecer a violência. [...] têm coisas que fogem do nosso alcance, pois não temos competência técnica”.

DISCUSSÃO

O discurso das educadoras elucidada que a presença de marcas físicas, expressas no corpo dos adolescentes através de arranhões e hematomas, se configura enquanto sinal que sugere a vivência de violência doméstica. Corroborando, estudos realizados no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA) evidenciaram que lacerações, queimaduras e contusões, principalmente em cabeça e pescoço são os principais locais atingidos em adolescentes relacionados à violência⁽¹²⁻¹³⁾. Estudos realizados no Brasil e Uganda defendem que a violência física é a mais identificada pelos profissionais que atuam com o público infanto-juvenil, visto a maior facilidade para perceber suas marcas, por serem em geral imediatas e visíveis⁽¹⁴⁻¹⁵⁾.

É válido ressaltar que, apesar das marcas corporais representarem um forte indício de violência, por si só, não são suficientes para confirmar ou refutar a agressão, conforme sinaliza estudo realizado na Suécia, que discute justamente a dificuldade de reconhecimento da violência doméstica. Neste, os professores argumentam que os vestígios identificados podem até ser entendidos como emergentes de problemas familiares, mas não necessariamente relacionados à violência, já que os sinais apresentados pelos estudantes podem ser os mesmos apresentados em outras situações clínicas, daí a necessidade de exercer

uma postura crítica e reflexiva, procurando buscar explicações⁽¹⁶⁾, e não se colocar enquanto personagem passivo diante do ocorrido.

Nessa perspectiva, o diálogo, considerado categoria central na relação entre estudantes e professores, é fundamental no desfecho dos casos⁽¹¹⁾. Nesse processo de comunicação, é primordial que as professoras assumam a posição de ouvintes e estejam despidas da crença de superioridade em relação aos alunos e sensíveis para compreender não apenas a linguagem verbal, mas para interpretar “discurso do corpo”, atentando-se para as feições do rosto e os gestos, os quais podem ser, muitas vezes, até mais fortes do que a própria oralidade⁽¹⁷⁾.

A este respeito, as docentes acreditam que cada estudante se manifesta de maneira individualizada diante da violência: há aqueles que se tornam introvertidos e isolados em relação à turma, já outros passam a agir de forma agressiva, indisciplinada e/ou com irritabilidade. Assim, apreende-se que os sinais sugestivos da violência não se limitam as marcas físicas, mas expressam-se também nas mudanças comportamentais, desveladas no discurso das educadoras.

Em concordância com nosso estudo, professores suecos afirmam que apesar de ser difícil detectar ou provar aquilo que acontece na vida privada de uma criança, muitos sintomas indicam que algo está errado, mesmo que eles não entendam de fato qual seja o problema. Os docentes mencionam que tanto a experiência, quanto o apoio de uma equipe multidisciplinar capacitada são imprescindíveis para poder perceber os sinais sutis da violência, tais como pequenas mudanças no comportamento. Segundo eles, a forma mais comum de uma criança sinalizar que não está bem é mostrando comportamentos alterados ou problemáticos, como: agressividade, depressão. Outra evidência sugestiva de violência doméstica seria a necessidade em excesso de atenção, proximidade e reconhecimento por parte da educadora. Salienta-se, contudo, que algumas crianças não mostram sinais claros de problemas cognitivos ou comportamentais, mesmo que estejam sofrendo de violência, daí a importância de não ignorar os sintomas vagos⁽¹⁶⁾.

Para as entrevistadas, essas mudanças comportamentais configuram-se enquanto mecanismos para chamar a atenção dos pais. Ressalta-se, contudo, que nem sempre as alterações de comportamento são voluntárias e/ou propositais, visto que pessoas com história de violência podem somatizar a vivência do evento e apresentar diferentes manifestações corporais, inclusive de forma inconsciente. Estudo realizado com meninas adolescentes dos EUA evidenciou que aquelas que sofreram violência foram as mais propensas a apresentar sintomas crônicos, tais como: dor de cabeça, dor de garganta, dor no peito, dor no estômago,

cólicas menstruais, dor ao urinar, acne, tosse, sudorese, inapetência, fraqueza, cansaço, tontura, insônia, dentre outros⁽¹⁸⁾. Assim sendo, independente da intenção de chamar ou não atenção, urge o preparo profissional no sentido de reconhecer tais sinais como indícios de vivência de violência doméstica, devendo, portanto, ser objeto de investigação. Para isso, faz-se necessário que as educadoras valorizem as experiências cotidianas de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo e estejam dispostas a dialogar conhecimentos com a realidade social de seus alunos, conforme propõe Paulo Freire⁽¹⁷⁾.

Um outro sinal desvelado no discurso das educadoras enquanto indício de violência doméstica pelos escolares diz respeito a alterações no desempenho escolar⁽¹⁹⁾. Isso indica a necessidade de os profissionais da escola permanecerem atentos às faltas de seus alunos e as notas baixas, não devendo considerar tais eventos como algo natural e rotineiro, visto que as condições em que vivem os educandos repercutem na sua capacidade de aprendizagem⁽¹⁷⁾. Em que pese a saliência desse comprometimento para o educando, cabe ponderar as variações de desempenho escolar e outros comportamentos relacionados às alterações próprias da adolescência, comuns nessa fase da vida.

Salienta-se que, devido à naturalização da violência doméstica em nossa sociedade, é possível que muitos estudantes não se percebam enquanto vítimas. Isso ocorre porque o convívio cotidiano em um espaço familiar permeado pelo desrespeito e violência contribui para que o adolescente a compreenda como algo comum e esperado. Desse modo, experienciar ou presenciar o agravo pode fazer com que o adolescente reproduza as relações desrespeitosas nos seus relacionamentos futuros, a exemplo de estudo que mostrou maior possibilidade de perpetração de violência contra a parceira por homens que haviam experienciado abusos domésticos durante a infância⁽²⁰⁾.

Diante o caráter naturalizado e transgeracional da violência, urge a necessidade de estratégias para contê-la, onde se insere preparo profissional para reconhecer e intervir nas situações de violência. Infere-se que o despreparo profissional, apontado em nosso estudo, principalmente no que tange ao reconhecimento de sinais sugestivos de vivência de violência como também do que fazer diante da suspeita do abuso, pode estar relacionado a falta da temática nos currículos durante a formação profissional. Estudo realizado no Rio de Janeiro que corrobora acerca das falhas na formação acadêmica e da falta de profissionais preparados para lidar com as questões relacionadas à violência aponta a relevância da capacitação profissional⁽²¹⁾. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) discorre sobre a relevância da formação continuada para o desenvolvimento das competências necessárias à

prevenção, identificação de evidências, diagnóstico e enfrentamento de todas as formas de violência contra as crianças e adolescentes⁽²²⁾.

Paulo Freire também argumenta a favor da “formação permanente” de educadores, a qual deve ser pautada preponderantemente na reflexão sobre o cotidiano, visando a criação e recriação da sua práxis a partir dos problemas vivenciados. Ser agente transformador implica em se desconstruir perante situações conflitantes para buscar alternativas que gerem resultados no mundo ao seu redor, neste contexto na vida dos escolares. Sob essa ótica, os desafios na abordagem dos casos de violência doméstica, podem ser considerados “situações-limites” vivenciadas pelas docentes, devendo, portanto, ser objetos privilegiados do processo crítico-formativo⁽¹⁷⁾. Diante tal conjuntura, faz-se necessário olhares atentos para o fenômeno da violência entre crianças e adolescentes no âmbito escolar de forma a sinalizar a importância de estratégias que possibilitem o descortinamento das histórias infanto-juvenis pelos profissionais da educação.

Importante salientar que a percepção de sinais sugestivos de vivência de violência doméstica, seja pelas marcas físicas, mudanças no comportamento ou queda no rendimento escolar, e a capacidade de realizar associação com possíveis conflitos no espaço doméstico sofre influência do vínculo estabelecido entre estudante e docente. Neste sentido, considerando o diálogo defendido na perspectiva freireana⁽¹⁷⁾, os professores devem ser encorajados a conversar com os estudantes sobre diferentes questões pessoais, como a situação em casa, bem como fazer perguntas diretas sobre violência, porém esta abertura só vai ocorrer se este profissional tiver um bom relacionamento com a criança⁽¹⁶⁾. Desta forma, a construção de laços de confiança contribuirá não apenas para que o adolescente se sinta à vontade para relatar a violência sofrida, como também para que a docente esteja sensível para compreender as subjetividades de seus educandos.

Por outro lado, a conjuntura na qual se desenvolve o processo de trabalho da educadora dificulta o estabelecimento da proximidade entre docentes e discentes e conseqüentemente a suspeita e investigação da violência doméstica. O discurso coletivo deixa claro que a sobrecarga de trabalho consiste em fator que prejudica o processo de identificação da violência doméstica. Diante dessa realidade, faz-se necessário que sejam reavaliados os processos de trabalho dos professores de forma a valorizar a formação de cidadãos íntegros em detrimento de uma educação bancária de abordagem tradicional e conteudista, conforme propõe Paulo Freire. Este defende que a educação seja uma forma de intervir na vida coletiva, atuando como difusora e produtora de valores que regem a vida dos sujeitos⁽¹¹⁾. Nesta

perspectiva, estudos indicam o direcionamento para a abordagem pedagógica progressista, no qual teoria e prática caminhem juntas na formação de cidadãos⁽²³⁾ capazes de mudar a realidade social. Para isso, é essencial um modelo de educação que garanta às crianças e aos adolescentes direitos fundamentais, como uma vida livre de violência.

CONCLUSÕES

O discurso das educadoras desponta que estas conjecturam a vivência de violência doméstica por escolares através da observação de marcas corporais, mudanças no comportamento e por meio de implicações no rendimento e assiduidade escolar destes jovens. Tais indícios servem de subsídios para alertar não apenas educadores, como também profissionais de saúde, acerca da possibilidade dos adolescentes estarem experienciando abusos e fomentar inquietações acerca da necessidade de prepará-los para identificar a violência.

Em que pese a saliência dos achados para o desmascaramento do agravo, é importante pontuar que o estudo limita-se por não possibilitar afirmar que a presença dos sinais elencados remete de fato a vivência do fenômeno. Contudo, ainda que o estudo não estabeleça relação de causa e efeito, se faz necessário a consideração destes sinais na investigação do agravo, o que representa o dever de profissionais comprometidos com a saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes. Conforme propõe Paulo Freire, a educação não deve ser baseada apenas no repasse de conteúdos programáticos, mas, sobretudo, pautada por uma ética do desenvolvimento da vida humana nas suas diversas potencialidades, uma vez que a educação muda pessoas, e pessoas mudam o mundo⁽¹¹⁾. Nesse contexto, ressalta-se a importância de uma atuação multidisciplinar, sobretudo no âmbito da saúde e da educação, sendo o Programa Saúde na Escola (PSE) estratégico para tal fim.

Ainda que observem sinais sugestivos da vivência de violência, as educadoras referem falta de capacitação e sobrecarga de trabalho como entraves nesse processo de identificação. Tal realidade aponta para a necessidade de estudos que avancem em estratégias para viabilizar uma gestão escolar que prime pela reorganização da forma de trabalho bem como qualifique os profissionais no sentido de favorecer o reconhecimento e o manejo com a violência. Ao tempo que reconhecemos as limitações encontradas por profissionais da educação em conciliar as demandas de trabalho, associadas a uma carga horária extensa e centrada no conteúdo disciplinar, o estudo demonstra a necessidade de um olhar mais sensível às questões vivenciadas por adolescentes que podem repercutir em seu desenvolvimento físico e mental,

assim como em seu comprometimento e desempenho escolares. Neste sentido, o PSE pode ser uma estratégia de cuidado aliada à escola, visto a possibilidade de usar a educação em saúde atrelada à temática da violência.

REFERÊNCIAS

1. Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017 [Internet]. Gauto MF, editor. São Paulo: ABRINQ; 2017. 60p. Available from: <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf>.
2. Hildebrand NA, Celeri EHRV, Morcillo AM, Zanolli M de L. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicol Reflexão e Crítica* [Internet]. 2015 Jun [cited 2016 Sep 27]; 28(2):213–21. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000200213&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.
3. Ferdousy EZ, Matin MA. Association between intimate partner violence and child morbidity in South Asia. *J Heal Popul Nutr* [Internet]. 2015 Dec 14 [cited 2016 Nov 10]; 33(1):16. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26825360>.
4. Herringa RJ, Birn RM, Ruttle PL, Burghy CA, Stodola DE, Davidson RJ, et al. Childhood maltreatment is associated with altered fear circuitry and increased internalizing symptoms by late adolescence. *Proc Natl Acad Sci* [Internet]. 2013 Nov 19 [cited 2018 Apr 27]; 110(47):19119–24. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24191026>.
5. Rivera LR, Hernández PR, Amezcua BP, López AL, Castro Filipa de. Factores individuales y familiares asociados con sintomatología depresiva en adolescentes de escuelas públicas de México. *Salud pública Méx* [revista en la Internet]. 2015 Jun [citado 2018 Mayo 10]; 57(3): 219-226. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342015000300010&lng=es.
6. Yoon S, Steigerwald S, Holmes MR, Perzynski AT. Children’s Exposure to Violence: The Underlying Effect of Posttraumatic Stress Symptoms on Behavior Problems. *J Trauma Stress* [Internet]. 2016 Feb [cited 2017 Jul 24]; 29(1):72–9. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1002/jts.22063>.

7. Sullivan TN, Garthe RC, Goncy EA, Carlson MM, Behrhorst KL. Longitudinal Relations between Beliefs Supporting Aggression, Anger Regulation, and Dating Aggression among Early Adolescents. *J Youth Adolesc* [Internet]. 2017 May 28 [cited 2018 Apr 10]; 46(5):982–94. Available from: <http://link.springer.com/10.1007/s10964-016-0569-0>.
8. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007 (BR). Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, p. 2, 5 dez. 2007d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 27 jan. 2015.
9. Egry EY, Apostolico MR, Morais TCP. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2018 Jan [cited 2018 Abr 11]; 23(1):83–92. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000100083&lng=pt&tlng=pt.
10. Chaves M, Santos N, Larocca LM, Lucca DS, Freitas JS, Nunes P. Reconhecer a realidade de adolescentes para a educação em saúde: a contribuição da pesquisa qualitativa. *CIAIQ 2017* [Internet]. 2017 Jul 4 [cited 2018 May 10]; 2(0). Available from: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1452/1409>.
11. Freire P. *A educação na cidade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
12. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 2005.
13. Silva Júnior IF da, Goettems ML, Azevedo MS. Oral health status of children and adolescents victims of abuse: a literature review. *RSBO* [Internet]. 2016 [cited 2018 Apr 11]; 13(2):104–8. Available from: <http://periodicos.univille.br/index.php/rsbo/article/viewFile/279/251>.
14. Greenbaum VJ. Commercial Sexual Exploitation and Sex Trafficking of Children in the United States. *Curr Probl Pediatr Adolesc Health Care* [Internet]. 2014 Oct [cited 2018 Apr 12]; 44(9):245–69. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1538544214000716>.
15. Quadros MN de, Kirchner RM, Hildebrandt LM, Leite MT, Costa MC da, Sarzi DM. Situação da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Enfermería Glob* [Internet]. 2016 [cited 2018 Abr 20]; 44:174–85. Available from: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n44/pt_docencia2.pdf.
16. Devries K, Knight L, Petzold M, Merrill KG, Maxwell L, Williams A, et al. Who perpetrates violence against children? A systematic analysis of age-specific and sex-

specific data. *BMJ Paediatr Open* [Internet]. 2018 Feb 7;2(1):e000180. Available from: <http://bmjpaedsopen.bmj.com/lookup/doi/10.1136/bmjpo-2017-000180>.

17. Münger AC, Markström AM. “Recognition and identification of children in preschool and school who are exposed to domestic violence.” *Educ Inq* [Internet]. 2017 Nov 14 [cited 2018 Apr 12]; 1–17. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20004508.2017.1394133>.

18. Halpern CT, Tucker CM, Bengtson A, Kupper LL, McLean SA, Martin SL. Somatic Symptoms Among US Adolescent Females: Associations with Sexual and Physical Violence Exposure. *Matern Child Health J* [Internet]. 2013 Dec 23 [cited 2018 Apr 12]; 17(10):1951–60. Available from: <http://link.springer.com/10.1007/s10995-013-1221-1>.

19. Mezzalira AS da C, Guzzo RSL. The educator and violent situations experience by student: Coping strategies. *Estud Psicol* [Internet]. 2015 Mar [cited 2018 Abr 14]; 32(1):37–47. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000100037&lng=en&tlng=en.

20. Marasca AR, Razera J, Pereira HJR, Falcke D. Marital physical violence suffered and committed by men: repeating family patterns? *Psico-USF* [Internet]. 2017 Apr [cited 2018 Abr 12]; 22(1):99–108. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100099&lng=en&tlng=en.

21. Moreira MCN, Bastos OM, Bastos LC, Soares AHR, Souza W da S, Sanchez RN. Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2014 Sep [cited 2018 Abr 12]; 19(9):3869–78. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903869&lng=pt&tlng=pt.

22. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (BR). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Cited 26 Abr 2018.

23. Ferreira J da S, Santos JH dos, Costa B de O. Perfil de formação continuada de professores de Educação Física: modelos, modalidades e contributos para a prática pedagógica. *Rev Bras Ciências do Esporte* [Internet]. 2015 Jul [cited 2018 Abr 12]; 37(3):289–98. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0101328915000566>.

Financiamento

Fundação de Amparo à pesquisa no Estado da Bahia

6. CONSIDERAÇÕES

O discurso coletivo revela que as educadoras percebem a complexidade e magnitude da violência doméstica, entendendo-a enquanto um fenômeno expresso através das formas física, psicológica e negligência que compromete a saúde física e mental, bem como o processo educativo dos adolescentes. Estas formas de opressão experienciada pelos escolares no cenário da família vem sendo identificadas através de sinais como marcas corporais, mudanças no comportamento e por meio de implicações no rendimento e assiduidade escolar destes jovens. Contudo, em que pese a saliência dos sinais elencados para o desmascaramento do agravo, é importante pontuar que o estudo limita-se por não possibilitar afirmar que a presença de tais sinais remete de fato a vivência do fenômeno, embora direcione para a necessidade investigação do agravo, o que representa o dever de profissionais comprometidos com a saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Ainda que observem sinais sugestivos da vivência de violência, as educadoras referem falta de capacitação e sobrecarga de trabalho como entraves nesse processo de identificação. Tal realidade aponta para a necessidade de estudos que avancem em estratégias para viabilizar uma gestão escolar que prime pela reorganização da forma de trabalho bem como qualifique os profissionais no sentido de favorecer o reconhecimento e o manejo com a violência. Ao tempo que reconhecemos as limitações encontradas por profissionais da educação em conciliar as demandas de trabalho, associadas a uma carga horária extensa e centrada no conteúdo disciplinar, o estudo demonstra a necessidade de um olhar mais sensível às questões vivenciadas por adolescentes escolares.

Na perspectiva das *práxis* crítico-transformadoras de quem atua no cenário escolar, as propostas devem transcender perspectivas conteudistas, enraizadas pelo modelo bancário, uma vez que a complexidade envolvida na experiência da violência doméstica requer maior aproximação entre os sujeitos. Assim sendo, o reconhecimento de escolares em vivência de violência doméstica pode ser viabilizado a partir do processo de interação existente entre educadora-educando pautado em um modelo dialógico que permita a valorização da fala do adolescente, condição esta essencial para a prática transformadora. Para tanto, torna-se primordial a articulação intersetorial, como a ESF, sobretudo das enfermeiras e médicos que atuam no PSE e profissionais da equipe do NASF com vistas na promoção de espaços, norteados sobretudo por metodologias ativas-participativas, que possibilitem a superação do vivido a partir da ação educativa libertadora.

REFERÊNCIAS

- ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição a Fatores de Risco de Adolescentes em Acolhimento Institucional no Sul do Brasil. **Interação em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 47-57, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/29331/26180>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v18i1.29331>
- Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ). **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. 2017. São Paulo: ABRINQ; 2017. 60 p. Disponível em: <<http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf>>. Acesso em 28 Abr 2018.
- AFIFI, Tracie O. et al. Child abuse and mental disorders in Canada. **CMAJ : Canadian Medical Association Journal**, v. 186, n. 9, p. E324-32, 2014. Disponível em: <<http://www.cmaj.ca/content/186/9/E324.full.pdf+html>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- ALMEIDA, Adriana Aparecida; MIRANDA, Olivia Barbosa; LOURENÇO, Lélío Moura. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 298-311, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- ALPASLAN, Ahmet Hamdi et al. A child death as a result of physical violence during toilet training. **Journal of Clinical Forensic and Legal Medicine**, v. 28, n. 39-41. 2014. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S1752928X14001826/1-s2.0-S1752928X14001826-main.pdf?_tid=67ae8ff6-8f55-441a-81f2-eb438b3414c9&acdnat=1525318446_fab39afeeeaca13e95b202a31eaa127c>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- AMANTE, Lúcia et al. Jovens e processos de construção de identidade na rede: o caso do Facebook. **Educação, Formação & Tecnologias**. Lisboa, v. 7, n. 2, p. 26-38. 2014. Disponível em: <<http://www.eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/414/202>>. Acesso em 10 Mai 2018.
- BAEVA, Irina A.; ZINCHENKO, Yury P.; LAPTEV, Vladimir V. Psychological resources of modern Russian adolescents' resilience to violence in the educational environment. **Psychology in Russia**, v. 9, n. 3, p. 159-172. 2016. Disponível em: <http://psychologyinrussia.com/volumes/pdf/2016_3/psychology_2016_3_10.pdf>. Acesso em 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.11621/pir.2016.0311>
- BARBOSA, Paola Vargas; WAGNER, Adriana. A construção e o reconhecimento das regras familiares: a perspectiva dos adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 235-245, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/07.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-737222060007>.
- BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2, p. 102-114, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- BERLINI, Luciana Fernandes. Lei da Palmada: uma análise sobre a violência doméstica infantil. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. 171 p.
- BIRKELAND, Marianne Skogbrott; BREIVIK, Kyrre; WOLD, Bente. Peer Acceptance Protects Global Self-esteem from Negative Effects of Low Closeness to Parents During Adolescence and Early Adulthood. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 43, n. 1, p. 77-80, 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs10964-013-9929-1.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018.

BOTTON, Andressa et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 43-56, 2015. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a05.pdf>>. Acesso em 26 Abr 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 26 Abr 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/50016402/8-CADERNOS-DE-ATENCAO-BASICA-VIOLENCIA-INTRAFAMILIAR>>. Acesso em 09 Mai 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em 27 Abr 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Editora do Ministério da Saúde: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consulta-publica/arquivos/1393133501.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/passos_a_passos_pse.pdf>. Acesso em 27 Abr 2018.

_____. Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012. Direciona a ética na pesquisa com seres humanos conforme princípios regulamentados pelo Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 28 Mai 2017.

_____. **Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 2014.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>. Acesso em 15 Mai 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em 02 Mai 2018.

Brito, Carolina Oliveira de; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi Araújo. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 401-413. Disponível em: <

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n2/v22n2a12.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018.

<http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-1>

CAPPA, Claudia; KHAN, Shane M. Understanding caregivers' attitudes towards physical punishment of children: Evidence from 34 low- and middle-income countries. **Child Abuse & Neglect**, v. 35, n. 12, p. 1009–1021, 2011. Disponível em:

- <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213411002353>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- CARVALHO, Renato Gil; NOVO, Rosa Ferreira. Características da personalidade e relacionamento interpessoal na adolescência. **Avaliação psicológica**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- CASCARDI, M. From violence in the home to physical dating violence victimization: the mediating role of psychological distress in a prospective study of female adolescents. **J Youth Adolescence**, v. 45, n. 4, p. 777-792, 2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10964-016-0434-1> >. Acesso em: 09 Mai 2018.
- CHAVES, M, Santos N, Larocca LM, Lucca DS, Freitas JS, Nunes P. Reconhecer a realidade de adolescentes para a educação em saúde: a contribuição da pesquisa qualitativa. **CIAIQ 2017**, v. 2, n. 0, 2017. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1452/1409>>. Acesso em 10 Mai 2018.
- COSTA, Ana Paula Motta. Os limites ao reconhecimento de adolescentes e seus contextos jurídicos culturais: uma ilustração com o caso brasileiro. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 6, n. 3, p. 454-476, 2016. Disponível em: <<https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=223117004126125087067067123088004018056013034051087067098002116113091078068013006006012058017121015012035003012082096122125120039069054051084086094112124100109092070061093042100078121124084090117079112089109083019081023087103116106027109086010010071124&EXT=pdf>>. Acesso em: 05 Jun 2017.
- COSTA, Andréia de Lana; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. O comportamento dos alunos na escola e sua relação com a violência doméstica na percepção dos educadores. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 28, n. 1, p. 22-42, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/261>>. Acesso em 27 Abr 2018.
- DEVRIES, Karen. et al. Who perpetrates violence against children? A systematic analysis of age-specific and sex-specific data. **BMJ Paediatrics Open**, v. 2, n. 1, p. e000180, 2018. Disponível em: <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/4FAB05463EA84A9C8CFAA3E51832061DB51F71CF19E8CFE6C9D21D9DA9E9C1D4CE1D52AF6A0434530CAFA11933455F06>>. Acesso em: 24 Mar 2018. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjpo-2017-000180>.
- DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli; DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra. Adolescência: mudança e definição. **Revista Científica do Unisalesiano**, São Paulo, v. 2, n. 5, 2013. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC21882553802.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- DOMINGUES, Sara et al. Comportamentos de risco dos adolescentes portugueses e influência do meio ambiente. **Nascer e Crescer**, Porto, v. 23, n. 3, p. 124-133, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/nas/v23n3/v23n3a02.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- EGRY, Emiko Yoshikawa; APOSTOLICO, Maíra Rosa; MORAIS, Teresa Christine Pereira. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Cien Saude Colet**, v. 23, n. 1, p. 83-92, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000100083&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 30 Abr 2018.

- ELLONEN, N. et al. Exposure to parental violence and outcomes of child psychosocial adjustment. **Violence and Victims**, v. 28, n. 1, p. 3-15, 2013. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23520829>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1891/0886-6708.28.1.3>.
- FAERMANN, L. A. Dificuldades de aprendizagem de crianças e adolescents da rede pública de ensino: um fenômeno multicausal. **Interfaces Científicas – Educação** (Aracaju), v. 4, n.3, p. 91-104, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/2503/1823>>. Acesso em: 05 Jun 2018.
- FANG, Xiangming et al. The economic burden of child maltreatment in the United States and implications for prevention. **Child Abuse & Neglect**, v. 36, n. 2, p. 156-165, 2012. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S0145213411003140/1-s2.0-S0145213411003140-main.pdf?_tid=6f2f8b88-76fc-11e7-a572-00000aab0f6b&acdnat=1501621403_810e082f6bb1e2c711f30d0b41789250>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.10.006>.
- FERDOUSY, Elma Z.; MATIN, Mohammad A. Association between intimate partner violence and child morbidity in South Asia. **Journal of Health, Population and Nutrition**, v. 33, p. 16, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5025981/pdf/41043_2015_Article_16.pdf>. Acesso em: 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1186/s41043-015-0016-y>.
- FERREIRA, Janaína da Silva; SANTOS, José Henrique dos; COSTA, Bruno de Oliveira. Perfil de formação continuada de professores de Educação Física: modelos, modalidades e contributos para a prática pedagógica. **Rev Bras Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, p. 289-298, 2015. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0101328915000566/1-s2.0-S0101328915000566-main.pdf?_tid=2936cda7-98e6-487c-bee2-ec6c0c43a233&acdnat=1526367851_b3bee6b116d90a83f0d1bd82af28a726>. Acesso em: 12 Abr 2018. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2014.01.002>
- FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília M.; GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualiquantitativa. **Distúrb Comum.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 129-136, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931/11139>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200139&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>.
- FLORES, María Mercedes Márquez; HERNÁNDEZ, Verónica V. Márquez; GÁMEZ, Genoveva Granados. Teachers' knowledge and beliefs about child sexual abuse. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 25, n. 5, p. 538-555, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27472508>>. <http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2016.1189474>.
- FLORES, Sullca Tita; SCHIRMER, Janine. Violencia intrafamiliar en la adolescencia en la ciudad de Puno – Peru. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 579-585. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000400016&script=sci_arttext>. Acesso em 17 Nov 2016.
- FORBES, David. Physical punishment: Sanctioned violence against children. **J Paediatr Child Health**, v. 53, n. 5, p. 445-446, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/jpc.13530>>. Acesso em: 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1111/jpc.13530>. Epub 2017 Apr 7.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A educação na cidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROIS, Erica; MOREIRA, Jacqueline; STENGEL, Márcia. Mídias e a imagem corporal na adolescência: o corpo em discussão. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 71-77. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n1/a09v16n1.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.

FROTA, Mirna Albuquerque et al. Perspectiva materna acerca da repercussão da violência doméstica infantil no desenvolvimento humano. **Enferm. Cent. O. Min.** v. 6, n. 2, p. 2180-2189. 2016. Disponível em:

<<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/976/1101>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v6i2.976>.

GAGNÉ, Marie-Hélène; MELANÇON, Claudiane. Parental Psychological Violence and Adolescent Behavioral Adjustment: The Role of Coping and Social Support. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 28, n. 1, p. 176–200, 2013. Disponível em:

<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260512448842?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%3dpubmed>. Acesso em: 09 Mai 2018.

GAMBOA SUÁREZ, Audin Aloiso; ORTIZ GÉLVEZ, Jairo Alejandro; MUÑOZ GARCÍA, Pablo Alexander. Violencia en contextos escolares: percepción de docentes sobre manifestaciones de violencia en instituciones educativas en Cúcuta-Norte de Santander. **Psicogente**, Barranquilla, v. 20, n. 37, p. 89-98, 2017. Disponível em

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-01372017000100089&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Abr 2018.

<http://doi.org/10.17081/psico.20.37.2420>

GAVA, Lara Lages; PELISOLI, Cátula, DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. **Aval. psicol.**, v. 12, n. 2, p. 197-145, 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200005&lng=pt>. Acesso em: 12 Mai 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

GOLDMAN, Juliette D. G.; GRIMBEEK, Peter. Preservice teachers' sources of information on mandatory reporting of child sexual abuse. **Journal of child sexual abuse**, v. 24, n. 3, p. 238–58, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25942284>>. Acesso em: 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2015.1009607>.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; TELLES, Kátia da Silva; ROBALLO, Evelyn de Castro. Grupo focal e discurso do sujeito coletivo. **Escola Anna Nery: revista de enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 856-862, 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n4/v13n4a23.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018.

GONCALVES-SILVA, Luiza Lana et al. Reflexões sobre corporeidade no contexto da educação integral. **Educação em Revista**, v. 32, n. 1, p. 185-209, 2016. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n1/1982-6621-edur-32-01-00185.pdf>>. Acesso em: 27 Abr 2018.

GREENBAUM, V. J. Commercial sexual exploitation and sex trafficking of children in the United States. **Curr Probl Pediatr Adolesc Health Care**, v. 44, n. 9, p. 245-269, 2014.

Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1538544214000716>>. Acesso em: 12 Abr 2018.

- GURSKI, Rose; PEREIRA, Marcelo Ricardo. A experiência e o tempo na passagem da adolescência contemporânea. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 429-440, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v27n3/1678-5177-pusp-27-03-00429.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420150005>.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010, 224p.
- HALPERN, Carolyn Tucker et al. Somatic symptoms among US adolescent females: associations with sexual and physical violence exposure. **Matern Child Health J**, v. 17, n. 10, p. 1951-1960, 2013. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10995-013-1221-1>>.
- HERRINGA, Ryan J. et al. Childhood maltreatment is associated with altered fear circuitry and increased internalizing symptoms by late adolescence. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 110, n. 47, p. 19119-19124, 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3839755/>>. Acesso em: 27 Abr 2017. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1310766110>.
- HILDEBRAND, Natália Amaral et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 213-221, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v28n2/0102-7972-prc-28-02-00213.pdf>>. Acesso em 30 Jul 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528201>.
- HILLIS, Susan et al. Global prevalence of past-year violence against children: a systematic review and minimum estimates. **Pediatrics**, v. 137, n. 3, p. e20154079, 2016. Disponível em: <<http://pediatrics.aappublications.org/content/pediatrics/early/2016/01/25/peds.2015-4079.full.pdf>>. Acesso em 11 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2015-4079>.
- HOWELL, Kathryn. H. et al. Developmental variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood. **Journal of Injury & Violence Research**, v. 8, n. 1, p. 43-57, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4729333/pdf/jivr-08-43.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.5249/jivr.v8i1.663>.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- JORDAN, Kathleen S.; MACKAY, Peggy; MATA, Stephanie J. Child maltreatment: optimizing recognition and reporting by school nurses. **NASN School Nurse**, v. 32, n. 3, p. 192-199, 2017. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1942602X16675932>>. Acesso em 11 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/1942602X16675932>.
- KAR, Sujita Kumar; CHOUDHURY, Ananya; SINGH, Abhishek Pratap. Understanding normal development of adolescent sexuality: a bumpy ride. **Journal of Human Reproductive Sciences**, v. 8, n. 2, p. 70-74, 2015. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4477452/?report=classic>>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.4103/0974-1208.158594>
- KARADAG, Sevinç Çirak; SÖNMEZ, Sibel; DEROBALI, Nilay. An investigation of preschool teachers' recognition of possible child abuse and neglect in Izmir. **Turkey. J Interpers Violence**, v. 30, n. 5, p. 873-891, 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0886260514536274>>. Acesso em: 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/0886260514536274>.
- KATZ, Carmit. Please believe me; I am the biggest liar that exists”: Characterising children's recantations during forensic investigations. **Children and Youth Services Review**, v. 43, p. 160-166, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740914002059>>. Acesso em 12 Mai 2018. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.05.020>.

- KERKER, Bonnie D. et al. Do pediatricians ask about adverse childhood experiences in pediatric primary care? **Academic Pediatrics**, v. 16, n. 2, p. 154-160, 2016. Disponível em: <[https://www.academicpedsjnl.net/article/S1876-2859\(15\)00233-8/fulltext](https://www.academicpedsjnl.net/article/S1876-2859(15)00233-8/fulltext)>. Acesso em: 11 Mai 2018. <https://doi.org/10.1016/j.acap.2015.08.002>.
- KHOURY-KASSABRI, Mona; ATTAR-SCHWARTZ, Shalhevet. Adolescents' Reports of Physical Violence by Peers in Residential Care Settings. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 29, n. 4, p.659-682, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0886260513505208>>. Acesso em: 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/0886260513505208>.
- KOERICH, Magda Santos; MACHADO, Rosani Ramos; COSTA, Eliani. Ética e bioética: para dar início à reflexão. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 106-110, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n1/a14v14n1>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- KRUG, Etienne G. et al. Relatório mundial sobre violência e saúde. Organização Mundial da Saúde (OMS), Genebra, 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 02 Mai 2018.
- LEE, En-Pei et al. Epidemiology and clinical analysis of critical patients with child maltreatment admitted to the intensive care units. **Medicina (Baltimore)**, v. 96, n. 23, p. e7107, 2017. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5466234/>>. Acesso em 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1097 / MD.00000000000007107>.
- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005. 256p.
- LEUSCHNER, V. et al. Prevention of targeted school violence by responding to students' psychosocial crises: the netwass program. **Child Dev**, v. 88, n. 1, p. 68-82, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/cdev.12690>>. Acesso em: 12 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1111/cdev.12690>.
- LIN, Xiuyun. et al. Child maltreatment and interpersonal relationship among Chinese children with oppositional defiant disorder. **Child Abuse & Neglect**, v. 51, p. 192-202, 2016. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0145213415003713/1-s2.0-S0145213415003713-main.pdf?_tid=2f8d2b8c-6d79-4283-8dac-abf5398b9562&acdnat=1525318219_e78e841e775b6d53d9ab29a661778864>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- LIRA, Karina; HANNA, Natalie. Instituto Igarapé. **O que dizem as crianças? Uma consulta sobre violência a partir da percepção de crianças e adolescentes**. Índice de Segurança da Criança. 2016. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/10/AE-CSI-VM-03-10-web.pdf>>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- LOANE, Julia; LAMBIE, Ian; PERCEIVAL, Teuila. A Comparison of Pacific, Maori, and European Violent Youth Offenders in New Zealand. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 60, n. 6, p. 657-974, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0306624X14560725>>. Acesso em: 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/0306624X14560725>.
- LOEB, Anna; DEARDORFF, Julianna; LAHIFF, Maureen. High Expectations Across Multiple Domains, Peer Norms, and Physical Dating Violence Among California Adolescents. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 29, n. 11, p. 2035-2053, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0886260513516007>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/0886260513516007>.
- MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de et al. Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. **Esc Anna Nery**, v. 21, n. 1, e20170003, 2017a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n1/1414-8145-ean-21-01-e20170003.pdf>>. Acesso em: 11 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20170003>.

- MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes de et al. The expression of intrafamily violence: adolescent oral histories. **Texto contexto – enferm**, v. 26, n. 4, p. e1730016, 2017b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400303&lng=en>. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017001730016>.
- MANDELBAUM, Belinda; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 25, n. 2, p. 422-430, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/118310/115855>>. Acesso em 04 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902016145768>.
- MARASCA, Aline Riboli et al. Marital physical violence suffered and committed by men: repeating family patterns? **Psico-USF**, v. 22, n. 1, p. 99-108, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v22n1/2175-3563-pusf-22-01-00099.pdf>>. Acesso em 12 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220109>.
- MARRA, M. M.; COSTA, L. F. Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 105-116, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.2.105-116>
- MASILO, Gaboipolelwe; DAVHANA-MASELESELE Mashudu. Experiences of mothers of sexually abused children in North-West province, post disclosure. **Curationis**, Pretoria, v. 39, n. 1, p. 1-9, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2223-62792016000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.4102/curationis.v39i1.1659>.
- MASSONI, Andreza Cristina de Lima Targino. Maus-tratos na infância e adolescência: conhecimento e atitude de profissionais de saúde. **Arq. Odontol.**, v. 50, n. 2, p. 71-77, 2014. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-09392014000200003&lng=pt>. Acesso em 11 Mai 2018.
- MATOS, Karla Fonseca de; MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. Mortalidade por causas externas em crianças, adolescentes e jovens: uma revisão bibliográfica. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 14, n. 1 e 2, p. 82-93, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasauade/article/view/10480/pdf_7>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.22421/1517-7130.2013v14n1/2p82>.
- MCHUGH Jr., Donald J. Parental Guidance Required. **New York Times**, 12 July 2003, p. A11. Disponível em: <Academic OneFile, go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&id=GALE%7CA105260358&it=r&asid=5b5e4902ea98bd38073b82d89b7866ec>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- MESTRE, Célia. A narrativa visual e a representação interpretativa: o contributo das novas tendências da ilustração para o pensamento crítico nos adolescentes. **Revista Digital do LAV**, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/10655/pdf_1>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.5902/1983734810611>.
- MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; GUZZO, Raquel Souza Lobo. The educator and violent situations experience by student: coping strategies. **Estud Psicol**, v. 32, n. 1, p. 37-47, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v32n1/0103-166X-estpsi-32-01-00037.pdf>>. Acesso em 14 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000100004>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010b. 96p.
- MOTA, Rosana Santos. **Fatores associados à violência intrafamiliar e escolar**. 2016. 160f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia,

Bahia. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24317/1/Tese_Enf_Rosana%20Santos%20Mota.pdf>. Acesso em: 27 Abr 2018.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al. Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares. **Cien Saude Colet**, v. 19, n. 9, p. 3869-3878, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3869.pdf>>. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.12172013>

MÜNGER, Ann-Charlotte; MARKSTRÖM, Ann-Marie. Recognition and identification of children in preschool and school who are exposed to domestic violence. **Educ Inq**, p. 1-17, 2017. Disponível em: <

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/20004508.2017.1394133?needAccess=true>>.

Acesso em 12 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/20004508.2017.1394133>.

MURIUKI, Eric Munene, et al. Sexual Assault and HIV Postexposure Prophylaxis at an Urban African Hospital. **AIDS Patient Care and STDs**, v. 31, n. 6, p. 255-260, 2017.

Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/apc.2016.0274>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1089/apc.2016.0274>.

NETTO. Moysés Francisco Vieira; DESLANDES, Suely Ferreira. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1583-1595, 2016. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n5/1413-8123-csc-21-05-1583.pdf>>. Acesso em: 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015215.14542015>.

NARMADA; JAYASINGHE;GEDARA. Domestic violence and children raising awareness of school personnel responsibilities. **University of Iceland School of Education**. (Thesis for B.A. degree in International Studies in Education). Islândia, 2016.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 7, n. 13, p. 119-34, 2003.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v7n13/v7n13a08>>. Acesso em 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832003000200009>.

OLIVEIRA, Jéssica Rodrigues de; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; GAMBARDELLA, Ana Maria Dianezi. Associação entre maturação sexual, excesso de peso e adiposidade central em crianças e adolescentes de duas escolas de São Paulo. **Journal of Human Growth and Development**, v. 24, n. 2, p. 201-207, 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v24n2/pt_13.pdf>. Acesso em: 09 Mai 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). Convention on the Rights of the Child, Fifty-first session. Genebra: CRC/C/ GC/12, 20 July 2009. Disponível em:

<<http://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/AdvanceVersions/CRC-C-GC-12.pdf>>.

OZABACI, Nilüfer; ERKAN, Zülal. Metaphors about violence by preservice teachers.

Collegium antropologicum, v. 39, n. 1, p. 193-201, 2015. Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/d8e7/710e9b41fd51b387ccc22eaccd3f4c102fc0.pdf>>.

Acesso em: 27 Abr 2018.

PASIAN, Mara Silvia et al. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando fam**. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-70, 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 Mai 2018.

PEDROSA, Sheila Mara et al., 2016. Violência no contexto escolar: significados para professores do ensino público. **Cienc Cuid Saude**, v. 15, n. 3, p. 397-404, 2016. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/29815/18277>>.

Acesso em 12 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v15i3.29815>.

- POLIT, Denise; BECK, Cheryl Tatano. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: Avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. 7ª Ed. Porto Alegre: Artmed; 2011. 670p.
- PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; SILVA, Marta Angélica Iossi. Práticas educativas na convivência familiar de adolescentes do Brasil, Paraguai e Argentina. **Rev enferm UFPE**. Recife, v. 9, n. 11, p. 9688-9698. 2015. Disponível em:
<http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/7597/pdf_8802>. Acesso em: 10 Mai 2018. <https://doi.org/10.5205/reuol.8008-72925-1-ED.0911201507>.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** [recurso eletrônico]. 2ª Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=pesquisa+descritiva+exploratoria&ots=da32getbBN&sig=fejkCGTmV6h9LS8mLSoRjHaJwfk#v=onepage&q=explorat%C3%B3ria&f=false>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- QUADROS, Marciano Nascimento de et al. Situação da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Enfermería Glob**, v. 44, p. 174-185, 2016. Disponível em:
<http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n44/pt_docencia2.pdf>. Acesso em 20 Abr 2018.
- RAMESH, Gayathri et al. Child abuse and neglect: a survey on primary school teachers of Kanpur city. **International Journal of Medical Toxicology and Forensic Medicine**, v. 7, n. 1, p. 105-116, 2017. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/318108135_Child_Abuse_and_Neglect_A_Survey_on_Primary_School_Teachers_of_Kanpur_City>. Acesso em: 10 Mai 2018.
- REGINATTO, Raquel. A importância da afetividade no desenvolvimento e aprendizagem. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 8, n. 18, 2013. Disponível em:
<https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/11_1.pdf>. Acesso em: 15 Abr 2018.
- RIBEIRO, Karla Carolina Silveira et al. Vulnerabilidade aos transtornos alimentares em adolescentes: fatores que afetam à satisfação com o corpo. **Investigação Qualitativa em Saúde**, v. 1, 2015. Disponível em:
<<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/77/74>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- RIVERA-RIVERA Leonor et al. Factores individuales y familiares asociados con sintomatología depresiva en adolescentes de escuelas públicas de México. **Salud Pública de Mexico**, v. 57, n. 3, p. 219-226, 2015. Disponível em:
<<http://www.scielo.org.mx/pdf/spm/v57n3/v57n3a10.pdf>>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- ROISMAN, Glenn I. et al. Attachment states of mind and inferred childhood experiences in maltreated and comparison adolescents from low-income families. **Development and Psychopathology**, v. 29, n. 2, p. 337-345. 2017. Disponível em: <
<https://www.cambridge.org/core/journals/development-and-psychopathology/article/attachment-states-of-mind-and-inferred-childhood-experiences-in-maltreated-and-comparison-adolescents-from-low-income-families/66FD858C82563EE9976F45F345CF06F5>>. Acesso em: 10 Mai 2018.
<https://doi.org/10.1017/S0954579417000025>.
- ROZEMBERG, Laila et al. Resiliência, gênero e família na adolescência. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 673-684, 2014. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n3/1413-8123-csc-19-03-00673.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014193.21902013>.

- RÜCKER, Eveline. **Modificações corporais e psíquicas da adolescência frente à chegada da puberdade e sexualidade**. 2015. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em:
<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3052/TCC%20Eveline%20R%C3%BBcker.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- SÁ, Carla Maria Queiroz de et al. Abuso sexual infantil e suas consequências na vida adulta da mulher: uma abordagem reflexiva. **Mostra Interdisciplinar do Curso de Enfermagem**. v. 2, n. 1, 2016. Disponível em:
<<http://publicacoesacademicas.fcrs.edu.br/index.php/mice/article/view/1099>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- SÁNCHEZ-SUÁREZ, Diana M. et al. Sharing and distrusting: street merchants' view of children in street situations. **Rev Salud Publica (Bogota)**, v. 18, n. 3, p. 391-403, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28453102>>. Acesso em 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v18n3.41104>.
- SANTOS, Raiane Moreira et al. Reprovação escolar e aspectos sociais e de saúde: estudo transversal com adolescentes. **Rev baiana enferm.**, v. 32, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/21827/15742>>. Acesso em 05 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.21827>.
- SANTOS, Silvana Maria de Barros. O papel do corpo na contemporaneidade, as novas patologias e a escuta analítica. **Psicologia e Saberes**, v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/233/181>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- SCHEK, Gabriele et al. Os profissionais e a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre os preceitos legais e conceituais. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 779-784, 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000500779&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-623420160000600010>.
- SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- SENA, Ligia Moreiras; MORTENSEN, Andréia. **Criando filhos sem palmadas**. Campinas, São Paulo: Papirus 7 Mares, 2014. 112 p.
- SHEK, Daniel T. L.; Yu, Lu. Self-Harm and Suicidal Behaviors in Hong Kong Adolescents: Prevalence and Psychosocial Correlates. **The Scientific World Journal**. 2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3322490/>>. Acesso em: 11 Nov 2016.
- SHERR, L. et al. Exposure to violence predicts poor educational outcomes in young children in South Africa and Malawi. **Int Health**, v. 8, n. 1, p. 36-43, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4716801/pdf/ihv070.pdf>>. Acesso em 08 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1093/inthealth/ihv070>.
- SILVA JUNIOR, Geraldo Bezerra da et al. Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no Ceará. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 469-484, 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000200469&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00058>.
- SILVA JÚNIOR, Ivam Freire da; GOETTEMES, Marília Leão; AZEVEDO, Marina Sousa. Oral health status of children and adolescents victims of abuse: a literature review. **RSBO**, v. 13, n. 2, p. 104-108, 2016. Disponível em:

<<http://periodicos.univille.br/index.php/rsbo/article/viewFile/279/251>>. Acesso em 10 Abr 2018.

SILVA, Rosimere Viana Barbosa da. **Os conflitos na fronteira de contato entre os pais e seus filhos adolescentes. IGT na Rede**, v. 12, n. 22, 2015. Disponível em:

<<https://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=479>>. Acesso em 09 Mai 2018.

SILVEIRA, Tatiane Britto da et al. The invisibility of psychological violence against children. **J. Hum. Growth Dev.**, v. 26, n. 3, p. 345-351, 2016. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822016000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27

Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.122818>.

SOARES, Elaine Maria Rosa et al. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Interdisciplinar**. v. 9, n. 1, p. 87–96. 2016. Disponível em:

<http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/754/pdf_28.

Acesso em: 09 Mai 2018.

SOUSA, Francisca Georgina Macedo de et al. Meanings of family under the perspective of parents of adolescent students. **Rev da Rede Enferm do Nord**, v. 15, n. 3, p. 480–490, 2014. Disponível em:

<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/1595/pdf_1>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.15253/2175-6783.2014000300013>.

SOUZA, Suzy Helena et al. A visão de pais e adolescentes de uma periferia de Santos, sobre a violência física doméstica. **Revista LEVS/UNESP**. Marília, v. 16. 2015. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/5594/3842>>. Acesso em: 10 Mai 2018.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de; LAUDA, Biana Vasconcellos; KOLLER, Silvia Helena. Opiniões e vivências de adolescentes acerca dos direitos ao respeito e privacidade e à proteção contra a violência física no âmbito familiar. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 397-409. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Mai 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200016>.

SQUIZZATTO, E.; PÍCCOLO, D.; ROMERA, V. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. **ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498**, América do Norte, 726 03 2015.

STENSLAND, Synne Øien et al. Recurrent headache and interpersonal violence in adolescence: the roles of psychological distress, loneliness and family cohesion: the HUNT study. **J Headache Pain**, v. 15, n. 1, p. 35, 2014. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4085726/>>. Acesso em: 23 Jul 2017.

<http://dx.doi.org/10.1186/1129-2377-15-35>.

STEVEN, Lucas et al. Bully, bullied and abused. Associations between violence at home and bullying in childhood. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 44, n. 1, p. 27-35, 2016. Disponível em:

<<http://journals.sagepub.com.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/1403494815610238>

>. Acesso em: 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/1403494815610238>.

STODDARD, S. A. et al. Predicting violent behavior: The role of violence exposure and future educational aspirations during adolescence. **Journal of adolescence**, v. 44, p. 191-203, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4575886/pdf/nihms-716178.pdf>>. Acesso em: 27 Abr 2018.

- STROM, Ida Frugård et al. Violence, bullying and academic achievement: a study of 15-year-old adolescents and their school environment. **Child Abuse Negl.** v. 37, n. 4, p. 243-251, 2013. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0145213412002578/1-s2.0-S0145213412002578-main.pdf?_tid=65153fe2-3faa-4d5b-95b5-0fe966af30c1&acdnat=1525318132_0197a0d8bcc949fa532ceae8ba5d3e6f>. Acesso em 27 Abr 2018. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2012.10.010>.
- SULLIVAN, Terri N et al. Longitudinal relations between beliefs supporting aggression, anger regulation, and dating aggression among early adolescents. **J Youth Adolesc.** v. 46, n. 5, p. 982-994, 2017. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10964-016-0569-0>>. Acesso em 28 Abr 2018.
- SUMNER, Steven A. et al. Violence in the United States: status, challenges, and opportunities. **JAMA.** v. 314, n. 5, p. 478-488. 2015. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26241599>>. Acesso em: 16 Mai 2017. <http://dx.doi.org/10.1001/jama.2015.8371>.
- TAYLOR, C. A et al. Beliefs and ideologies linked with approval of corporal punishment: a content analysis of online comments. **Health Educ Res.** v. 31, n. 4, p. 563-575, 2016. Disponível em: <<https://academic.oup.com/her/article-lookup/doi/10.1093/her/cyw029>>. Acesso em: 08 Mai 2018.
- TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/11.pdf>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>.
- TEODORO, Maycoln Leôni Martins et al. Problemas emocionais e de comportamento e clima familiar em adolescentes e seus pais. **Psico**, v. 45, n. 2, p. 168-175, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/13172/11706>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- TIGGEMANN, Marika; SLATER, Amy. NetTweens: The Internet and body image concerns in preteenage girls. **The Journal of Early Adolescence**, v. 34, n. 5, p. 606-620, 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary-wiley-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/eat.22141/full>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- TILIO, Rogério Casanovas; LOBO, Valdiney da Costa. A identidade do adolescente consumidor nas tiras do Gaturro. **Signótica**, v. 26, n. 2, p. 415-436, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/25755/17664>>. Acesso em: 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.5216/sig.v26i2.25755>.
- UCHÔA, Francisco Nataniel Macêdo et al. Causas e implicações da imagem corporal em adolescentes: um estudo de revisão. **Cinergis**. Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 4, p. 292-298, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/6936/4625>>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v16i4.6936>.
- ULATE-GÓMEZ, Daniel. Riesgo biopsicosocial y percepción de la función familiar de las personas adolescentes de sexto grado en la Escuela Jesús Jiménez. **Acta Médica Costarricense**, v. 55, n. 1, p. 18-23, 2013. Disponível em: <http://actamedica.medicos.cr/index.php/Acta_Medica/article/view/778/704>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- United Nations Children's Fund (UNICEF). **Situação Mundial da Infância. Adolescência: uma fase de oportunidades todos juntos pelas crianças**. 148p. USA, 2011. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf>. Acesso em 09 Mai 2018.

- _____. **The state of the world's children 2014**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef_sowc/sit_mund_inf_2014_numeros_ing.pdf>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- _____. **A familiar face: violence in the lives of children and adolescents**. UNICEF, New York, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- VALENÇA, Cecília Nogueira; GERMANO, Raimunda Medeiros. Percepção da auto-imagem e satisfação corporal em adolescentes: perspectiva do cuidado integral na enfermagem. **Northeast Network Nursing Journal**, v. 10, n. 4, p. 173–189, 2009. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/vol10n4_pdf/v10n4a20.pdf>. Acesso em: 09 Mai 2017.
- VASCONCELOS, Kelly Linhares et al. Características da violência sexual sofrida por crianças assistidas por um programa de apoio. **Revista Rene**. v. 11, n. 1, p. 38–47, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/rene/article/view/4470/3385>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- VASCONCELOS-RAPOSO, José et al. Atividade física, satisfação com a imagem corporal e comportamentos alimentares em adolescentes. **Revista Portuguesa de Ciência do Desporto**, v. 14, n. 3, p. 15-32, 2014. Disponível em: <http://www.fade.up.pt/rpcd/_arquivo/artigos_soltos/2014-3/01.pdf>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- VELHO, Manuela Beatriz et al. Vivência do parto normal ou cesáreo: revisão integrativa sobre a percepção de mulheres. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 458–66, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/a26v21n2.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- VERNBERG, Eric M. Victimization, aggression, and visits to the school nurse for somatic complaints, illnesses, and physical injuries. **Pediatrics**, v. 127, n. 5, p.842-848, 2011. Disponível em: <<http://pediatrics.aappublications.org/content/pediatrics/127/5/842.full.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018.
- VIEIRA, Ana Maria. **Violência intrafamiliar: uma visão psicanalítica das possíveis consequências no desenvolvimento infantil**. 2015. Centro Universitário de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/handle/235/7735>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), 2012. 84 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- _____. **Mapa da Violência 2015**. Mortes matadas por armas de fogo. Brasília, 2015. 243 p. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 27 Abr 2018.
- WIKLUND, Maria et al. Living close to the edge: embodied dimensions of distress during emerging adulthood. **SAGE Open**, v. 4, n. 2, p. 1- 17, 2014. Disponível em: <<http://umu.diva-portal.org/smash/get/diva2:358051/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em 09 Mai 2018. <http://dx.doi.org/10.1177/2158244014537083>.
- YOON, Susan. Children's Exposure to Violence: The Underlying Effect of Posttraumatic Stress Symptoms on Behavior Problems. **Journal of Traumatic Stress**, v. 29, n. 1, p. 72-79, 2016. Disponível em:

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jts.22063/abstract;jsessionid=0A4E4BD32F5BFDDFEE94ABAC686306D5.f04t01>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

<http://dx.doi.org/doi:10.1002/jts.22063>.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 99-110, 2016. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 Mai 2018.

<http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21494>.

APÊNDICE A – INFORMAÇÕES ÀS COLABORADORAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ENFERMAGEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “**Violência doméstica vivenciada por adolescentes: conhecimentos de educadoras**”, que tem como objetivo: Identificar conhecimentos de educadoras acerca da violência doméstica contra adolescentes

Sua participação é voluntária, isto é, você pode decidir se deseja ou não participar do estudo e tem o direito de recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar a qualquer momento. Você não terá qualquer custo pela participação ou qualquer compensação financeira.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, assegurando sua privacidade uma vez que seu nome será substituído por um nome fictício. Os dados coletados serão utilizados apenas neste estudo, com sua exatidão preservada, podendo os resultados serem divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Os dados serão guardados por cinco anos nos arquivos virtuais do Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida (Vid@)”, podendo ser utilizado para estudos vinculados ao grupo, no caso de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Após esse período, os dados serão incinerados.

O risco oferecido pela pesquisa é baixo, considerando o desconforto que poderá sentir ao compartilhar sua vivência/experiência e relatar informações pessoais ou confidenciais com a investigadora. Embora o estudo não tenha benefícios diretos, espera-se que os achados possibilitem aprofundar a compreensão sobre a atuação de educadoras (es) frente a violência intrafamiliar vivenciada na infância e adolescência e apontar caminhos para prevenção e enfrentamento do agravo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e e-mail para contato com a pesquisadora, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto, a qualquer momento.

Kátia Cordélia Cunha Cordeiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFBA

Contatos: katiaccc@yahoo.com.br / (71) 98803-2923

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

Eu, _____, declaro para fins e direitos que após ter sido esclarecido (a) sobre o conteúdo da pesquisa intitulada **“Violência doméstica vivenciada por adolescentes: conhecimentos de educadoras”**, e os seus respectivos objetivos, riscos e benefícios, autorizo a minha participação no estudo. Minhas falas poderão ser gravadas com auxílio de um gravador digital. Reafirmo que voluntariamente autorizo minha participação e que esta minha decisão é livre, não sofrendo qualquer interferência da pesquisadora. Informo ainda que não estou sendo remunerada por este ato, podendo retirar meu consentimento do presente estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização à minha pessoa. Estou ciente que terei acesso aos dados registrados, que estes poderão ser apresentados para publicação em congressos e/ou revistas científicas, desde que assegurado o sigilo da minha identidade e que a pesquisadora estará à disposição para elucidar quaisquer dúvidas que possam me ocorrer antes, durante e após a pesquisa.

Data: __/__/____.

Kátia Cordélia Cunha Cordeiro
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFBA
Contatos: katiacc@yahoo.com.br / (71) 98803-2923

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ENFERMAGEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Iniciais do nome:

Contato/Whats:

I. Dados sociodemográficos

1. Idade:
2. Cor: (1) Branca (2) Preta (3) Amarela (4) Parda (5) Indígena (6) Sem informação
3. Estado civil: (1) Solteiro (a) (2) Casado (a) / União estável (3) Separado (a) / Divorciado (a) (4) Viúvo (a) (5) Sem informação (6) Outro
4. Escolaridade: (1) Analfabeto (a) (2) Fundamental completo (3) Fundamental incompleto (4) Médio completo (5) Médio incompleto (6) Superior completo (7) Superior incompleto (8) Sem informação
5. Em caso de formação superior, qual o curso
6. Em caso de formação superior, o tema “violência” foi abordado: (1) Sim (2) Não
7. Especialização: (1) Sim (2) Não
8. Em caso de especialização, o tema “violência” foi abordado: (1) Sim (2) Não. Onde:
9. Vínculo empregatício: (1) Concursado (a) (2) Outro
10. Função: (1) Diretor (a) (2) Docente (3) Funcionário (a)
11. Carga horária de trabalho: (1) 20 horas semanais (2) 30 horas semanais (3) 40 horas semanais (5) Outra
12. Tempo de exercício do ofício:
13. Tempo de trabalho na instituição:
14. Renda mensal: (1) Sem renda (2) Até 1 salário mínimo (3) 1 a 2 salários mínimos (4) 3 a 4 salários mínimos (5) 5 a 6 salários mínimos (6) 6 a 7 salários mínimos (7) 8 ou mais salários mínimos (8) Sem informação

II. Perguntas norteadoras

15. Qual sua percepção acerca da violência doméstica vivenciada por adolescentes?
16. Quais as expressões da violência doméstica você já identificou nos escolares?
17. Como você identifica escolares em vivência de violência doméstica?
18. Quais as dificuldades encontradas para reconhecer esse agravo?

APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DAS COLABORADORAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ENFERMAGEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

1) Idade	N = 20	%
≥ 20	1	5
≥ 30	7	35
≥ 40	5	25
≥ 50	7	35
2) Cor	N = 20	%
Branca	2	10
Preta	11	55
Parda	7	35
Amarela	0	-
Indígena	0	-
Sem informação	0	-
3) Estado civil	N = 20	%
Solteira (o)	9	45
Separada (o)	2	10
Casada (o)	7	35
Divorciada (o)	0	-
União estável	0	-
Viúva (o)	0	-
Outros	1	5
Sem informação	1	5
4) Escolaridade	N = 20	%
Analfabeta (o)	0	-
Fundamental completo	0	-
Fundamental incompleto	0	-
Médio completo	0	-
Médio incompleto	0	-
Superior completo	20	100
Superior incompleto	0	-
Sem informação	0	-

5) Curso superior na área de atuação	N = 20	%
Pedagogia	2	10
Letras	5	25
Ed. Física	3	15
História	3	15
Geografia	1	5
Teatro	1	5
Matemática	2	10
Ciências Naturais	1	5
Turismo	1	5
Desenho	1	5
6) Abordagem do tema “violência” na formação superior	N = 20	%
Sim	9	45
Não	11	55
7) Especialização	N = 20	%
Sim	18	90
Não	2	10
8) Abordagem do tema “violência” na especialização	N = 20	%
Sim	12	60
Não	6	30
Não se aplica	2	10
Se SIM, onde?	N = 20	%
Disciplinas	4	20
Seminários	2	10
Outros	1	5
Sem informação	5	25
Não se aplica	8	40
9) Vínculo empregatício	N = 20	%
Concursado	16	80
Outros	4	20
10) Função	N = 20	%
Diretor	0	-
Docente	20	100
Funcionário	0	-

11) Carga horária	N = 20	%
20h/semana	9	45
30h/semana	0	-
40 h/semana	11	55
12) Tempo de exercício	N = 20	%
≥ 1 ano	1	5
≥ 5 anos	1	5
≥ 10 anos	6	30
≥ 20 anos	10	50
≥ 30 anos	2	10
13) Tempo de trabalho na Instituição	N = 20	%
Menor que 1 ano	1	5
≥ 1 ano	7	35
≥ 5 anos	4	20
≥ 10 anos	4	20
≥ 20 anos	4	20
14) Renda mensal	N = 20	%
Sem renda	0	-
Até 1 salário mínimo	0	-
1 a 2 salários mínimos	4	20
3 a 4 salários mínimos	3	15
5 a 6 salários mínimos	9	45
6 a 7 salários mínimos	2	10
8 ou mais salários	2	10

ANEXO A – TERMO DE OUTORGA DO PROJETO FINANCIADO

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA: BUSCANDO ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR OS FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO

Pesquisador: Nadirlene Pereira Gomes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 19576913.4.0000.5531

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 384.208

Data da Relatoria: 04/09/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de uma Pesquisa-ação vinculado à Escola de Enfermagem da UFBA, financiado pela FAPESB a ser realizado com estudantes e docentes de Escola Pública Estadual situada na periferia da cidade de Salvador, abordando as situações sociais/relacionais que interferem no ensino-aprendizagem dos alunos. Trata-se da segunda versão em atendimento ao parecer nº 353.011 emitido em 08.08.13

Objetivo da Pesquisa:

Vide parecer nº 353.011 emitido em 08.08.13

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Vide parecer nº 353.011 emitido em 08.08.13 acrescido dos riscos, a saber: "Estudantes e professores serão informados acerca do desconforto que as entrevistas e o grupo focal poderão causar, sobretudo pela vergonha de revelar a vivência de violência intrafamiliar, expor que sofre preconceitos e o receio de assumir o uso de álcool/drogas e serem ainda mais discriminados" + " existem preocupações éticas que devem ser consideradas em relação à utilização desse método de pesquisa, pois este pode ocasionar uma situação de estresse em função da discussão de situações experienciadas de forma negativa pelos participantes". Foram descritas as condutas para evitar tais riscos e/ou minimizá-los se ocorrerem.

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 384.208

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os documentos obrigatórios foram acessados e todos apresentam-se em conformidade ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados todos termos obrigatórios. TCLE atende aos princípios bioéticos emanados na Res. 466/2012 do CNS (não maleficência, beneficência, justiça e autonomia). Instrumentos de coleta igualmente.

Recomendações:

Foram atendidas integralmente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto apresentado, atende aos princípios bioéticos da Res. 466/2012. Portanto, encontra-se em condição de aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Plenário homologa o PARECER DE APROVADO emitido pelo relator.

SALVADOR, 04 de Setembro de 2013

Assinador por:
DARCI DE OLIVEIRA SANTA ROSA
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-060
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br